

Diário do Legislativo de 19/08/2000

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Anderson Adao - PMDB

1º-Vice-Presidente: José Braga - PDT

2º-Vice-Presidente: Durval Ângelo - PT

1º-Secretário: Dilzon Melo - PTB

2º-Secretário: Gil Pereira - PPB

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - 166ª Reunião Ordinária

1.2 - 95ª Reunião Especial - Realização da Teleconferência Dívida Externa: O Que Fazer?

1.3 - 98ª Reunião Especial

1.4 - 99ª Reunião Especial

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Comissões

3 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Comissão

4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATAS

ATA DA 166ª REUNIÃO ORDINÁRIA, EM 17/8/2000

Presidência dos Deputados Doutor Viana e Irani Barbosa

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata - Correspondência: Ofícios - 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projeto de Lei nº 1.173/2000 - Requerimentos nºs 1.583 a 1.585/2000 - Requerimentos da Comissão de Direitos Humanos e do Deputado Luiz Tadeu Leite - Oradores Inscritos: Discurso do Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Interrupção e reabertura dos trabalhos ordinários - Encerramento - Ordem do Dia.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Agostinho Patrús - Ailton Vilela - Álvaro Antônio - Antônio Andrade - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Dalmo Ribeiro Silva - Dimas Rodrigues - Doutor Viana - Ermano Batista - Fábio Avelar - Geraldo Rezende - Irani Barbosa - João Paulo - José Henrique - Luiz Tadeu Leite - Marcelo Gonçalves - Márcio Cunha - Márcio Kangussu - Maria José Haueisen - Maria Olívia - Mauro Lobo - Miguel Martini - Nivaldo Andrade - Olinto Godinho - Pastor George - Rêmoló Aloise - Rogério Correia - Sávio Souza Cruz - Wanderley Ávila.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Doutor Viana) - Às 14h15min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

Ata

- O Deputado João Paulo, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Correspondência

- O Deputado Dalmo Ribeiro Silva, 1º-Secretário "ad hoc", lê a seguinte correspondência:

OFÍCIOS

Do Sr. Márcio Decat de Moura, Procurador-Geral de Justiça, prestando informações relativas a assunto contido no Projeto de Lei Complementar nº 28/2000. (- Anexa-se ao Projeto de Lei Complementar nº 28/2000.)

Do Sr. Henrique Hargreaves, Secretário da Casa Civil (2), encaminhando cópias de ofícios da Secretaria de Administração, com informações relativas ao Projeto de Lei nº 605/99, do Deputado Agostinho Silveira, em atenção a requerimento da Comissão de Justiça; e da Secretaria da Educação, com informações relativas a pedido contido no Requerimento nº 1.189/2000, do Deputado Paulo Piau.

Do Sr. Maurício Guedes de Mello, Secretário de Transportes e Obras Públicas (3), prestando informações relativas a pedidos de liberação de material betuminoso para a pavimentação de vias públicas nos Municípios de Felixlândia, Joaquim Felício e Diamantina, respectivamente, em atenção aos Requerimentos nºs 1.408, 1.411 e 1.414/2000, do Deputado João Batista de Oliveira.

Do Sr. José Roberto Gonçalves de Rezende, Ouvidor da Polícia do Estado, encaminhando, em atenção ao Requerimento nº 727/99, do Deputado João Leite (garantia de segurança ao Cabo PM Lauro de Alcântara), a resposta do Chefe do Estado-Maior da PMMG.

Do Sr. Adalclever Ribeiro Lopes, Chefe de Gabinete do Secretário da Segurança Pública, encaminhando, em atenção ao Requerimento nº 1.405/2000, do Deputado Ivo José (referente à Taxa de Segurança Pública), a resposta do Diretor do Instituto de Identificação de Minas Gerais.

Do Sr. Saulo Moreira, Secretário Particular do Governador do Estado, encaminhando, em atenção ao Requerimento nº 1.318/2000, do Deputado Sebastião Costa (nomeação de Defensores Públicos), a resposta da Secretária da Justiça.

Do Sr. Francisco Alves Guimarães, Presidente em exercício da FEDERAMINAS, comunicando nome de representante dessa Federação para participar de reunião da Comissão Especial do Micro Geraes. (- À Comissão Especial do Micro Geraes.)

Do Sr. Sílvio de Carvalho Grossi, Presidente em exercício da Associação Mineira de Municípios - AMM -, encaminhando cópia de ofício enviado ao Presidente da República em que manifesta sua indignação pela não-inclusão de municípios mineiros no Programa de Desenvolvimento Integrado Sócio Econômico. (- À Comissão do Trabalho.)

2ª Fase (Grande Expediente)

Apresentação de Proposições

O Sr. Presidente - A Mesa passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

- Nesta oportunidade, são encaminhadas à Mesa as seguintes proposições:

PROJETO DE LEI Nº 1.173/2000

Declara de utilidade pública a Associação Brasileira das Vítimas da Talidomida, com sede em Belo Horizonte.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação Brasileira das Vítimas da Talidomida, com sede em Belo Horizonte.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, de agosto de 2000.

Alberto Pinto Coelho

Justificação: A Associação Brasileira das Vítimas da Talidomida é uma sociedade civil, de caráter beneficente, sem fins lucrativos, instituída em 15/9/73.

Tem como finalidade precípua promover a união das pessoas com deficiência física causada pelos efeitos teratológicos da Talidomida, defendendo seus objetivos comuns, seus direitos e interesses; buscando sua integração na família e na sociedade; a habilitação e o aproveitamento de seus membros em atividades profissionais compatíveis com suas condições físicas; incentivando a prática de atividades sociais, cívicas, culturais, recreativas e esportivas. Dessa forma, colabora significativamente para a integração de seus membros à comunidade.

A Associação apresenta os requisitos legais para ser declarada de utilidade pública, razão por que esperamos a anuência dos nobres colegas ao título declaratório proposto.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Saúde, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

REQUERIMENTOS

Nº 1.583/2000, da Comissão de Direitos Humanos, solicitando seja encaminhado ofício ao Presidente do Supremo Tribunal Federal, pedindo providências para o julgamento da Ação Ordinária de Nulidade de Títulos Imobiliários nº 312-BA, que trata da regularização do território dos Pataxós-Hã-Hã-Hãe, na Bahia.

Nº 1.584/2000, da Comissão de Direitos Humanos, solicitando seja encaminhado ofício ao Comandante-Geral da PMMG, pedindo esclarecimentos sobre a ação dos policiais do 22º BPM na Escola Estadual Governador Milton Campos.

Nº 1.585/2000, da Comissão de Direitos Humanos, solicitando seja encaminhado ofício à Superintendência de Polícia Metropolitana, solicitando informações sobre as providências tomadas relativamente à denúncia do Sr. Carlos José Patrocínio, acerca do desaparecimento de seu veículo. (- Distribuídos à Comissão de Direitos Humanos.)

Da Comissão de Direitos Humanos, solicitando que a sala anexa ao Auditório, no andar SE, seja disponibilizada para abrigar a estrutura de apoio a esta Comissão a qual será oferecida pela Defensoria Pública do Estado.

Do Deputado Luiz Tadeu Leite, solicitando a realização de um ciclo de debates sobre o tema "Democratização do Acesso ao Ensino Superior e Fortalecimento das Atividades Educativas do Estado". (- Distribuídos à Mesa da Assembléia.)

Oradores Inscritos

- O Deputado Dalmo Ribeiro Silva profere discurso, que será publicado em outra edição.

Interrupção dos Trabalhos Ordinários

O Sr. Presidente (Deputado Irani Barbosa) - A Presidência, nos termos do § 1º do art. 22 do Regimento Interno, interrompe os trabalhos ordinários para a realização da solenidade de entrega da Medalha da Ordem do Mérito Legislativo à Senadora Mirta Elsa Rubini, da Província de Buenos Aires.

- A ata desta solenidade será publicada em outra edição.

Reabertura dos Trabalhos Ordinários

O Sr. Presidente - Estão reabertos os nossos trabalhos.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de "quorum" para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando os Deputados para a reunião especial de terça-feira, dia 22, às 20 horas, nos termos do edital de convocação, e para a ordinária da mesma data, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada será publicada na edição de 22/8/2000). Levanta-se a reunião.

ATA DA 95ª REUNIÃO ESPECIAL, EM 3/8/2000

Presidência do Deputado Dalmo Ribeiro Silva

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Composição da Mesa - Registro de presença - Destinação da reunião - Palavras do Sr. Presidente - Palavras do Sr. Ivo Polleto - Palavras do Sr. Marcos Arruda - Palavras do Sr. Reinaldo Gonçalves - Esclarecimentos sobre os debates - Debates - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Agostinho Patrús - Ailton Vilela - Antônio Andrade - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Bené Guedes - Bilac Pinto - Carlos Pimenta - Dalmo Ribeiro Silva - Dimas Rodrigues - Doutor Viana - Eduardo Hermeto - Ermano Batista - Fábio Avelar - Geraldo Rezende - Hely Tarquínio - Ivo José - João Pinto Ribeiro - José Henrique - Marcelo Gonçalves - Márcio Kangussu - Maria Olívia - Miguel Martini - Nivaldo Andrade - Olinto Godinho - Rogério Correia - Ronaldo Canabrava - Sebastião Costa - Wanderley Ávila.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Dalmo Ribeiro Silva) - Às 9h04min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- O Deputado Rogério Correia, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Composição da Mesa

O Sr. Presidente - A Presidência convida a tomar assento à mesa os Exmos. Srs. Ivo Poletto, sociólogo, assessor da Cáritas Brasileira e das Pastorais Sociais da CNBB e membro da Coordenação Nacional do Plebiscito da Dívida Externa; Marcos Arruda, Coordenador-Geral do Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul - PACS - e da Campanha Nacional Jubileu 2000 por um Milênio sem Dívidas, socioeconomista e educador; e Reinaldo Gonçalves, professor de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro; e o Deputado Rogério Correia, coordenador dos debates.

Registro de Presença

O Sr. Presidente - A Presidência registra a presença, em Plenário, do Sr. José Roberto Rezende, Ouvidor de Polícia do Estado de Minas Gerais. Queremos agradecer a presença do Instituto Sagrada Família, das Professoras Jane Aguiar, Angelina Lara e Cibele e da Supervisora Luzia. Muito obrigado pela presença de todos.

Destinação da Reunião

O Sr. Presidente - Destina-se esta reunião à realização da Teleconferência Dívida Externa: O Que Fazer?, com os seguintes temas: Plebiscito Nacional, Implicações Éticas, Dívida Externa e Dívida Interna, Dívidas Sociais.

Palavras do Sr. Presidente

Em abril do corrente ano, realizou-se no Rio de Janeiro um encontro do Tribunal da Dívida Externa, patrocinado por entidades como a CNBB, o MST e o IAB. Na ocasião, analisou-se o impacto do débito sobre o processo de desenvolvimento socioeconômico, chegando-se a unânime conclusão: a dívida externa brasileira é injusta e insustentável, dos pontos de

vista ético, jurídico e político. Por outro lado, o endividamento foi constituído sem consulta à sociedade, ferindo a soberania nacional.

O assunto permanece da maior atualidade, porquanto o povo brasileiro continua sofrendo na pele, indefinidamente, com a sangria causada pela remessa de divisas ao exterior, para a amortização da dívida. Além disso, a equipe econômica do Governo Federal vem apregoando que o superávit primário conseguido este ano é expressivo, o que constitui um sofisma: afinal, não se incluem nele os montantes despendidos com juros. Por tudo isso, é muito oportuna a realização da teleconferência de hoje, em iniciativa desta Assembléia com o apoio de entidades representativas da sociedade civil. Vamos despertar a consciência pública para a questão, daqui saindo com subsídios para enfrentá-la.

Em princípio, não vamos endossar medidas extremas e realisticamente insustentáveis, como o radical rompimento das relações com o FMI: a experiência passada nos mostrou que, ao nos isolarmos da comunidade financeira internacional, pagamos um preço mais alto que o previsto. Mas salta aos olhos que a renegociação é inadiável. Não há como prosseguir alimentando uma dívida que já foi paga várias vezes, se considerarmos o que, até hoje, desembolsamos a título de juros. No entanto, contabilmente o montante devido só faz aumentar: em 1994, era de US\$119.000.000.000,00 e no encerramento de 1999 já alcançava US\$242.000.000.000,00, equivalentes a 43% do PIB.

Existem, também, aspectos profundamente perversos na questão, ressaltando a injustiça social. Primeiramente, grande parte do endividamento foi contraído no período da megalomania que caracterizou a ditadura militar, para financiar projetos faraônicos e inviáveis, como a Ferrovia do Aço e a Transamazônica. Em segundo lugar, considerável parcela dos recursos jamais entrou no País, permanecendo depositada em paraísos fiscais por conta de agenciamentos e comissões.

Durante esta teleconferência, esses aspectos serão objeto de exposições abalizadas dos Srs. Ivo Poletto, Marcos Arruda e Reinaldo Gonçalves. Uma possibilidade interessante que será aventada é a da realização de um plebiscito permitindo ao povo que se manifeste sobre a eventual moratória.

Por todos os motivos, enfim, estamos certos da oportunidade do evento, que será coordenado pelos companheiros Deputados Rogério Correia e Ivo José. Em nome da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, apresentamos nossos agradecimentos aos ilustres expositores. Aos demais participantes, nossas boas-vindas e votos de bom trabalho. Muito obrigado.

Palavras do Sr. Ivo Poletto

Inicialmente, quero agradecer a oportunidade que me é dada pelos amigos de Minas Gerais, da Assembléia Legislativa, de poder participar desta teleconferência.

Este é um pequeno passo para democratizarmos os meios de comunicação e abrir espaços para o debate de temas tão importantes para a vida do nosso povo, como este das dívidas externa e interna e, em particular, um diálogo sobre uma iniciativa popular da sociedade brasileira que acontecerá no próximo mês de setembro, entre os dias 2 e 7, que é o plebiscito nacional sobre as dívidas externa e interna.

Devemos ressaltar que a maior parte dos meios de comunicação continuam fechados a qualquer oportunidade para se debater um tema como esse. Consideramos que os meios de comunicação, que são um serviço público, deveriam abrir espaço para que a população se manifeste.

No caso da iniciativa desse plebiscito, estão envolvidas mais de 50 entidades: igrejas, movimentos sociais, organizações da sociedade civil, que decidiram, a partir de um atento exame da sociedade brasileira, convocar a população para um plebiscito.

Certamente, essas entidades devem ter suas razões para tomar uma iniciativa direta de convocação de um plebiscito para a população brasileira. Sem dúvida, foi convicção delas que apenas a apresentação de uma proposta a quem de direito, no caso, ao Governo Federal ou então ao Congresso Nacional, não seria considerada com seriedade. Provavelmente, ficaria presa muito tempo nos trâmites burocráticos, e a iniciativa não seria levada a efeito.

Por isso, as entidades decidiram assumir a responsabilidade cidadã de convocar diretamente a população para que ela se manifeste sobre a política de endividamento que pesa sobre nosso País.

Tentarei, rapidamente, colocar algumas das questões que estão nos motivando a trabalhar por esse plebiscito sobre a dívida externa. Espero que a chegada dos outros dois colegas do Rio de Janeiro venha a completar as colocações que farei.

A motivação fundamental para todas as entidades envolvidas na promoção do plebiscito, a princípio, não é nenhum tipo de enfrentamento político com partidos, ou mesmo com Governos. O motivo principal da decisão e da mobilização por esse plebiscito está no que hoje o jornal "Correio Brasiliense" - que tive oportunidade de vir lendo no caminho esta manhã - estampa na página 31, e gostaria que pudessem reproduzir nas imagens aqui: "Ricos e pobres, miséria absoluta".

Temos aqui, mais uma vez, estampada na página deste e, certamente, de outros jornais de hoje, os números dos milhões de pessoas - na verdade, mais de 1 bilhão de pessoas - que no mundo são obrigadas a sobreviver com menos de US\$1,00 por dia.

Trata-se de um levantamento feito nada menos que pelo Banco Mundial, um dos organismos responsáveis pelo crescimento da pobreza e pelo endividamento que assola todo o planeta. O Banco Mundial é um dos responsáveis pela miséria absoluta que assola mais de 1 bilhão de pessoas no mundo.

Considerando nosso País, o processo que antecedeu a convocação desse plebiscito teve sua origem há quatro anos, na CNBB. Nasceu ali o esforço de diálogo com as outras igrejas cristãs e com a própria sociedade. Nasceu de uma programação de trabalho para o final do milênio e se chamou Terceira Semana Social Brasileira, não porque deveria ser uma semana. Não. Seria mesmo um processo. Essa denominação se deve à tradição das semanas sociais brasileiras. Abriu-se espaço de diálogo com a sociedade sobre a situação social em nosso país.

A Terceira Semana Social Brasileira colocou como desafio o resgate das dívidas sociais em nosso País. Iniciamos um trabalho nacional em todas as regiões brasileiras e, desde o começo, convocamos outras igrejas e entidades da sociedade civil a fazer conosco um levantamento da realidade nacional, tentando identificar as dívidas sociais existentes em nosso País.

Na verdade, poderíamos falar de uma grande dívida social. A sociedade brasileira e todas as instâncias públicas têm uma grande dívida para com uma parcela significativa da população. Dívida significa que algum ou alguns direitos das pessoas lhes foram negados, por diferentes razões. A sociedade e o Estado têm para com essas pessoas uma grande dívida social.

Fizemos o levantamento em dívidas nas diferentes regiões do País, tentando dar um nome mais concreto à dívida social. Assim, apareceriam as diferentes realidades do nosso povo nas diferentes regiões brasileiras. Evidentemente, a dívida social mais significativa na Amazônia não será a mesma que em Belo Horizonte e em São Paulo. O peso da vida urbana, do desemprego, da falta de moradia e da favelização, obviamente, torna-se mais forte nas grandes cidades do centro-sul do País que na Amazônia. Na Amazônia, nossas dívidas sociais são com os povos indígenas, para quem, até hoje, não reconhecemos sequer o direito a uma terra para viverem com liberdade e segundo sua cultura. Com os povos ribeirinhos, nossa dívida também é grande, porque lhes retiramos as condições culturais de sobrevivência e não reconhecemos sua grande contribuição na conservação dos rios. Além disso, entregamos as águas dos nossos rios a uma pesca predatória, que colocou e continua colocando em risco a água e a utilização econômica da pesca na região amazônica. Através dessas iniciativas locais e regionais, procuramos fazer o levantamento das dívidas sociais. Sistematizando, chegamos a identificar 28 diferentes tipos de dívidas sociais, entre elas incluídas a falta de reforma agrária para todos os que não tiveram acesso à terra, apesar de ter direito e necessidade; a falta de uma política agrícola que contemple efetivamente as condições de vida, de trabalho e de comercialização dos pequenos produtores familiares; a nossa dívida para com a mulher e para com os negros, que, neste País, continuam claramente discriminados não só no aspecto econômico. Em relação à mulher negra, em particular, a discriminação é dupla. Considere-se também nossa dívida social em relação aos jovens, a qual se agrava nos últimos tempos. Se, nos índices de desemprego urbano, pudessemos separar os jovens desempregados, levaríamos um susto muito grande. Se é verdade que as grandes metrópoles apresentam um índice de 18% ou mais de desemprego formal, que se soma ao subemprego já estrutural e histórico em nossa sociedade, e se separarmos os

jovens, observaremos que, com certeza, estamos muito acima da Alemanha e dos outros países. É bom sabermos que na Alemanha, cuja taxa de desemprego é de 14%, quando se separa por idade, os jovens, incluídos os formados na universidade até 24 anos, totalizam mais de 38% de desempregados. E isso na Europa, que consideramos desenvolvida. Em nosso País, os jovens não têm oportunidade de trabalho, e, quando têm, as relações de trabalho são inseguras, e a remuneração muito abaixo da de seus pais. Um estudo de Márcio Porschman, da Universidade de Campinas, demonstrou, recentemente, que, de cada 10 jovens que conseguem trabalho, 7, portanto 70%, não têm perspectiva sequer de alcançar a remuneração que seus pais conseguiram através do trabalho e do emprego.

Em todo o processo da semana social não fizemos só levantamentos. Nós nos perguntávamos quais eram os nossos compromissos diante dessas dívidas. Devemos ficar com os braços cruzados, indiferentes, ou devemos tomar uma atitude? A definição era sempre para agir e resgatar as pessoas cujos direitos não eram observados. Na hora de buscar a forma de agir para conseguir o resgate dessas dívidas sociais, de todos os lados aparecia o mesmo indicador, a falta de recursos públicos para as políticas sociais. Em todo o tempo, em todas as regiões, em qualquer esfera - estadual, municipal ou federal -, não há recursos suficientes para as políticas sociais, seja na linha da educação, da promoção do trabalho, da geração de novas oportunidades de emprego, da reforma da agrária, etc. Por que não há recursos? Ao buscar uma resposta, nos deparamos com o problema da política de endividamento. Nesse ponto, entramos em contato com a dívida externa e, posteriormente, com sua irmã gêmea, a dívida interna.

Fomos nos dar conta disso na hora de começar a examinar o orçamento público federal, que, nos últimos anos, sempre esteve 50% comprometido com custos de endividamento, às vezes, até mais, como no ano passado, mais de 60%. Significa que menos de 40%, no caso do ano passado, estiveram disponíveis para toda a responsabilidade pública do Governo Federal em relação a toda a população do País. Então, começamos a nos perguntar o que está acontecendo com as dívidas externa e interna. Afinal, há alguns anos, disseram que, graças a Deus, a dívida externa não era mais problema, que já estava equacionada, pois havia sido feita a melhor renegociação de toda a história, e o País poderia caminhar livremente, buscando sua integração internacional e seu desenvolvimento, e que toda a população, em pouco tempo, poderia sonhar em viver nas condições dos países mais desenvolvidos. Mas isso não estava acontecendo.

Então, começamos a encarar a questão da dívida e realizamos um seminário de estudos para poder conhecer, entender, a dívida externa brasileira, no endividamento mundial. A partir dele, tomamos consciência de que era gravíssimo o peso das dívidas externa e interna, ou, então, era gravíssimo o peso da política de endividamento do nosso País sobre as condições de vida concreta do nosso povo. Diante disso, surgiu a idéia e realizamos o Tribunal da Dívida Externa em abril do ano passado, no Rio de Janeiro. Nesse Tribunal, fizemos um trabalho sério, com a apresentação de depoimentos em relação à realidade da política no Brasil e suas consequências sociais, com depoimentos de representantes de outros países que têm situações semelhantes à do Brasil, com depoimentos sobre a política global de endividamento no mundo todo. Assim, chegou-se ao seguinte veredicto: condenou-se a dívida externa brasileira como imoral, como causadora da pobreza e da miséria do nosso povo.

A partir do momento em que fizemos esse Tribunal e houve esse julgamento, nós, as entidades que estavam participando dessa iniciativa, nos perguntamos: "E agora, o que vamos fazer a partir desse veredicto do Tribunal?". Entre as várias alternativas que se apresentaram, optamos pelo plebiscito sobre a dívida externa.

Para nós, entidades que estamos promovendo esse plebiscito, o que é ele? É um esforço que estamos realizando para dizer à população que fizemos esse caminho, e o Tribunal da Dívida Externa considerou essa dívida como uma das causas principais do empobrecimento do nosso povo. Portanto, estamos perguntando a vocês, cidadãos, o que têm a dizer em relação à dívida externa brasileira. Se estão de acordo, que continue do jeito que está. Ou acham que devem mudar? Acham que o País deve mudar, que o nosso Governo deve mudar a sua política de endividamento? O plebiscito é uma consulta a toda a sociedade para que se pronuncie, junto conosco, a favor ou contra a conclusão do Tribunal da Dívida Externa. Na verdade, estamos ampliando o Tribunal, estamos convocando todos os cidadãos do País a ser aquilo que devem ser, a usar o poder da população para dizer sim ou não à política de endividamento do Governo, levando em consideração o peso dessa política na vida de todas as pessoas do País.

Evidentemente, esperamos que isso ocorra a partir do debate e do diálogo que gostaríamos de fazer com cada brasileiro, em todas as regiões. Por isso mesmo, iniciei minha fala, dizendo que é pena que os meios de comunicação do País ainda não estejam tão democratizados como deveriam, porque, aí, poderíamos chegar de fato a todas as pessoas. Mas gostaríamos de ter essa oportunidade de dialogar com cada brasileiro e cada brasileira, passando-lhes informações sobre a dívida, sobre a relação entre a dívida e a vida concreta da população, para que eles e elas possam dizer como, em sua vida concreta do dia-a-dia, aparece a dificuldade que, por detrás, tem como causa o endividamento do País. Gostaríamos de ter esse diálogo, para que cada brasileiro e cada brasileira, com a liberdade de cidadãos, possam expor a sua palavra e dar o seu voto.

Ao mesmo tempo que estamos dialogando com a população e organizando, por nossa própria conta, como sociedade brasileira, esse plebiscito sobre a dívida externa, já estamos com uma proposta no Congresso Nacional, para que ele convoque um plebiscito oficial sobre essa questão, exigindo principalmente a organização de uma auditoria pública da dívida, para que se tire a limpo toda a história dessa dívida, com toda a transparência e com a documentação necessária, mostrando o que efetivamente devemos, se é que ainda devemos. Se não, qual é o nosso crédito? Se tivermos débito, quem é o responsável pela dívida? De quem se deve cobrá-la, para que não se continue praticando a imoralidade de fazer quem já vive na miséria viver na miséria absoluta, para desviar recursos para o pagamento do custo dessa dívida que só favorece meia dúzia de grandes agiotas no Brasil e no mundo.

Esse é o sentido do plebiscito, e o nosso desejo é o de que ele seja um momento de consciência da cidadania e da prática e do crescimento da democracia no País. Deixo essas palavras como provocação inicial, para que possamos fazer o diálogo desta manhã.

Palavras do Sr. Marcos Arruda

Muito obrigado. É um grande prazer estar aqui novamente. Cumprimento os membros da Mesa e os colegas que participam deste painel. Há três meses, convidado pelo Deputado Ivo José, participei, aqui, de um debate sobre o cooperativismo e a perspectiva de um caminho alternativo, sobre o qual temos trabalhado, com essa visão de uma economia centrada não no capital, mas no trabalho humano e em valores como a cooperação, a reciprocidade e a solidariedade. Então, estar aqui novamente, para debater sobre a dívida externa, sobre a crise financeira e socioeconômica que o Brasil vive hoje e sobre as perspectivas de superação dessa crise e de todas essas debilidades de que padece o País, é uma alegria muito grande.

Gostaria de começar dizendo que o nosso Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul, o PACS, trabalha com a temática da dívida há muitos anos. Em 1989, participamos de um seminário ecumênico, no qual os candidatos à Presidência da República vieram debater conosco sobre a política que adotariam para enfrentar a crise do endividamento em uma década que se concluía, uma década perdida em termos de desenvolvimento econômico, social e humano, para o Brasil e para todo o hemisfério sul. De lá para cá, realizamos continuamente esse trabalho e contamos com a participação importante de pessoas como o próprio Dr. Reinaldo Gonçalves, que é membro da assembléia de sócios do PACS, e outras pessoas, como o Dr. João Luiz Pinotti, que atualmente é Secretário de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, é um brilhante advogado, jurista, e durante muitos anos assessorou a OAB em toda a temática da dívida externa.

O PACS também é parte da coordenação da campanha brasileira do Jubileu 2000 - Por um Milênio sem Dívidas, e, nesse espaço, somos colegas do companheiro Ivo Poletto, que ali representa a Cáritas Brasileira.

Cheguei um pouco atrasado por causa do voo, mas é interessante mencionar que a campanha da dívida tem sido fator de aglutinação da sociedade civil em nível internacional. Estamos assistindo e participando pela primeira vez de uma articulação que supera todas as barreiras e fronteiras políticas, raciais, territoriais, ideológicas, articulando setores da sociedade civil de diferentes partes do mundo num movimento unânime em torno, primeiramente, do cancelamento da dívida externa dos países mais pobres e mais endividados do mundo.

Recentemente, publicamos na Inglaterra um livro, que já saiu aqui no Brasil e está à disposição, sobre a dívida externa brasileira e a crise financeira internacional. A obra está servindo de material de base para a campanha internacional do Jubileu 2000. E aí fazemos um balanço desse projeto de cancelamento das dívidas que foi acordado pelo grupo dos sete países mais ricos do mundo junto às instituições financeiras multilaterais, que são o Banco Mundial, o FMI e as agências financeiras de desenvolvimento regional, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Esse acordo ganhou o nome de Hipick, que quer dizer, em inglês, um acordo em relação aos países mais pobres e mais endividados. O plano que os governos mais ricos fizeram com o Banco Mundial e o FMI foi para impor a esses países uma violenta e intensa política de reforma interna, para que, num período de seis anos de provação, eles chegassem a se afinar com os critérios que esses Bancos definiram, a fim de que eles, então, fossem beneficiados ou por cancelamento ou por redução dos pagamentos relacionados com a sua dívida externa. A maioria, se não todos esses países - que são 52, pelo menos -, tem uma dívida externa principalmente com governos do hemisfério norte e com as agências multilaterais.

Os mais fracos e os mais empobrecidos, como os países da África negra e um ou outro país da América Latina, Honduras, Bolívia, têm a sua dívida principalmente com os credores multilaterais, que são o Banco Mundial e o FMI. No caso da América Latina, o BID; no caso da África, o Banco Africano de Desenvolvimento. Então, é a dívida multilateral que pesa mais forte sobre esses países. Eles, há décadas, estão transferindo mais recursos para fora, para pagar essas dívidas, do que o dinheiro que recebem do exterior, como ajuda internacional para superar as suas dificuldades econômicas e a sua pobreza. Portanto, eles são os portadores líquidos de capital para o exterior, o que é uma situação profundamente aberrante, se pensarmos que países com pobreza tão grave como os países da África negra estejam levando mais recursos para fora do que recebendo do exterior. Isso significa crescente descapitalização e crescente empobrecimento. Então, na campanha internacional e na campanha no Brasil, temos feito um intenso trabalho de educação da opinião pública e de pressão sobre os centros de poder, para o cancelamento da dívida dos países mais pobres e endividados, um cancelamento que não teria implicações econômicas financeiras; em outras palavras, que não seria a partir de uma discussão sobre números, mas sim como um gesto político, moral e ético da parte dos países credores. O Brasil é um dos países credores de vários desses países muito pobres e muito endividados. O Brasil é membro do Clube de Paris, que é a reunião informal dos países credores para debater a sua política em relação aos países devedores. O Brasil é membro desse Clube dos dois lados da mesa. Do lado dos devedores, ele vai lá humildemente discutir as suas necessidades enquanto País devedor dos governos mais ricos do mundo e de outros governos do hemisfério norte. Enquanto credor, ele se senta do lado de cá da mesa para discutir com outros países devedores a política em relação ao pagamento dessas dívidas. Nesse quadro, o Brasil é muito inflexível. Os governos que temos tido são duros com os seus devedores. Só recentemente é que o Brasil começou a adotar uma política de cancelamento ou de redução de algumas das dívidas mais graves, de países como Moçambique, Nicarágua. Assim mesmo, são 19 os países que devem ao Brasil. O total da dívida até 1998; a informação que temos é que ela está em torno de US\$7.000.000.000,00 devidos ao Governo brasileiro. A campanha brasileira tem trabalhado a idéia de pressionar o Governo Fernando Henrique Cardoso para ele fazer um gesto político, moral e ético de cancelar integralmente a dívida dos países endividados com o Brasil, como um gesto semelhante àquele que nós também queremos que os credores do Brasil façam conosco, com a nossa dívida em grande parte já paga, uma dívida que é onerada por terríveis taxas de juros que multiplicaram o seu valor em uma época em que estávamos terrivelmente vulneráveis. Então, um gesto do Brasil nesse sentido seria um gesto de testemunho, um exemplo para outros países credores, de como a vontade política de um governo e de uma nação pode reverter a situação de grave endividamento de países pobres e altamente endividados. Mas é claro que a situação do Brasil, do México, da Nigéria, da Argentina e de outros países, que o Banco Mundial classifica como de renda média, é bem diferente da situação de países altamente endividados e muito pobres, que têm um produto interno muito reduzido e uma renda por habitante muito deprimida.

O que argumentamos é que países como o Brasil, apesar de sermos efetivamente um país rico, rico de território, rico de recursos e rico de população, portanto com indicadores econômicos relativamente favoráveis, têm alta incidência de pobreza, uma pobreza histórica, uma pobreza que começou herdada da era colonial. Foram mais de 350 anos de roubo e de deprecação das riquezas do País pelos países colonizadores da Europa.

Depois da independência, houve a continuação dos laços de dependência e de subordinação com outras nações, principalmente com a Inglaterra, no início do pós-independência, e, no último século, com os Estados Unidos, a grande potência imperial do mundo atual. De modo que, sob esse peso de espoliação e dominação com a concordância das elites do País, o Brasil tem sido um país rico continuamente empobrecido, cuja população continua sofrendo dos males do subdesenvolvimento e do não-desenvolvimento. Basta visitarmos as nossas favelas para ver a situação subumana em que uma grande parte da população urbana vive no País, basta visitarmos o interior para ver a maioria da população rural ainda submetida à pobreza e a todo o tipo de espoliação, inclusive a de um pedaço de terra em que pudesse produzir a sua sobrevivência.

Os dados do movimento dos sem-terras são surpreendentes: quatro milhões e meio de famílias de trabalhadores sem terra para sobreviver. Portanto, uma população de mais de 12 milhões de pessoas nas áreas rurais são privadas das condições mínimas de sobrevivência num país gigantesco em termos de território, como o Brasil. Quando vemos as promessas dos governos anteriores de reforma agrária e assentamento de famílias rurais na terra, é espantoso que não tenha havido ainda uma reforma agrária que mobilizasse uma pequena fração do valor que temos pago aos credores externos e internos do Brasil, para realizar efetivamente uma reforma agrária que beneficiasse a totalidade dessa população reduzida à miséria no campo. A falta de vontade política de nossos governantes tem impedido que isso ocorra.

Gostaria de completar alguns dados apresentados pelo Ivo, para mostrar como é dramática a situação do endividamento brasileiro, hoje. A aparência de que a dívida externa já não é um problema não é justificada pela realidade dos fatos e dos números; tanto é assim, que, nos primeiros três meses do ano 2000, o valor total retirado do orçamento federal para o pagamento e a renegociação das dívidas interna e externa brasileira foi de 71%. Imaginem 71% da receita do orçamento dedicada à rolagem e ao pagamento das dívidas externa e interna. Isto é, enriquecendo os credores do Brasil e do exterior à custa dos recursos indispensáveis para investir na economia e na sociedade do Brasil. Isso mostra o grau de seriedade do problema. Esses dados podem ser acessados facilmente no sítio da Câmara Federal, sob o título Orçamento Federal, onde vamos encontrar uma atualização trimestral ou quadrimestral desses dados. Trata-se de profunda irresponsabilidade dos governantes do Brasil que esta seja a sua prioridade; pagar as dívidas externa e interna à custa do sangue, do sofrimento e do empobrecimento da nossa população.

Os valores transferidos para o exterior só fazem corroborar isso. No ano passado, o Brasil transferiu para os credores externos um total de US\$65.000.000.000,00 e ainda transferiu cerca de R\$70.000.000.000,00 para os credores internos que são, em grande parte, Bancos que operam no Brasil - brasileiros e estrangeiros -, grandes empresas compradoras de títulos públicos do Tesouro Nacional e do Banco Central. Trata-se de uma situação em que uns poucos estão enriquecendo à custa desse sofrimento pelo qual a maioria da Nação está passando.

O acordo com o FMI foi feito para garantir que essa prioridade seja respeitada, isto é, em troca de um cheque em branco de US\$41.500.000.000,00, feito pelo FMI, pelo Banco Mundial e por um grupo de nações credoras do Brasil, estamos sendo obrigados a privatizar maciçamente nosso patrimônio, numa correria absolutamente desvairada, sem nenhum sinal de responsabilidade quanto a uma riqueza que o Brasil construiu e acumulou à custa do trabalho de sua população durante décadas, e na penada de um ou dois Governos, Collor e Fernando Henrique Cardoso, essas propriedades públicas são transferidas a preço de banana e em condições altamente facilitadas, inclusive com empréstimo do BNDS, para que os privatizadores comprem esse patrimônio público e passem a cobrar valores ainda maiores pelos serviços e produtos que vão oferecer à nossa população.

O nosso colega economista Aluísio Biondi publicou um trabalho da série "O Brasil Privatizado", mostrando que, embora, pelos dados oficiais, o País houvesse arrecadado R\$85.000.000.000,00 com as privatizações, não havia conseguido diminuir sequer um centavo da dívida externa nem os pagamentos anuais da dívida brasileira. No entanto, ao mesmo tempo, o Brasil havia pago e perdido ou cedido aos privatizadores um total de R\$87.000.000.000,00, portanto R\$2.000.000.000,00 a mais do que o que foi arrecadado pelo Governo brasileiro.

Esse dado mostra que a política de privatizações é mais um dado suicida da política econômico-financeira do Governo Fernando Henrique Cardoso. E, junto a ela, aparece uma série de condições a que o Brasil aceitou submeter-se junto ao FMI, como a privatização dos Bancos estaduais e a preparação do caminho para a privatização da PETROBRAS, do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal.

Por isso é que a campanha brasileira do Jubileu por Um Milênio sem Dívidas está convocando a população a se pronunciar, de 2 a 7 de setembro, contra a continuidade do acordo FHC-FMI, que é predatório para a nossa sociedade, para a nossa economia e para a nossa soberania. É preciso que ele seja suspenso e anulado, como fizeram países com a coragem da Coreia do Sul e da Malásia, que se recusaram a entrar em acordo com o FMI e conseguiram recuperar o crescimento econômico e o desenvolvimento, conforme tem mostrado uma série de artigos e estudos que estão circulando pelo mundo e aos quais temos fácil acesso. São exemplos de países que não aceitaram entregar-se a receitas vindas do hemisfério Norte e decidiram por um caminho próprio de reestabilização da economia, sem submissão a condições de fora e sem depender de dinheiro tomado do exterior. Para se reerguerem, foram capazes de se soerguer e de preservar a sua soberania.

Sem soberania, não há desenvolvimento. E o Brasil é um dos países do Terceiro Mundo que tem melhores condições de ter um projeto próprio de desenvolvimento. E um projeto tão forte, tão pujante, que é capaz de compartilhar esse desenvolvimento com outras nações mais pobres da América Latina e do Terceiro Mundo. Temos recursos para isso, no entanto estamos importando produtos que poderíamos estar produzindo. Estamos importando milho da Argentina, feijão preto do Chile e outros produtos, o que mostra a situação irracional de um país que não tem uma política agrícola nem de investimentos digna de um país como o Brasil, digna dos recursos e da capacidade produtiva da nossa terra e da nossa população.

Mas existem alternativas. A fala do Governo Federal de que a sociedade civil só sabe questionar e criticar, e não sabe propor é falsa. Temos alternativas para o Governo se desendividar e reconstruir o caminho do desenvolvimento brasileiro com base em seus recursos e em sua capacidade humana produtiva. O que falta é vontade política; o que falta é brio e dignidade; o que falta é a superação efetiva da impunidade e da corrupção, que estão assolando o Governo. Precisamos dizer um "basta" a tudo isso e, realmente, colocar a sociedade como principal protagonista da política econômica do País. Precisamos colocar as organizações sociais como participantes ativas da definição de políticas econômicas para o País, participando junto ao Senado das decisões sobre quais empréstimos tomar no exterior e sobre como podemos usar o dinheiro que pararemos de pagar por via de uma moratória soberana da dívida, até que a auditoria das dívidas seja feita. Que destino poderíamos dar a esses recursos, de modo que a pobreza começasse a ser erradicada e os fatores de empobrecimento superados em nosso País?

Chamo vocês, corroborando a convocação do Deputado Ivo José, a participar ativamente desse esforço. O apoio das agências do Governo, como o da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, o dos Governos do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul, é profundamente importante para fortalecer essa campanha. No Rio de Janeiro, em poucos dias,

vamos ter uma reunião com o Governador Garotinho e com o Secretário da Justiça. Ela ia se realizar hoje, de manhã, mas o Governador viajou para Brasília. Com certeza, ela se realizará na próxima semana, e se discutirão as formas como o Governo Estadual vai promover e facilitar o processo do plebiscito nacional, entre outras coisas, cedendo as escolas públicas estaduais, estimulando os municípios a ceder suas escolas, para que ele seja feito.

Convoco-os, portanto, a pensar as maneiras mais criativas de fazer com que esse plebiscito seja o mais amplo e abrangente possível, resultando em uma palavra forte e definitiva da sociedade civil para o Governo Fernando Henrique Cardoso, que é basta de exploração, basta de empobrecimento, basta de entreguismo, basta de abolição da soberania nacional. Viva um Brasil para os brasileiros, viva um Brasil cooperativo, solidário e soberano! Muito obrigado.

Palavras do Sr. Reinaldo Gonçalves

Bom-dia a todos. Vou dividir minha exposição em quatro partes. Na realidade, vou tentar defender quatro argumentos em relação ao problema da dívida.

O primeiro argumento importante é que a dívida externa, contrariamente à propaganda do Governo e àquilo que a mídia brasileira difunde, é de enorme gravidade. Além disso, o problema vem se agravando nos últimos anos, durante o Governo Fernando Henrique Cardoso. Na realidade, os dados são absolutamente evidentes e claros. O primeiro fato importante é o seguinte: quando Fernando Henrique assumiu o Governo, a dívida brasileira era de US\$148.000.000.000,00. Hoje, ela é de US\$100.000.000.000,00 a mais, ou seja, de US\$248.000.000.000,00. Portanto, Fernando Henrique gerou uma dívida nacional de US\$100.000.000.000,00. Isso significa que, anualmente, somente pelo fato de Fernando Henrique ser governo, temos um pagamento adicional de juros em torno de US\$10.000.000.000,00 de sua responsabilidade.

Para quem achar que esses números não são tão expressivos, quero dizer que, hoje, no Brasil, o pagamento estimado de juros sobre a dívida externa será da ordem de R\$18.000.000.000,00, o que significa o patrimônio de Furnas, Belgo-Mineira, CEMIG, USIMINAS, AÇOMINAS e TELEMIG juntas. Seria como colocar as seis grandes empresas de Minas Gerais, cujo patrimônio totaliza US\$17.500.000.000,00, colocá-las em um contêiner e jogar tudo dentro do lago de Furnas todos os anos. Esse é o custo do endividamento externo brasileiro. Se sairmos de Minas Gerais, observando todo o Brasil, veremos que significa o patrimônio líquido das duas maiores empresas brasileiras, que são a Vale do Rio Doce e a PETROBRAS. Todos os anos, pegamos uma Vale e uma PETROBRAS, colocamos em um contêiner e afundamos no Oceano Atlântico, com seus empregados, impostos, renda gerada e todos os benefícios associados à produção dessas grandes empresas brasileiras.

Em síntese, o problema é de extrema gravidade. E mais, ele está se agravando. Por quê? Quando Fernando Henrique assumiu o governo, a relação dos juros sobre a exportação era de 15%. Hoje, é de 30%. Os indicadores do endividamento do Brasil duplicaram durante o Governo Fernando Henrique Cardoso. Então, o primeiro ponto é o seguinte: a dívida é um problema de enorme gravidade, significa jogar pelo ralo recursos gigantescos em quaisquer padrões, mesmo os internacionais, sejam eles americanos, alemães, japoneses. Dezoito bilhões de dólares é muito dinheiro, principalmente para um país pobre como o Brasil.

O segundo ponto é que a responsabilidade - ou irresponsabilidade - desse Governo é enorme. Os indicadores de endividamento sobre renda e exportação e os pagamentos de juros sobre renda e exportação, quando não duplicaram, praticamente chegaram perto disso ao longo dos últimos cinco anos. Então, a responsabilidade desse Governo é absoluta quanto a esse grave e crescente problema.

O terceiro ponto é que o endividamento externo é um extraordinário obstáculo ao processo de desenvolvimento econômico do País. Não teremos desenvolvimento se não resolvermos cinco problemas centrais. O primeiro deles é a dívida externa. Ela significa dois vazamentos: transferência de renda do Brasil para o mundo, ou seja, nossa renda diminui, todos os anos, US\$18.000.000,00. Nós mandamos essa renda para eles. Produzimos, pagamos tudo e mandamos para eles. É a transferência de renda de um país pobre e injusto para países ricos e não tão injustos quanto o nosso.

O segundo problema é que a dívida externa significa a saída de uma mercadoria estratégica, que é o dólar. O pagamento da dívida significa transformar reais em dólares. Isso gera enormes problemas para a sociedade, porque mercadorias também muito importantes para nós, mais importantes que o dólar, como o trigo e o petróleo, são compradas em dólar. Quando temos de comprar dólar, estamos afetando o mercado de bens e outros serviços da sociedade. Não teremos desenvolvimento neste País se não pararmos com o vazamento de dólares e com a pressão no mercado de câmbio: essa necessidade de gerar dólar a qualquer custo, por causa da dívida externa.

O segundo problema está também relacionado com a dívida externa: a vulnerabilidade externa do País. O Brasil tem uma baixíssima capacidade de resistência a pressões internacionais, a fatores desestabilizadores e a choques externos. Com qualquer coisinha que acontece no mundo, ficamos fragilizados; qualquer chuvinha no mundo, pegamos uma pneumonia. Como resultado, temos um país com baixa capacidade de resistência ao mundo. Isso piorou durante o Governo Fernando Henrique Cardoso, e nossa fragilidade continua aumentando. Nossa vulnerabilidade continua crescendo extraordinariamente. Enquanto não ficarmos fortes frente ao mundo, seremos um país subdesenvolvido, sem soberania, curvado frente a pressões internacionais.

O terceiro aspecto importante é a dívida interna, que, em certa medida, está associada à dívida externa, porque parte da dívida interna tem um componente em dólar. O Brasil deve US\$100.000.000.000,00, sendo que parte da dívida interna é em dólares, e parte, em títulos cambiais. Isso é importante, não podemos esquecer que a dívida externa afeta o câmbio, o dólar, e ele afeta a dívida interna. Quando o Estado de Minas Gerais ou o Governo do Rio de Janeiro quer aumentar o salário do funcionalismo, ter mais verba para educação, saúde, obras públicas, não poderá fazê-lo: os orçamentos públicos estão travados por causa da dívida pública interna elevada. Como parte desta está em dólar, quando o câmbio vai lá para cima - porque o Brasil é vulnerável, é fraco, tem uma dívida externa elevada -, trava-se o orçamento público e não se consegue desenvolver o País.

O quarto obstáculo é a concentração de renda e riqueza. O Brasil é campeão mundial em concentração de renda, mas é pentacampeão mundial em concentração de riqueza. Temos de fazer uma reforma agrária séria, pois esse simulacro de reforma agrária que o Governo está fazendo não resolverá nossos problemas. Temos de fazer uma reforma financeira radical, de forma a acabar com o "rentismo" parasitário que existe no sistema financeiro; vira e mexe, quando há crise financeira, o povo é obrigado a pagar bilhões de dólares para salvar Bancos gerenciados só Deus sabe como e com que tipo de conexões políticas sérias e predatórias.

O quinto aspecto importante, que também é um obstáculo, é a questão das reformas institucionais. O Brasil precisa fazer reformas institucionais sérias: do Judiciário; dos meios de comunicação, que são servis neste País, tão subservientes, tão venais; é necessária uma reforma do aparelho do Estado, para dar melhores condições de funcionamento da burocracia e do funcionalismo público, possibilitando condições de regulamentar, intervir e fazer essa sociedade funcionar de uma forma mais justa e eficaz.

O Brasil não se desenvolverá enquanto não resolver os cinco obstáculos centrais ao seu desenvolvimento econômico: a dívida externa, a dívida interna, a vulnerabilidade externa, a concentração de renda e riqueza e a reforma das instituições, que vai do aparelho do Estado ao Judiciário, aos meios de comunicação e a outras instituições públicas e privadas. A dívida externa é um entrave importante à reforma das instituições e do aparelho do Estado.

Em decorrência das estratégias do Governo Fernando Henrique e do desequilíbrio do endividamento, o Brasil caminha numa gravíssima trajetória de instabilidade e crise. O Brasil desce a ladeira, está num processo de voltar para trás, não só do ponto de vista econômico, mas também social, político e institucional. Não exageraríamos se dissessemos que o Brasil atravessa também uma fase de regressão ética. Basta, a quem duvida disso, assistir hoje, às 14 horas, pela televisão, ao depoimento de um ex-assessor e amigo íntimo do Presidente da República, enclacrado em mais um escândalo de contratações de obras do serviço público. Resultado: o Brasil está voltando para trás, está regredindo.

Do ponto de vista econômico, a origem do problema foi a abertura econômica jamais vista no Brasil, jamais vista em nenhum lugar do mundo, que Fernando Henrique fez com assustadora profundidade, amplitude e velocidade nos últimos cinco anos. Essa abertura atingiu a questão comercial, a monetária e financeira, a tecnológica e a questão produtiva real. Em nenhum país do mundo, desnacionalizou-se o aparelho produtivo de maneira tão rápida, profunda e ampla quanto no Brasil, durante o Governo Fernando Henrique Cardoso. Não há registro disso na história do Brasil e do mundo.

Qual a consequência dessa liberação generalizada e, até, irresponsável? O aumento brutal da vulnerabilidade externa. Viramos um país frágil e curvado frente ao mundo. Essa fragilidade significa que o Brasil está sempre à beira de uma crise cambial. A próxima crise cambial é uma questão de tempo, e crise cambial faz com que o Governo implemente políticas econômicas, monetárias e fiscais sempre restritivas, políticas salariais predatórias e políticas de contração de gastos públicos cada vez mais degradantes para a sociedade.

Estamos degustando o arrocho fiscal. Nossa renda pessoal disponível hoje é menor que a do ano passado, porque os impostos aumentaram. A carga tributária brasileira, nos últimos cinco anos, deu um salto quântico. Explodiu de 5% para mais de 30%. Isso afeta o trabalhador, o desempregado e, particularmente, o pequeno e o médio empresários, já que os grandes grupos econômicos têm mecanismos para ultrapassar os esquemas tributários mais pesados.

Na realidade, o que tivemos foi a redução de renda da população. Ficamos mais pobres. O pequeno e o médio empresários tiveram menos recursos para investir; conseqüentemente, mais desemprego e piora nas condições de vida. Impostos altíssimos levaram empresas e instituições públicas à falência. Estamos vivendo problemas econômicos graves: desemprego, orçamentos travados, falta de investimento.

A falta de recursos públicos gera problemas enormes, como a violência. Não só o Rio de Janeiro é uma cidade violenta. Belo Horizonte, Recife, Fortaleza e Salvador são também muito violentas. De norte a sul, a civildade brasileira regride.

Isso resulta de políticas do Governo. Há políticas econômicas de arrocho fiscal e monetário, de contração de salário e de crédito, o que gera problemas econômicos e sociais e acaba gerando degradação das instituições e da política neste País. As instituições brasileiras - o Congresso, os partidos políticos, as universidades, as Forças Armadas, o Judiciário, os meios de comunicação - estão sendo degradadas nos últimos tempos. Sua credibilidade está cada vez mais baixa. Atualmente, no Brasil, mais de 80% da população avalia como ruim o Governo Fernando Henrique Cardoso.

O Governo é uma instituição, o Executivo é uma instituição. Os mecanismos de Estado se deterioram e se degradam. É extraordinária a perda de credibilidade não só das instituições públicas, como também das instituições privadas. Há 15 ou 20 anos, a Federação das Indústrias de São Paulo tinha uma força política e econômica fundamental. Hoje, é uma instituição esvaziada. A Confederação Nacional da Indústria é, atualmente, uma pávida lembrança do que era há alguns anos. A imagem do BNDES está abalada. Conforme afirmou meu colega Marcos Arruda, é uma instituição que está financiando grandes multinacionais, motivo de riso em nível internacional. Quando se diz que um Banco nacional de desenvolvimento financia uma multinacional na Bahia, as pessoas afirmam que isso aqui se transformou, literalmente, em uma república de bananas. O resultado é a degradação das instituições públicas e privadas.

Qual é o algoritmo brasileiro, a trajetória de instabilidade e de crise gerada pelo Governo Fernando Henrique? É uma trajetória que vem de uma abertura irresponsável, inconseqüente e, até, criminosa; gera uma brutal vulnerabilidade deste País no cenário internacional e frente a choques externos. Essa vulnerabilidade provoca choques cambiais permanentes. E as políticas econômicas geram esgarçamento do tecido social e problemas econômicos seriíssimos, o que acaba provocando uma crise política e institucional não trivial.

Esses escândalos que estamos testemunhando no Brasil, essa tensão nas instituições, nos processos políticos, nas estruturas políticas, nas relações políticas institucionais resultam da trajetória de instabilidade e de crise dos últimos cinco anos. E a relação tensa entre as diferentes instâncias do Governo - Municipal, Estadual e Federal - resulta das estratégias equivocadas e das políticas inconseqüentes do Governo Fernando Henrique Cardoso.

O Brasil está descendo a ladeira, e o poço não tem fundo. A história brasileira e mundial mostra que se chega um ponto de não -retorno, do qual estamos nos aproximando. As tensões estão crescendo. O problema do endividamento externo é um dos mais importantes do País e origina a degradação das instituições, a deterioração da política, o esgarçamento do tecido social e o agravamento extraordinário da questão econômica no País. Em síntese, enquanto não enfrentarmos o problema da dívida externa, não reverteremos a história de instabilidade e de crise que vem se agravando em decorrência de uma estratégia do Governo Fernando Henrique e de suas políticas equivocadas.

Há soluções que não são complicadas. Do ponto de vista técnico, conforme mencionaram meus colegas, não há grandes problemas. O plebiscito da dívida externa é, na realidade, o momento de a população brasileira se conscientizar, de as forças políticas recuperarem este País. Nós, que estamos preocupados com nossos filhos e com nossos netos, passamos a ter futuro, passamos a ter esperança. Cresce a desesperança em nosso País, o que é dramático; cresce a dívida externa, cresce a dívida interna e crescem a violência, a degradação e a deterioração, inclusive ética e moral, o que é muito grave. Para revertermos esse quadro, precisamos de coragem. Não podemos ter a covardia moral da elite brasileira: ter valores, mas não ter a coragem de fazê-los valer.

Hoje, as elites brasileiras que se salvam estão mergulhadas em covardia moral, porque têm valores, e não têm coragem de implementá-los, de realizá-los, por interesse, idiosincrasia, ideologia, etc.

Ontem, a manifestação dessa parte do segmento dos grandes empresários brasileiros de apoiar, dar um cheque em branco ao Presidente da República, nesse escândalo que está ocorrendo no Palácio do Planalto com relação à liberalização de verbas públicas, é um exemplo dessa covardia moral. Podemos supor que são homens de valores, podemos dar crédito a eles, mas o fato de não terem a coragem de investigar o Presidente da República, as forças políticas que controlam os Estados é uma covardia. O povo não pode cair nessa, tem de ter coragem.

Temos de fazer um plebiscito da dívida, uma auditoria. Temos propostas corajosas para questionar o endividamento externo. Não devemos temer retaliações, não devemos temer conseqüências, porque a nossa avaliação é que os maiores problemas que enfrentaremos com relação ao tratamento da dívida externa, seja a suspensão, seja o perdão, seja o enfrentamento qualificado da dívida, seja qualquer outra coisa, os maiores problemas políticos não serão no plano internacional, e sim no plano interno. São justamente das pessoas que se beneficiam do endividamento, o que é prejudicial. Os maiores adversários ao enfrentamento firme, incisivo do problema do endividamento externo não são estrangeiros, são brasileiros, são grandes grupos econômicos vinculados ao sistema financeiro, que se beneficiam disso. A população não deve temer retaliação nem enfrentamento.

Do ponto de vista técnico, temos um cardápio de alternativas para cada tipo de credor, de devedor, e, para cada tipo de instrumento de endividamento, há uma solução diferente. Há solução para o problema do endividamento externo, não tenham dúvida disso. E, quanto ao custo, as implicações, as conseqüências não serão sérias; pelo contrário, a avaliação é evidente, o benefício será um múltiplo dos custos que temos e dos que teremos. Alguns desses custos são hoje um infinitesimal dos custos sociais, políticos, econômicos e morais que o Brasil tem hoje e terá, crescendo como uma bola de neve, se continuarmos com esse endividamento externo, com essas estratégias suicidas do Governo Fernando Henrique e com essas políticas inconseqüentes e irresponsáveis. As saídas não são complicadas, e a avaliação é que os benefícios de se enfrentar com firmeza, com coragem, com uma atitude ética e fazendo valer os valores da sociedade se contrapõem à dessa elite brasileira, que está colocando o País numa trajetória de instabilidade. Isso tem saída e não é um problema, do ponto de vista técnico, de maior complicação. É necessária uma mudança de mentalidade, de natureza política neste País.

Para concluir, esse plebiscito tem papel fundamental para que o povo e parte dessa elite mais alienada possam se conscientizar de que o endividamento externo é um problema de enorme gravidade, que está-se agravando e é um obstáculo ao desenvolvimento econômico do País. Não teremos desenvolvimento enquanto tivermos esse desequilíbrio associado ao endividamento externo. E mais: enquanto estivermos enclacrados com o desenvolvimento, continuaremos em uma trajetória de instabilidade e de crise. Esse é o destino desta sociedade, de nossos filhos, se não revertermos esse quadro.

Por fim, é responsabilidade deste Governo o agravamento, o nível de dramaticidade a que chegamos. Houve uma mudança quantitativa e qualitativa dramática do nosso endividamento e de nossa vulnerabilidade externa. Enquanto não revertermos essa vulnerabilidade externa e esse nível brutal de endividamento, o Brasil não irá para a frente. Pior: irá continuar andando para trás. Assim, essa idéia do plebiscito é muito importante para criarmos um momento político para que tomemos iniciativas concretas e eficazes. Enfim, do ponto de vista técnico, econômico, não há maiores restrições ao enfrentamento do problema: é um problema de interesse e de vontade política. Muito obrigado.

Esclarecimentos sobre os Debates

O Sr. Coordenador (Deputado Rogério Correia) - Neste momento, daremos início à fase de debates. A coordenadoria vai conceder a palavra aos participantes que desejarem formular perguntas aos expositores. Os telespectadores poderão formular perguntas pelo telefone 0800-310888 ou pelo fax 290-7948.

Quero informar a todos que os expositores têm vôo de volta previsto para as 13 horas. Desta forma, terão de sair, impreterivelmente, às 12 horas, horário previsto para o término da teleconferência - à exceção do Sr. Ivo Poletto, que terá de sair às 11h15min. Assim, como foram feitas várias perguntas, teremos de agrupá-las e, provavelmente, não teremos tempo suficiente para que todos que se inscreveram para fazer perguntas orais possam se manifestar. A coordenadoria vai intercalar as perguntas orais com as escritas.

A Sra. Grasielle Barbosa Leão Richeburg - Gostaria de ler uma pequena análise que escrevi para melhor expor minhas idéias, explicando e questionando a situação do Brasil, acreditando que nelas há uma saída para a situação de endividamento do País.

Privatizar foi uma resposta, uma possível solução encontrada pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso. Essa solução baseava-se em vender grandes empresas nacionais e privatizar para grandes empresários, e estes são 90% estrangeiros. Com o dinheiro da venda, pensava-se pagar a dívida externa ou parte dela, mas isso não aconteceu. O nosso Governo continua a pagar somente os juros dessa imensa dívida. A única explicação para o dinheiro das privatizações não ter chegado à dívida externa são os desvios ou, até mesmo, as dívidas internas, não acredito muito, já que estas também não estão sendo pagas.

Quero saber o porquê da privatização, já que ela não está pagando a dívida externa e só faz com que estrangeiros tomem conta do nosso patrimônio. As empresas que eram ou são do Governo não poderiam, com o seu lucro, pagar parcelas até o término da dívida externa? Consideramos que o dinheiro das privatizações estava direcionado para o pagamento da dívida externa, mas isso não ocorreu, e as multinacionais, cada vez mais presentes em nosso território, estão ganhando o nosso dinheiro e o levando para a terra natal.

O Brasil está vivenciando uma terrível crise de dívidas: dívida externa e interna e dívidas sociais. E podemos citar vários problemas que enfrentamos, como o desemprego, a reforma agrária e a falta de recursos para investir na nossa precária educação, na nossa vergonhosa saúde pública, etc.

A privatização está sob suspeita, como diz essa reportagem do "Estado de Minas", e sabemos que não é só suspeita, é confirmação: vemos que, em meio ao pagamento da dívida externa, o dinheiro das privatizações some. Há desvios, hipocrisia e muitas falcaturas na política, e elas devem ser trazidas à tona, para que pessoas como o Juiz Nicolau sejam desmascaradas, punidas e não continuem a roubar.

O Sr. Alvinho Custódio de Souza - Bom-dia a todos! É muito importante muitas pessoas estarem participando deste debate. Achei muito interessante o que foi explicitado em relação ao plebiscito nacional, mas queria fazer uma reflexão sobre o que gera essa dívida. A primeira pergunta que gostaria de fazer é a seguinte: qual o significado das patentes, principalmente a da biodiversidade e todas as que estão relacionadas com o meio ambiente, a ecologia e, sobretudo, com o DNA, da Medicina?

Antigamente, eu pagava uma patente para usar uma calça Lee. Se não tivesse recursos, poderia usar outra. Hoje, no Brasil, para o Estado do Amazonas, passou no Congresso Nacional uma lei relacionada com a diversidade, que perpassa a patente para os Estados Unidos. Então, se tivermos necessidade de agir no Brasil, de usar coisas que são brasileiras, teremos que pagar patente para os Estados Unidos.

A primeira reflexão é sobre o que significa patente e se ela origina a dívida externa, porque, no meu entendimento, algumas delas são até hereditárias, como se fosse uma agiotagem intelectual.

A segunda reflexão se relaciona com as questões da Medicina. Os principais laboratórios produtores de remédio são do Primeiro Mundo. No Brasil, a inflação deste ano não chega a 10%. Os remédios ficaram convertidos, e não houve aumento no mês de julho, e, só para o próximo ano, já se introduziram 67%. Isso tem relação com as patentes? Isso tem relação com o proibir as pessoas de terem existência? Se for nesse sentido, pergunto se há condições de lançarmos uma nova patente proibindo as outras ou fazendo uma reforma nos critérios: se se tem que pagar, que isso seja por direitos humanos, para se garantir, por exemplo, que, na globalização, o direito humano e a cidadania estejam como eixo.

A última pergunta é se todo esse projeto que estamos discutindo e vai "rolar" no Brasil tem alguma relação, algum poder para, depois que acabar o plebiscito no Brasil, fazermos uma intervenção na globalização. Se não tiver, gostaria de sugerir que fizéssemos, logo após esse movimento, que será em setembro, no mínimo, na América Latina, um movimento para começarmos a fazer uma intervenção na América Latina. Obrigado.

O Sr. Coordenador - Obrigado, Alvinho. Como o Ivo terá que sair antes, selecionamos várias perguntas que vieram por escrito ou por telefone. Então, temos quatro eixos de perguntas que já passaríamos para o Ivo. Foram várias as perguntas feitas nesse sentido. A primeira é do José Jamir Chaves, há outra do Paulo Roberto da Silva. Pergunta ao Ivo Poletto: qual sua opinião - a dívida externa já foi paga ou não? A outra pergunta é sobre o perdão da dívida, se é correto usarmos o termo que a "dívida seja perdoada", se tem sido feita alguma coisa para que ela seja perdoada e se o termo correto a ser usado seria esse. Pergunta feita por Leandro Vieira e por Gustavo Henrique, do Instituto Sagrada Família. Há uma outra pergunta para o Ivo, pedindo uma explicação sobre como seria feito o plebiscito: "Explique melhor as perguntas que serão feitas no plebiscito nacional. Está havendo a preocupação de que elas sejam feitas de modo a serem compreendidas pela população?". Essa pergunta foi feita por telefone. Há ainda para o Ivo Poletto: "Por que não pressionar o Congresso Nacional para criar uma CPI das dívidas interna e externa?". Uma outra pergunta, feita pelo representante do MST: "Se vencer, no plebiscito, o não-pagamento da dívida, qual o passo seguinte que deveria ser dado pelo País?".

O Sr. Ivo Poletto - Foi bom que tenham vindo perguntas dos participantes diretamente e de outros que estão acompanhando esta teleconferência. Vou, evidentemente, dar algumas respostas um pouco rápidas, senão o debate não corre e não há a participação dos outros colegas. Primeira pergunta: a dívida externa foi paga ou não? Temos informações, inclusive do Tribunal da Dívida Externa, de um especialista que estuda as dívidas não só do Brasil, mas também de todo o mundo, indicando que, nos últimos 10, 12 anos, a dívida externa foi paga. Aquele montante de recursos que foram - digamos - tomados emprestados foi pago quatro vezes, quer dizer, pagou-se quatro vezes mais do que aquilo que se recebeu. Assim mesmo, no mesmo período, a dívida nominal, que continua sendo cobrada, também multiplicou-se quatro vezes. Então, está aí um pouco o mistério da dívida. É um pouco como o sistema do BNH: pagamos, pagamos, pagamos, e o preço da casa está muito acima do próprio preço de mercado. Parece que, no Brasil, aprendeu-se com os mecanismos da dívida externa. Então, em termos financeiros, ela, provavelmente, já foi paga várias vezes.

Por que ela continua existindo e aumentada? Talvez por causa da imposição das taxas de juros, mas isso teria de ser duramente estudado, do ponto de vista da moralidade e da legalidade, por um organismo sério. É o que estamos exigindo: uma auditoria pública da dívida. Então, teríamos que estudar se as taxas de juros são legítimas e legais, se podem ser aceitas. Se não, teremos de descontar tudo aquilo que foi agregado às dívidas de forma ilegal e injusta. Financeiramente, a nossa dívida e a de outros países, provavelmente, já foi mais do que paga. Quem disser o contrário que não impeça uma auditoria pública e soberana do nosso endividamento.

Quero dizer mais. Quero dizer que nós, brasileiros, exigimos do Congresso e do Governo não só uma auditoria pública, mas também - como parte da campanha internacional Jubileu 2000 - um estudo de um poder político e jurídico em nível internacional, para analisar o endividamento de todo o mundo, ver se ainda há algo a ser pago ou se os países que hoje se beneficiam desse endividamento não passarão a ser devedores dos outros povos.

Não vou entrar em detalhes, mas quero lembrar que estou falando do período de endividamento financeiro. Se olharmos por outra dimensão, por exemplo, a da história do Brasil, dos nossos povos irmãos da América Latina e dos povos da África, a história da colonização e de tudo que foi levado desses países para a Europa, para os Estados Unidos e para outros países, evidentemente, estaremos cheios de crédito. Temos os cálculos feitos com base no que a Alemanha pagou a Israel devido ao massacre dos judeus na Europa, na última Guerra. O Marcos tem os cálculos e, depois, poderá passá-los. Se seguíssemos as mesmas regras desse cálculo, na América Latina, ultrapassaríamos US\$3.000.000.000.000,00 somente para negros e índios, que tiveram seus povos e suas famílias massacradas no processo de colonização e de trabalho escravo. Se olharmos por essas diferentes dimensões, não só não devemos mais nada, como também somos, efetivamente, credores. Mas credor é o nosso povo, e não as elites deste País, que são tão criminosas quanto as internacionais, porque usurpam a vida do povo por meio da relação de endividamento e concentram na riqueza e na renda as vantagens que têm para se relacionar com os nossos credores internacionais.

Com relação à segunda questão, se é correto falar em perdão da dívida ou das dívidas, quero fazer duas observações. Se tomarmos o sentido do perdão bíblico na tradição judaico-cristã, se tomarmos o sentido do perdão contido na mensagem bíblica, poderíamos dizer que é correto. Por quê? Segundo a visão bíblica, quem deve pedir perdão é aquele que impediu a vida de alguém, quem deve pedir perdão é aquele que reduziu alguém à escravidão, quem deve pedir perdão é quem, tomando as terras, impediu a vida do irmão, da mãe, da família e assim por diante.

Então, no caso, quem deve pedir perdão não são os nossos pobres empobrecidos que vivem na miséria, mas sim aqueles que usam a dívida para empobrecer o mundo. Devem cancelar a dívida e depois pedir perdão ao povo, não o contrário.

Nesse sentido, diria que, numa linguagem de caráter teológico, religioso e ético, discutir e pedir perdão está correto. Numa relação política e de povos, devemos falar claramente de cancelamento dessas dívidas. Temos que exigir que esse cancelamento seja feito a partir de estudos objetivos: quem deve a quem e o quê. Esses estudos devem ser feitos segundo a dimensão jurídica, econômico-financeira e das relações morais e de roubo, que também estão contidas nessas relações.

A propósito, gostaria de lembrar aos senhores que, finalmente, houve a decisão da justiça argentina em relação ao processo movido por um grupo de advogados e apoiado pela sociedade, contra a dívida externa, que foi considerada um crime contra o povo. Infelizmente, a decisão da justiça argentina, por um lado, deu total razão àqueles que fizeram a acusação de que a dívida argentina era um crime contra o povo. Nesse sentido, condenou todo o endividamento argentino, aceitando os argumentos que foram apresentados. No entanto, na prática, a justiça não teve coragem de responsabilizar aqueles que deveriam sê-lo. Ao contrário, repassou a responsabilidade para o Congresso Nacional. Repassou todo o material do juízo ao Congresso Nacional, exigindo que tomasse providências de caráter político.

Assim, os nossos irmãos da Argentina ganharam uma parada, mas, ao mesmo tempo, têm nova tarefa política: exigir do Congresso Nacional que seja levada a sério a decisão da justiça. De toda forma, na Argentina, no processo judiciário, comprovou-se que ela não tinha documentos contábeis da sua dívida, ou seja, valia quem gritava ou tinha mais poder. Não havia sequer os contratos contábeis para poder argumentar na justiça que de fato a Argentina devia tanto ou quanto. Será que no Brasil existem os contratos? Só saberemos se existem se houver uma auditoria pública da dívida ou então um julgamento através do Judiciário.

A terceira questão é: "Quais são as perguntas que vamos apresentar no plebiscito?". Houve um processo muito rico de diálogo democrático antes de se chegar a essa formulação, que representa o acordo de todas essas entidades em relação ao processo de luta contra o endividamento e em favor de novas medidas para o País. A primeira pergunta é: "O Governo brasileiro deve manter o acordo com o FMI - sim e não?". Já falamos sobre esse acordo.

A segunda pergunta é: "O Brasil deve continuar pagando a dívida externa sem realizar uma auditoria pública, como previa a Constituição de 1988?". Aqui faço uma observação. A Constituição, nas disposições transitórias, exigia que em um ano o Congresso Nacional organizasse uma auditoria pública. Começou a funcionar e foi desativada, sem chegar a conclusões em momento em que o atual Presidente e o atual Ministro da Fazenda fecharam o acordo da dívida e depois impuseram, enrolaram ou tiveram o assentimento dos Senadores e aprovaram aquela negociação e deixaram a auditoria. Então, queremos retomar a auditoria pública sobre a dívida.

A terceira questão é sobre a dívida interna. E aí entram os Estados e municípios, além da dimensão federal. Os Governos Federal, Estaduais e Municipais devem continuar usando grande parte do orçamento público para pagar a dívida interna aos especuladores. Se alguém ainda tem dúvida, precisamos esclarecê-las. Espero que o debate de hoje tenha deixado claro que a nossa resposta para as três questões tem que ser um redondo e firme "não".

Finalmente, por que não pressionar o Congresso por uma CPI das dívidas externa e interna? Na verdade, estamos, já no Congresso, com propostas para uma auditoria pública, que é uma instituição que tem representação, inclusive da sociedade, do Governo e do Congresso, para que se possa fazer um estudo conclusivo em relação à dívida. De certa maneira, é mais do que uma CPI, é uma instituição que tem o poder de decidir se devemos ou não marcar políticas de como enfrentar a questão da dívida. Na verdade, já estamos no Congresso e queremos que o próprio plebiscito seja também uma pressão da sociedade brasileira para que as nossas instâncias, no caso, o Congresso Nacional, dêem um passo corajoso nessa direção. Se vencer o plebiscito, qual o próximo passo? Ainda não fizemos o plebiscito, então não discutimos qual o próximo passo. Mas, sem dívida nenhuma, esperamos que haja uma participação grande no plebiscito. Isso nos dará força para vermos que passo daremos. A nossa expectativa é que, com a pressão da sociedade civil, o Congresso abra para a questão da prática dessa auditoria pública da dívida. E, enquanto se faz a auditoria, que seja suspenso o pagamento da dívida e se passe a aplicar os recursos que não serão gastos em dívidas já de imediato, em favor dos resgates das dívidas estaduais. Evidentemente, se isso acontecer - e vamos pressionar para que aconteça -, teremos também o desafio de nos organizarmos para garantir que o recurso que não vai ser mais torrado na dívida externa e interna seja, efetivamente, aplicado em políticas em favor do resgate das dívidas sociais da nossa população. Muito obrigado.

O Sr. Coordenador - Esta coordenadoria gostaria de deixar o Ivo à vontade, porque também a imprensa gostaria de trocar algumas palavras com ele, e o seu vôo sairá logo. A coordenadoria agradece a grande contribuição dada por ele ao nosso debate.

O Sr. Ivo Poletto - Quero agradecer a oportunidade e dizer que estou viajando agora porque hoje foi iniciada a reunião da Coordenação Nacional do Plebiscito, em São Paulo. Se não pegar esse vôo agora, perderei toda a parte da tarde também. Na verdade, continuarei junto com vocês e, na reunião da Coordenação, tomaremos as últimas decisões para organizarmos, da melhor forma possível, o plebiscito, na maior parte das localidades de nosso País.

E aproveite para conchamar a todos. Não esperem pelos outros para organizar o plebiscito. Ele é nosso e vai ser uma força enorme, que irá democratizar mais o nosso País. Organizem-se, chamem todas as pessoas, todas as entidades e entrem em contato com as coordenadorias estaduais. Assim, poderemos organizar esse plebiscito a partir da iniciativa de todos os cidadãos. Muito obrigado.

A Sra. Celina Alves Padilha Arêas - Primeiro, parabéns a Assembléia Legislativa por esta teleconferência, pois sabemos da importância da sua participação no plebiscito da dívida externa. O sindicato dos professores estará junto aos professores e alunos nessa luta.

Vou dirigir minha pergunta ao Dr. Reinaldo Gonçalves, mas gostaria que os outros participantes da Mesa também dessem sua opinião. Dr. Reinaldo, ao abordar os vários problemas, como deveria ser feita a transferência de rendas, a transformação de reais em dólares, a pouca resistência do Brasil às pressões internacionais, expôs a necessidade de se fazerem reformas institucionais. Ai, foram citados alguns pontos, como comunicação, justiça, Estado, etc. Gostaria que se aprofundasse sobre as reformas e falasse sobre a relação real desse tipo de reformas com a dívida externa.

O Sr. Eloísio Godinho - Gostaria de cumprimentar esta Casa por esta iniciativa. Na nossa opinião, essa dívida externa é impagável. Desde 1822, quando o Brasil Império fez seu primeiro empréstimo a Portugal, com o aprofundamento da crise do capitalismo no mundo inteiro, os pobres, os oprimidos, os trabalhadores têm seus direitos sociais cortados, em função do pagamento da dívida externa. E nosso País não é diferente. Nos últimos anos, com a relação profunda do Governo FHC com os governos neoliberais da América Latina e com a relação com o FMI, cada vez mais a miséria impera neste País. Somos 85 milhões de pessoas vivendo na pobreza, 15 milhões de pessoas que não têm onde morar. De acordo com o levantamento feito pela Coordenação Nacional do Plebiscito, somente os juros da dívida externa dariam para erradicar o déficit habitacional. Não haveria necessidade de nenhuma pessoa morar debaixo do viaduto, de pontes, debaixo de lonas, em áreas de risco de vilas e favelas. Só em Belo Horizonte há 55 mil famílias que vivem essa situação. Portanto, na nossa opinião, o plebiscito da dívida externa é importante para que cada cidadão aumente seu nível de consciência. É necessário que esse Governo, submetido aos interesses do FMI e do imperialismo norte-americano, rompa com tudo isso e construa um governo revolucionário dos trabalhadores. Somente assim poderemos pôr fim ao FMI. Qualquer outro governo que tenha o apoio da burguesia, das classes dominantes que estão nos explorando há 500 anos, vai continuar pagando o FMI. Na nossa opinião, somente construindo um novo regime, com a luta do nosso povo, dos operários, dos sem-terras é que vamos conquistar a nossa verdadeira soberania. Não ao pagamento ao FMI e ao imperialismo americano!

O Sr. Breno Marques Ribeiro de Faria - Está muito claro para a população brasileira que as medidas tomadas pelo nosso Presidente estão dilacerando o desenvolvimento da Pátria, causando a fome e a pobreza generalizadas, destruindo a educação e a saúde. Se até a população já pode ver o efeito da administração predatória causada pelos protegidos dos grandes empresários, como seus patrocinadores e comparsas conseguem dormir à noite, sabendo que ajudaram uma criança a morrer de fome, doença ou violência?

A Sra. Maria Lúcia Carneiro - Tenho uma pergunta para o Prof. Reinaldo, primeiro. Depois, farei outra para o Prof. Marcos Arruda. Prof. Reinaldo, como o senhor sabe, o Fisco Fórum de Minas Gerais é a entidade que congrega toda a fiscalização do Estado - federal, estadual, municipal e da Previdência do Trabalho - e está elaborando uma cartilha. Os livros do senhor e os do Prof. Marcos Arruda são nossas principais fontes de consulta. Tivemos uma grande dificuldade na busca de dados e nos assustamos com a divergência existente entre os dados de uma mesma fonte. Então, gostaria que os senhores comentassem mais sobre o assunto, para que isso nos ajudasse no convencimento das pessoas sobre a necessidade de se fazer uma auditoria. Nós, como auditores, apoiamos e queremos essa auditoria. Achamos que esse é um fato que precisa ser mais explorado, para que se possa convencer a população a participar desse plebiscito pela auditoria da dívida.

Para o Prof. Marcos Arruda, quero fazer uma pergunta ligada a esse quadro dramático da degradação generalizada, econômica, moral e ética, bem como do desmonte do serviço público no País, que sentimos na pele, do crescimento da violência e da corrupção no País. Nossos nobres representantes do Congresso Nacional estão aprovando o Projeto de Lei nº 220/98, que dificulta ainda mais o acesso do Fisco aos dados bancários dos sonegadores. Todos sabemos quem se utiliza desse "sigilo bancário". Ele protege, na verdade, o crime organizado, a remessa ilegal de recursos para o exterior. É por isso que o Brasil está desse jeito, por causa dessa falta de transparência nessas operações. Temos fiscais que poderiam atuar nisso, mas que estão impedidos por causa de uma legislação que nossos próprios representantes estão votando.

Gostaria de ouvir a sua opinião sobre esse assunto e sobre a atitude daqueles que se dizem representantes do povo. Quem eles estão representando?

O Sr. José Roberto Rezende - Sr. Presidente, senhoras e senhores, meus companheiros de Mesa, a primeira sensação que temos é a de que estamos repetindo uma discussão velha, uma discussão antiga. Então, pensamos: para quê? Existe uma diferença de qualidade muito grande entre este encontro de hoje e outras manifestações ocorridas. Lembro-me de que, quando eu era estudante de Direito, na rua, já falávamos contra a remessa de lucros. Essa já era uma bandeira de luta. De lá para cá enfrentamos as botas da ditadura militar, cassetetes e outras coisas, para discutir, em manifestações de rua, o mesmo assunto. Hoje, estamos trazendo essa discussão para dentro da Assembléia Legislativa. Então, parabéns à Assembléia e aos debatedores aqui presentes. Neste momento, sinto-me orgulhoso de ser brasileiro.

Lembro-me, por exemplo, de que recentemente o Governo federal negou o repasse de verbas ao Estado de Minas Gerais, numa rigidez e numa agressividade, não ao Governador Itamar Franco, mas ao povo de Minas Gerais. Nós é que sofremos as conseqüências disso. Mas, essa mesma coragem que ele tem para enfrentar o povo mineiro, não tem para preservar o nosso patrimônio público, construído à custa do suor, do sangue e de muitas vidas, e entrega-o a preço de banana.

É um Governo extremamente forte para o povo brasileiro, mas frágil e covarde perante o capital internacional e o FMI. Já estou cansado de ficar gritando contra o FMI. Acho que já está na hora de mudarmos o centro da nossa preocupação e ataque.

O grande inimigo brasileiro não é a comunidade internacional nem o FMI, como ouvi aqui, hoje, mas está incrustado no Palácio do Planalto, com a nefasta política neoliberal.

Não vamos argumentar que não podemos estabelecer moratória ou fazer esse plebiscito, porque teremos retaliações internacionais. O povo cubano sofreu uma séria retaliação, mas de caráter profundamente ideológico, num país que acaba de sair empobrecido de uma revolução. Hoje, a comunidade internacional não tem a coragem que o Fernando Henrique tem de enfrentar o povo brasileiro. Temos a Philips, a Esso, a Texaco, milhares de empresas internacionais estão aqui dentro. Como esse capital fará retaliações ao seu próprio capital?

São essas as questões que queria colocar. Vamos ver se conseguimos, num curto espaço de tempo, promover esse plebiscito para resgatar nossa dignidade econômica, moral e ética. É o que tinha a dizer. Muito obrigado.

O Sr. Coordenador - Obrigado, José Roberto. Ainda temos alguns oradores inscritos, mas vamos aproveitar as várias perguntas que temos aqui e outras que chegaram por telefone e via EMBRATEL. Vou direcioná-las, ao Prof. Reinaldo, para que ele possa responder, além das perguntas feitas oralmente, também as seguintes: pela EMBRATEL, chegou do estudante de Direito Jamilton, da Bahia e, na mesma linha, outra pergunta que nos chegou por telefone, da Elizabeth Pimenta, de Belo Horizonte: "Quando foi que se agravou a dívida externa? Foi na época da criação das grandes estatais, no Governo Getúlio Vargas?".

A outra pergunta, mais ou menos no mesmo sentido: "Como a dívida externa pode ter crescido tanto no Governo FHC, sendo que houve privatização de vários segmentos, como transporte, telecomunicações, etc., justamente para amortizar a dívida?".

Uma outra pergunta, pela EMBRATEL, de Recife, para o Prof. Reinaldo: "Tanto imposto ainda não é suficiente para pagar a dívida?".

A outra pergunta, por telefone, de Douglas Dantas, de Belo Horizonte: "Qual o papel das universidades, que são formadoras de opinião, nesse momento de reflexão nacional sobre o endividamento brasileiro?".

Uma outra pergunta, de Rômulo Luiz Campos, da FETAEMG: "Como resolver a vulnerabilidade e sua importância em relação ao endividamento brasileiro?".

Temos outras perguntas para o Reinaldo, mas vamos nos ater a essas, por enquanto. Solicitaria que você fosse o mais sucinto possível para que pudéssemos, depois, formular mais perguntas, pois ainda existem outras a serem feitas oralmente.

O Sr. Reinaldo Gonçalves - Com relação à privatização, na verdade, acho que o Brasil terá de fazer uma revisão seriíssima desse processo. Foi feita uma avaliação no Rio de Janeiro, pela Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia - COPE -, um dos grandes centros de excelência na América Latina em engenharia, sobre a privatização no Estado do Rio de Janeiro, e o resultado a que chegou foi dramático. O processo de privatização no Brasil não resiste a uma análise de custo-benefício.

Temos de fazer, em algum momento, no futuro, uma revisão, uma investigação sobre esse processo de privatização, não só nas telecomunicações, mas nos grandes eventos que ocorreram no Brasil nos últimos cinco anos, como o PROER, que custou bilhões de dólares ao País. Não sei se os senhores se lembram, mas, em 1995, o Presidente da República disse que o PROER não iria custar um centavo para o povo brasileiro. O Banco Central, em sua balanço do ano passado, mostrou que saíram de nossos bolsos bilhões de reais para pagar resgate, principalmente de três grandes Bancos que eram intimamente vinculados ao Palácio do Planalto, quer seja por relações pessoais e familiares, quer seja por esquemas políticos do próprio Presidente da República. Isso tem que ser revisado. Não podemos ignorar fato econômico, social, político e ético tão grave assim.

Com relação à patente, é importante levar em conta que, além do que está escrito, acontecem os chamados compromissos implícitos toda vez que o Brasil tem uma crise cambial e as elites vão lá fora, de pires na mão, pedir dinheiro ao governo americano, ao Fundo Monetário e aos Bancos internacionais.

O que é um compromisso implícito? Alguém aqui imagina que o governo americano vai dar bilhões de reais ao Governo brasileiro ou que o FMI vai endossar um esquema de 42 bilhões só para o Brasil fazer ajuste fiscal? É claro que isso não passa na cabeça de ninguém. Na prática, o que acontece são os acordos implícitos. Há negociadores-chaves do lado de lá e negociadores-chaves do lado de cá. Lá, o Secretário do Tesouro americano e o Secretário de Comércio mostram sua agenda de demanda: "Queremos isso e isso. Se nos concederem o que pedimos dentro do prazo, liberaremos o recurso". Isso não é colocado no papel. Não há tratado internacional para esse tipo de coisa.

Provavelmente, estão vinculados acordos implícitos à patente e a outras decisões do Governo Fernando Henrique que têm a ver com os interesses internacionais e domésticos. A lei de patente foi assinada pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso no contexto de uma crise cambial séria em 1995, no bojo da crise do México de dezembro de 1994.

Devemos, portanto, prestar atenção aos acordos implícitos. Eles são implementados passo a passo. Por isso é que é difícil para o Presidente da República substituir um Presidente do Banco Central, um Ministro da Fazenda ou uma figura-chave do Congresso, porque eles são as expressões concretas dos chamados acordos implícitos, que, em grande medida, são contrários aos interesses nacionais.

Nesse contexto, as reformas institucionais são fundamentais. As instituições brasileiras foram se degradando ao longo dos últimos anos. O Judiciário, que se curva aos interesses da oligarquia brasileira, é um exemplo disso. É impressionante ver como, no Paraná, em São Paulo, Tocantins e Belém do Pará, o Judiciário curva-se aos interesses do MST, que é uma oligarquia atrasada, do século XVIII. Se não mudarmos o Judiciário, não conseguiremos fazer nada neste País.

Isso vale também para os meios de comunicação, que são servis, subservientes e venais. Se um Diretor do Banco Central assina um documento contrário ao interesse de um "Banquinho" que financia um jornal conservador qualquer, no dia seguinte é montado um dossiê contra ele. Se não reformarmos também os meios de comunicação, o Brasil não avança. Os grandes meios de comunicação no Brasil, de modo geral, trabalham contra os interesses da sociedade brasileira. São conservadores, retrógrados, reacionários e praticam a sordidez e a venalidade em altíssimo grau. Basta ver as matérias sobre o MST publicadas nas grandes revistas brasileiras nas últimas semanas.

O aparelho do Estado também tem que mudar. Critiquei o BNDES e podemos criticar o Banco Central, mas admitimos que, em ambos, há técnicos de excelente qualidade. Trabalhei cinco anos nas Nações Unidas, em Genebra, e posso dizer que os técnicos brasileiros nas áreas tributária, monetária e financeira, são de altíssimo nível.

As elites controlam e corrompem as instituições. Quando criarmos ouvidorias, quando formarmos grupos de tarefas de investigação nessas instituições - daí ser fundamental a

reforma institucional-, descobriremos o que essa elite fez com o Estado, o que corrompeu, o que degradou e destruiu. Não sabemos quanto recurso ela desperdiçou. Não temos sequer idéia da ordem de magnitude do desperdício e do crime que se comete com os recursos públicos neste País. É muito dinheiro e muito desperdício.

A reforma do aparelho do Estado é importante. Mas sou otimista. No funcionalismo público brasileiro, em várias áreas, como na fiscal e na monetária, ainda há baluartes éticos e com fundamentação para fazermos a coisa certa. De fato, é necessária uma reforma institucional no sistema financeiro, na área do Judiciário e na área tributária.

Os sigilos bancário, fiscal e telefônico têm que ser extintos. O professor universitário não precisa de sigilo bancário; tiro meu extrato e mostro a qualquer um. Não há telefones que me comprometam. O problema é a elite brasileira que usa contas internacionais, que faz corrupção, que é venal.

Em síntese, por que tanto imposto no Brasil? Por que esse arrocho fiscal? Isso não tem limite. Se o câmbio sai de R\$1,80 para R\$3,00, vai haver mais imposto, porque o Governo tem que tirar real do povo para comprar dólar mais caro para pagar a dívida externa. Precisamos enfrentar novamente o problema do endividamento externo como uma restituição fundamental do desenvolvimento econômico, mas não apenas dele. Estou convencido de que a questão menos importante é a econômica. Há um problema social dramático, há um problema político, há uma degradação institucional e há uma deterioração ética e moral no País. Isso é que é difícil de ser mudar. Muito obrigado.

O Sr. Coordenador - Temos diversas perguntas para o Prof. Marcos Arruda. Como são muitas, procuramos agrupá-las por assunto. A primeira pergunta foi feita por diversos participantes, entre eles Perácio da Silveira, advogado; Thiago Barbosa de Freitas, do Instituto Sagrada Família; Daniel Pereira Barbosa, Dalila Martins Bicalho, Rafael Gomes da Silva e outros: "Quando abordamos esse assunto em público, sempre surge a seguinte indagação: quais as conseqüências do não-pagamento da dívida externa? O País sofreria retaliações?"

Pergunta feita por Atalina, da UNAFISCO: "Em seu livro, o senhor afirma que a dívida constitui um círculo vicioso - quanto mais pagamos, mais devemos - e que a dívida será eterna, a menos que o povo decida fazer algo. O que o povo pode fazer para interromper essa sangria que o empobrece e esmaga?"

A outra pergunta é de Mateus Gomes Perilo, do Instituto Sagrada Família: "Com relação ao empréstimo feito para a construção da Transamazônica, que não foi pago, existe a possibilidade de toda aquela parte da Amazônia ser tomada?". Ele deve se referir à matéria que, se não me engano, saiu na "Folha de S. Paulo" sobre a hipótese de a Amazônia ser trocada para pagamento da dívida externa.

Uma outra pergunta, de Priscila Resende Moreira: "Como jovem brasileira, preocupada com o futuro do País, pergunto: até onde podemos nos preocupar quanto ao que fazer para termos um Brasil nosso?"

O Sr. Marcos Arruda - Em primeiro lugar, gostaria de registrar a minha alegria, que certamente é a do Reinaldo, em ver esses jovens da Escola Sagrada Família presentes num debate como este. Parece-me que essa é a promessa do trabalho que estamos fazendo de lançar a semente de esperança de que o Brasil pode ser um país feliz, em que toda a população possa gozar do direito de ser gente. Já estamos no declínio da idade e, ao mesmo tempo, acreditamos que a juventude é quem irá dar forças para que isso continue. Mas ela tem de acreditar num mundo em que hoje essa esperança é negada e que parece que só uma coisa interessa: acumular riqueza material, estar feliz agora, amanhã não importa. O fato de vocês estarem preocupados com essa questão, olhando para frente, conscientes da responsabilidade de fazer este País bom para todos, é uma alegria muito grande. Cumprimento a todos vocês por estarem ouvindo pacientemente uma discussão que é bastante complicada.

Com relação às perguntas, já havia marcado algumas que foram feitas no início, como a de Grasielle, que perguntou sobre as privatizações, como a questão das patentes e como algumas outras até chegar a essas recentes. Preocupa-me o fato de o tempo ser limitado, mas vamos ser telegráficos e procurar falar um pouquinho sobre cada coisa.

Primeiro, vou falar sobre a questão da Amazônia. Realmente, saiu uma matéria no "Estado de S. Paulo" dizendo que alguns livros didáticos nos Estados Unidos se referem à Amazônia como área de propriedade internacional. Quer dizer, tiram do Brasil o controle da Amazônia, principalmente do Brasil, porque a Amazônia é peruana, boliviana, equatoriana, e ainda há a Colômbia, a Venezuela e as Guianas como parte. De fato, existe uma grande preocupação de a Amazônia ser tomada como uma espécie de penhor pelos credores do hemisfério norte. Isso foi expresso por nada mais nada menos do que Margaret Thatcher quando era a Primeira-Ministra da Inglaterra. Numa entrevista a uma revista, quando o jornalista perguntou a ela se não temia investimentos ingleses e empréstimos da Inglaterra para o Brasil, já que este era um País de alto risco de insolvência e de colapso financeiro, respondeu tranqüilamente: "Enquanto o Brasil tiver a Amazônia, não tenho medo de uma insolvência do Brasil". Esse é o recado do hemisfério norte de que temos em nossas mãos uma área penhorada, que eles, cedo ou tarde, se não nos comportarmos como querem, vai ser exigida como forma de pagamento.

Já não podemos adiar essa discussão: a questão da Amazônia é amplíssima e envolve mil interesses, desde os indígenas até a riqueza mineral escondida em seu solo, além de toda a sua cobertura vegetal riquíssima. É uma questão fundamental a discussão de uma política de desenvolvimento humano, social e ambiental para toda essa região. Só um governo que tenha preocupação com o povo brasileiro e com a soberania do País poderá lidar com a formulação de uma política como essa e com uma implementação adequada aos interesses de nosso povo. Termine aqui, dizendo que é uma questão política crítica. Saibamos escolher os nossos representantes ou estaremos colocando em risco a Amazônia inteira.

O segundo aspecto são as conseqüências do não-pagamento - uma questão que tem aparecido em todos os debates em que discutimos a dívida e o plebiscito. Há pouco, na televisão, perguntavam-me sobre a diferença entre a nossa proposta de moratória e uma proposta como a implementada pelo Dilson Funaro, em 1987, no Governo Sarney, ou outras moratórias que o Brasil já declarou no passado. A principal diferença é que essas outras moratórias foram declaradas em situação de desespero, em que as reservas internacionais do País se haviam colapsado ao mínimo valor e o Brasil tinha uma condição praticamente nula de negociar termos favoráveis ao País. Essa é a moratória do desespero.

Nós, da Campanha, queremos evitar esse tipo de moratória e achamos que o único caminho é uma moratória soberana, que é aquela declarada pelo País na convicção de que tem uma causa a negociar, sem o desespero de já ter levado à breca suas reservas internacionais; portanto, em condições de bancar um primeiro momento de retaliação, se ocorrer, e de exigir termos favoráveis de negociação do pagamento da dívida e de seu valor. Por isso, achamos fundamental que essa moratória soberana - porque nos termos do interesse do País - seja feita antes de uma situação crítica e vinculada à proposta da auditoria. A auditoria é fundamental, porque vai definir, profissional e tecnicamente, quanto da dívida já foi paga; quanto não deveria ter sido pago, mas foi; quantas vezes já pagamos essa dívida; quem são os credores que ainda merecem que paguemos a dívida e quais são os que não devem receber mais um tostão, ao contrário, deveriam nos reembolsar, nos recompensar pelo que foi arrancado indevidamente. Para dar um exemplo do que seja arrancado indevidamente, refiro-me a uma mudança dos termos do acordo da dívida externa, que ocorreu no fim da década de 70, por ação dos Estados Unidos, que, unilateralmente, decidiram multiplicar por algo em torno de três vezes, no prazo de um ano e meio, a taxa de juros que comandava o pagamento de todos os países que tinham dívidas em dólar, passando de uma faixa histórica entre 4% e 6% ao ano para até 21% ao ano. Foi aí que começou a crise da década de 80, quando o México, depois o Brasil e depois uma série de países se declararam incapazes de continuar pagando. Onde está a ilegitimidade e até a ilegalidade dessa medida dos Estados Unidos? Está no fato de ter contrariado a expectativa na qual credor e devedor fizeram o contrato de dívida.

No livro sobre a dívida externa, discutimos a importância, na legislação romana, que comanda o nosso sistema jurídico, de o contrato ser respeitado pelas duas partes. E, quando há uma mudança das condições que estiveram propiciando o ambiente para o acordo, a parte devedora também se libera do vínculo do contrato.

O nosso argumento é que, tendo a América Latina, como um todo, perdido US\$106.000.000.000,00 com o aumento unilateral das taxas de juros pelos Estados Unidos, já temos aí um crédito de US\$106.000.000.000,00 enquanto povo do continente, em relação aos que hoje se chamam credores e que são norte-americanos.

Esse é um exemplo do que uma auditoria seria capaz de enfrentar. Como ele, existe uma série de outros fatores que nos fazem acreditar que há suficientes elementos para que declaremos uma moratória soberana. Com as bases levantadas por uma auditoria, de evidências sobre a realidade da dívida externa brasileira, podemos nos sentar seriamente com os credores e criar um diálogo, que pode até, em termos políticos, inverter o processo e convencê-los de que quem são os devedores são eles, como o Ivo disse momentos atrás. Essa é a proposta, e acreditamos que ela tem uma profunda diferença em relação às moratórias anteriores.

O que podemos fazer para ter um Brasil soberano? Se pensarmos sobre que país é o nosso, veremos que é um país gigantesco, de 8.500.000km², um dos cinco maiores do mundo em território contínuo, com imensa área fértil e agricultável, enorme área de florestas e clima que favorece a produção agrícola e florestal, população de 166 milhões de habitantes, com grande potencial produtivo: 75 milhões de pessoas formam a população economicamente ativa do País. Se pensarmos em atividades que podem ser produtivas e socialmente benéficas, podemos incluir algumas dezenas de milhões de pessoas que hoje são consideradas inúteis, que são as da terceira idade, que na verdade continuam sendo muito úteis e

poderiam se integrar à área produtiva do País, se ele tivesse um pouco de criatividade para criar atividades rentáveis, de acordo com as condições produtivas da terceira idade.

Se fizessemos uma reforma educativa que vinculasse o trabalho à produção e esta ao universo do aprendizado escolar, teríamos um potencial de transformar juventude em juventude produtiva. É aprender produzindo, aprendendo a profissão através de atividades produtivas. Há um universo de possibilidades que se relacionam com investimentos a fazer na nossa economia, dentro da nossa sociedade. Esses investimentos têm de ser disponibilizados.

Temos um potencial de arrecadação gigantesco, que não é usado por causa da sonegação. E os poderosos que estão sendo beneficiados por isso querem criar ainda mais barreiras, como a companheira mencionou há pouco, como esse decreto que acaba de aumentar ainda mais os muros para se chegar aos sonegadores. O nível de sonegação no Brasil é escandaloso, e isso significa roubo de recursos que deveriam estar sendo destinados ao desenvolvimento da economia e da sociedade brasileira.

Existem recursos suficientes no Brasil para se ter um projeto de desenvolvimento próprio, centrado no Brasil, na demanda potencial que este País proporciona e que até hoje atrai a ambição de tantas empresas do exterior.

Está aqui o nosso potencial. É uma questão de construirmos a força política que tenha a vontade de ter um projeto próprio de desenvolvimento. Essa força tem que vir da sociedade organizada. Este Governo, este Congresso são incapazes de ouvir o clamor da sociedade até que vamos para a rua, que façamos manifestações e que exijamos e elejamos aqueles que, verdadeiramente, podem representar as nossas maiorias. Por isso é tão importante ter critério para eleger adequadamente Prefeitos e Vereadores nessas eleições e preparar adequadamente as eleições de 2002, para fazermos uma reviravolta das prioridades, fazendo a reviravolta daqueles que nos representam, colocando quem de fato é capaz de ser transparente e fiel à nossa população.

A última coisa que quero falar é sobre as privatizações, dizendo que elas fazem parte deste modelo neoliberal de conceber a economia, que os poderosos têm tentado nos convencer de que é o único caminho. A globalização está aí para ficar. Não há outra senão ela. Portanto, adequemo-nos; este é o único mundo real. Meu argumento é o seguinte: atrás de um mundo real, aqui e agora, existe um mundo de potencialidades que é tão real como este. Se não fosse isso, depois de 350 anos de escravidão, em que a força de trabalho humana era vendida e comprada a peso, os escravos eram pesados e vendidos a tonelada e a quilo para os donos de escravos, ainda estaríamos no mundo da escravidão. Felizmente, esse mundo está para trás, ainda que haja resquícios dele no trabalho escravo e no trabalho infantil. O mundo pode mudar. Depende de nós, seres humanos, que fizemos este mundo de desastre em que estamos vivendo. Nós, seres humanos, podemos fazê-lo, transformá-lo em um mundo de felicidade e irmandade entre nós. É uma questão de investir a nossa coragem, a nossa clareza e a nossa vontade para que isso aconteça. As privatizações têm se configurado um desastre. É verdade que a reforma institucional que mencionou o Reinaldo tem a ver também com a reforma das empresas estatais, que hoje estão privatizadas, que hoje estão atravessadas por interesses de grupos corporativos. Não é dessas estatais que precisamos.

O melhor exemplo é a PETROBRAS, que está seguindo lá de dentro mesmo um processo de terceirização e de preparação do caminho para ser privatizada. Não é desse tipo de empresário público e de funcionário público que precisamos. Queremos estatais que sejam realmente públicas e estejam a serviço das maiorias do nosso País. Por isso, sugiro que tenhamos que nos opor a essa política de privatizações e formular uma política de reforma institucional que inclua a definição do que são empresas estratégicas no Brasil, quais são os setores estratégicos que devemos definir e proteger e qual é a política para constituir empresas estratégicas que sejam, efetivamente, públicas, porque a serviço da totalidade da população e da economia do País. Passo para a Presidência da Mesa e, se ainda houver um momento, voltaremos a outras perguntas.

O Sr. Coordenador - Temos apenas 15 minutos para o encerramento da teleconferência, e, além de várias perguntas, ainda há alguns recados. Padre Salvador, da Caritas de Diamantina, pediu para avisar que eles estão acompanhando a teleconferência e trabalhando esse tema na cidade. Temos ainda que receber o informe da Coordenação do Plebiscito em Minas Gerais. Isso teria que ocorrer até meio-dia, quando a teleconferência ainda está sendo transmitida pela TV Assembleia.

Vou conceder a palavra aos três oradores inscritos.

O Sr. Evaristo Garcia - Somar a luta dos Estados, dos municípios e dos excluídos, e não somente dos Estados do Rio e do Rio Grande do Sul. Iniciamos uma luta aqui e ficamos um pouco decepcionados com esses dois Estados. Minas também deve ser chamada, na pessoa do nosso Governador, para participar desse movimento, porque ele iniciou uma luta concreta.

Enquanto se discutem as três medidas, devemos adotar um impacto permanente, somando as nossas forças às dos Poderes Executivos Estaduais e Municipais, a fim de fazer com que o Governo Federal respeite a Constituição Federal de 1988, que limita os juros a 12% ao ano. O art. 203, Seção IV, inciso V, garante um salário mínimo mensal ao deficiente e ao idoso. Essa conquista nos foi tirada pelo Decreto ilegal nº 1.744, de 8/12/95, que instituiu a renda "per capita" de 1/4 do salário mínimo: R\$37,00 para uma pessoa sobreviver durante um mês. Eles tiram do aposentado e dos excluídos para dar aos banqueiros. É isso que faz o indivíduo que está à frente da Presidência da República. Esse decreto do Sr. FHC estrangulou os Estados e os municípios, colocando 52 milhões de brasileiros abaixo do nível de pobreza absoluta. São os excluídos pelo pagamento da dívida externa.

Não dá para esperar mais. As ruas e as praças são as nossas tribunas. Muito obrigado.

O Sr. Antônio Carlos - Bom dia, companheiros e Mesa. Vou fazer um breve comentário sobre essa situação em que vivemos. O Governador abriu um meio de luta e não foi apoiado. Está na hora de reconhecerem o que ele vem fazendo com o não-pagamento da dívida. Gostaria que o pessoal refletisse um pouco sobre o que vou falar.

A CNBB e várias entidades assinam o documento. O que realmente essas entidades estão fazendo? Apenas assinar não é o bastante. Precisam clarear mais as coisas. A Igreja Católica, por exemplo, é um órgão de grande poder de comunicação. Mas a comunicação está faltando, porque há uma parte da Igreja que ainda é conservadora. E essa parte conservadora está amarrando o movimento que está sendo feito. O que o professor, como sociólogo, vê à frente das cidades? Eles estão chamando os párocos para esse movimento? Há grupo de fé e política contrário a esse documento e movimento.

Querida fazer essa crítica e gostaria que o pessoal raciocinasse um pouco, porque esse é o momento de irmos às ruas para um grande ato público. Acredito que o Calazans deve estar chamando a atenção para isso. Se não, estou propondo a realização de um grande ato público nas ruas de Belo Horizonte para o não-pagamento da dívida externa. Muito obrigado.

O Sr. Carlos Calazans - Em primeiro lugar, gostaria de agradecer à Assembleia Legislativa através do coordenador, Deputado Rogério Correia. Gostaria de mostrar aos telespectadores a cédula do plebiscito, que contera três perguntas - e vou reafirmá-las. Depois daremos algumas orientações. A primeira pergunta é: "O Governo brasileiro deve manter o atual acordo com o FMI?". A segunda pergunta é: "O Brasil deve continuar pagando a dívida externa sem realizar uma auditoria pública como previsto na Constituição de 1988?". A terceira pergunta: "Os Governos Federal, Estadual e Municipal devem continuar usando grande parte do orçamento público para pagar a dívida interna e os especuladores?". A cada uma dessas perguntas o eleitor deverá votar "sim" ou "não".

As orientações básicas para se realizar o plebiscito dos dias 2 a 7 de setembro devem ser baseadas na seriedade. Numa mesa, teremos urnas de forma transparente, em que colheremos o voto das pessoas em Minas Gerais e em todo o País. Como se vota, e quem deverá votar? Todos aqueles que têm acima de 16 anos, que tenham título de eleitor e carteira de identidade. Assim, as pessoas deverão se dirigir aos locais onde haverá essas mesas com as urnas - nas praças públicas, nos pontos de ônibus, nas escolas, nas universidades, nas portas de fábrica e em todo lugar em que pudermos organizar uma mesa, uma urna séria, lacrada e organizada, com uma ata. Então, as pessoas se identificam, assinam o nome e recebem uma cédula oficial, que será preenchida com a opção do eleitor.

Terminada a votação, no dia 7 de setembro, inicia-se imediatamente a apuração. O resultado será dado simultaneamente, em nível nacional, numa apuração que está sendo organizada pela CNBB através de um processamento de dados que está sendo montado e por várias entidades que estão organizando esse plebiscito. Então, votarão todos que tiverem mais de 16 anos. O plebiscito será realizado onde for possível em todo o Estado de Minas Gerais.

Como as pessoas poderão participar? Os companheiros que estão no interior precisam imediatamente organizar os comitês do plebiscito da dívida externa. Ou seja, devem chamar o sindicato, o pároco, as associações comunitárias das cidades para organizar o comitê local, o fórum local do plebiscito, para a realização de várias atividades, como caminhadas e planfletagens, a fim de se divulgar o plebiscito nas várias cidades. Esse chamado deve ser imediato. Então, esperamos que todos que nos escutam comecem a organizar esses comitês

para a realização do plebiscito de 2 a 7 de setembro.

Enfim, todos os que quiserem material e mais informações sobre a dívida, para participar conosco da organização, aqueles que fazem parte de alguma entidade e que querem nos ajudar, procurem a Coordenação Estadual do Plebiscito, que funciona na Av. Amazonas 311, 6º andar, telefone 2269204.

Sempre haverá alguém para dar informações. A Assembléia deu um pontapé fundamental para nós, fazendo essa teleconferência. É preciso que o plebiscito seja realizado em todo o Estado. Quanto mais votos tivermos, quanto mais envolvimento tivermos, com certeza, mais estaremos contribuindo para a mobilização do Brasil, o que é fundamental, como bem disseram os debatedores. Todo o mês de agosto será fundamental para o plebiscito. Será muito importante a conscientização e a mobilização da opinião pública em torno desse grande tema que atormenta todos os brasileiros, que é a dívida externa. Os companheiros estão convidados a se engajar, junto conosco, nesta caminhada para mobilizar o Brasil contra essa sangria desatada. Agradecemos aos coordenadores deste debate e aos debatedores. Vamos todos nos engajar no plebiscito. Muito obrigado.

A Sra. Carlúcia Maria Silva - Queria fazer dois esclarecimentos: o primeiro diz respeito ao envolvimento do Governador Itamar Franco. A comissão de articulação do plebiscito fez um ofício solicitando uma audiência com o Governador. Queríamos que a audiência fosse realizada antes desta teleconferência, para que a TV Minas fosse disponibilizada para o evento. O Governador nos prometeu que na próxima semana nos concederá a audiência.

Também estamos em entendimento com o Secretário da Educação para que se disponibilize, no currículo escolar, um dia para que seja discutido nas escolas a temática da dívida externa e a organização do plebiscito.

O outro esclarecimento que gostaria de fazer é com relação à CNBB. Queria deixar claro que tanto a CNBB Regional quanto a CNBB Nacional, que divulgou uma nota da Presidência, estão apoiando a realização do plebiscito em âmbito nacional. Em nível de diocese, nas pastorais do interior, muita coisa está sendo feita. O trabalho do plebiscito não se restringe apenas a Belo Horizonte. Nos rincões do Estado o povo está se reunindo, discutindo e buscando formas de participar desse momento cívico e político para todos nós. Muito obrigada.

O Sr. Marcos Arruda - Perdoem-me a pressa, porque o avião sai às 13 horas. Mostro o "Jornal do Plebiscito". Este é o segundo número e está disponível com a campanha aqui em Minas Gerais. Há também este livreto chamado "Dívida Externa: Eles gastam, nós pagamos". Ele resume toda essa discussão com exemplos muito práticos da nossa vida, para que as pessoas possam entender o que é dívida externa, dívida interna, acordo com FMI, etc. O livro está disponível. Temos também o "Manual da Campanha: Plebiscito da Dívida Externa, que explica todo o procedimento que o Calzans acabou de resumir para nós. É preciso lembrar que o eleitor não precisa ter título de eleitor; é preciso apenas um documento para mostrar que é a própria pessoa que está votando, para termos o resultado, no que diz respeito à moral, o mais inquestionável possível.

Além disso, há o livro que o Reinado e o Válder Pomar produziram, chamado "Brasil Endividado", publicado pela Fundação Perseu Abramo de São Paulo. Ele tem um exemplar aqui. Há o livro que publiquei pela Editora Vozes de Petrópolis, chamado "Dívida Externa, para o Capital, Tudo", para o Social, Migalhas", que também está traduzido na Inglaterra, com um capítulo a mais e com o nome "Brasil e Crise Financeira Internacional".

Agradeço a oportunidade. Espero ter outras ocasiões de participar desses debates aqui na Assembléia.

O Deputado Ivo José - Aproveito a oportunidade para informar aos presentes, a todos que estão participando dessa grande mobilização para o plebiscito que, no dia 25 de agosto, as entidades que estão patrocinando esta teleconferência também estarão, juntamente com a Comissão do Trabalho desta Casa, realizando um debate público, como continuação da mobilização. Será numa sexta-feira, de 9 horas ao meio dia. Esse debate visa mobilizar, aprofundar e organizar o plebiscito do dia 2 a 7 de setembro. Todos estão convidados. Muito obrigado.

O Sr. Coordenador - A plenária do plebiscito será realizada na segunda-feira, 7 de agosto, às 16 horas, no Sindicato dos Bancários. Ela se destina a organizar as atividades do plebiscito.

O Sr. Reinaldo Gonçalves - Muito obrigado a todos. Vamos, do dia 2 ao dia 7, ao nosso plebiscito. Muito obrigado.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência manifesta seus agradecimentos aos ilustres expositores e aos participantes, bem como aos telespectadores que nos ouviram, pela honrosa presença, e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando os Deputados para a ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada. Levanta-se a reunião.

ATA DA 98ª REUNIÃO ESPECIAL, EM 11/8/2000

Presidência do Deputado José Braga

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Composição da Mesa - Destinação da reunião - Execução do Hino Nacional - Exibição de vídeo - Palavras do Deputado Márcio Cunha - Palavras do Sr. Aloísio Marcos Vasconcelos Novais - Entrega de placa - Palavras do Sr. Presidente - Apresentação do Coral GREMIG - Encerramento - Ordem do Dia.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

José Braga - Bilac Pinto - Dalmo Ribeiro Silva - Fábio Avelar - João Pinto Ribeiro - Jorge Eduardo de Oliveira - José Milton - Márcio Cunha.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado José Braga) - Às 20h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- O Deputado José Milton, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Composição da Mesa

O Sr. Presidente - A Presidência convida a tomar assento à mesa os Exmos. Srs. Aloísio Marcos Vasconcelos Novais, Diretor de Operações da CEMIG, representando o seu Presidente, Sr. Djalma Bastos de Moraes; José Roberto Vasconcelos, representando o Deputado Federal Ronaldo Vasconcelos; Hélio Melo, representando a Deputada Federal Maria Elvira; Celso Castilho de Souza, representando o Secretário Paulino Cicero; 2º-Tenente Geraldo Antônio Ganzarolli de Oliveira, representando o Comandante da CIAAR, Cel. Silva Lobo; Robson Braga de Andrade, Vice-presidente da FIEMG, representando o Presidente, Sr. Stephan Salej; Murilo Araújo, Presidente do CICI-MG; Márcio Cunha, autor do

requerimento que deu origem a esta homenagem; e Elmon Dinelli, ex-Governador do Rotary Internacional.

Destinação da Reunião

O Sr. Presidente - Destina-se esta reunião a homenagear a Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG - por mais um recorde histórico da empresa, com 5 milhões de ligações. A última das 5 milhões de ligações foi realizada na residência do casal Deusenir de Oliveira e Nalsa Moreira da Cruz, que estão neste Plenário.

Execução do Hino Nacional

O Sr. Presidente - A Presidência convida os presentes a ouvir a execução do Hino Nacional.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

Exibição de Vídeo

O Sr. Presidente - A Presidência convida os presentes a assistir à exibição do vídeo "Consumidor 5 Milhões".

- Procede-se à exibição do vídeo.

Palavras do Deputado Márcio Cunha

Exmo. Sr. Deputado José Braga, representando o Presidente desta Casa, Deputado Anderson Aduato; Exmo. Sr. Dr. Aloísio Marcos Vasconcelos Novais, meu amigo particular, companheiro de partido e de grandes jornadas; Exmo. Sr. Dr. José Roberto Vasconcelos; Exmo. Sr. Dr. Hélio Melo; Exmo. Sr. Dr. Celso Castilho de Souza; Exmo. Sr. 2º-Tenente Geraldo Antônio de Oliveira; Exmo. Sr. Dr. Robson Braga de Andrade; Exmo. Sr. Murilo Araújo, companheiro do Rotary Club, ex-Governador do nosso Distrito, o 4760; Exmo. Sr. Elmon Dinelli, ex-Governador do Rotary; gostaria de cumprimentar, com muita alegria, também, os Exmos. Srs. Deputados, meus companheiros nesta Casa, Dalmo Ribeiro Silva, Fábio Avelar, Bilac Pinto, Jorge Eduardo de Oliveira, José Milton e João Pinto Ribeiro, amigos, funcionários, ex-funcionários da CEMIG, em primeiro lugar, gostaria de dizer da alegria que não é só minha, é também de todos os Deputados desta Casa, em poder prestar esta homenagem muito mais do que justa. Esta Casa, na verdade, é que se sente honrada e lisonjeada de poder prestar esta homenagem muito cara a cada um de nós. Falo não apenas pelos Deputados desta legislatura, mas, tenho certeza, em nome de todas aquelas pessoas que, sem dúvida, reconhecem nessa empresa um potencial de Minas e do Brasil, um exemplo de que nós, mineiros e brasileiros, temos que nos orgulhar.

Meus amigos, hoje é um dia de muita alegria. Hoje é um dia para comemorarmos. Mas, antes de compartilharmos esse entusiasmo, permitam-me fazer um breve comentário acerca do cenário em que nos situamos. Nesse contexto está a nossa homenageada, CEMIG. Os problemas aí estão. Aí está o desemprego, a violência rural e urbana, o empobrecimento generalizado da população, a falência dos serviços públicos essenciais, para citar alguns aspectos de um panorama constrangedor.

Ocorre que uma das bandeiras que a equipe governamental deste País vem empunhando para atingir seus objetivos é a das privatizações. Nos últimos seis anos, assistiu-se à literal entrega a grupos privados – muitos deles com raízes no estrangeiro – de considerável parcela do patrimônio do nosso povo. Para fazê-lo, as autoridades federais lançam mão de uma série de argumentos, esquecendo-se propositalmente de que, em matéria de administração pública, não há verdades definitivas nem regras sem exceções. Alegam que o Estado é mau administrador, o que, em princípio, é verdade; que a função empresarial não é pertinente ao setor público, o que, em linha de máxima, está correto; que o Governo gasta muito e gasta mal, o que, efetivamente, aplica-se a certos governantes. Mas omitem o fato indiscutível de que, em determinadas áreas, a atividade empresarial do Estado é necessária e pode ser satisfatória, quando envolve setores estratégicos ou serviços de utilidade pública. É sem dúvida alguma o caso da CEMIG, a qual temos a grata satisfação, em nome de todos os Deputados desta Casa, de homenagear nesta noite, pelo recorde que assinalou, ao completar 5 milhões de consumidores.

Com efeito, usando de uma imagem popular, a realidade vitoriosa da CEMIG constitui uma pedra no sapato dos intransigentes tecnocratas que advogam a privatização irrestrita. Lutando bravamente para não ser alienada a privados pela maioria de seu capital – nós, mineiros, acompanhamos essa luta e dela participamos –, nossa homenageada vem-se mantendo íntegra e produtiva e prestando incalculáveis serviços a Minas e ao Brasil.

O recorde histórico registrado pela CEMIG de atender 5 milhões de consumidores não é obra do acaso nem nos chega sem longa e laboriosa preparação. Ele constitui, na verdade, o coroamento de um esforço que começou com a fundação da empresa. Foi isso naquele já distante 22/5/52, quando Juscelino Kubitschek de Oliveira, então Governador do Estado, deu início ao magno empreendimento.

Aliás, falar da história da CEMIG sem falar em Juscelino seria omissão imperdoável. O mineiro de Diamantina, que veio a se tornar um dos maiores, se não o maior, Presidente da República, tinha um objetivo ao criar a empresa: era dar suporte a um amplo programa de modernização, diversificação e expansão do parque industrial do Estado. Com a visão que lhe era peculiar, Juscelino percebeu que o desenvolvimento da indústria não poderia deslanchar sem a criação de fontes energéticas. Daí a nossa CEMIG, marco do gênio de JK e fruto do talento dos que com ela têm colaborado ao longo dos anos. Não é sem razão que nossa homenageada, hoje, é a maior concessionária integrada e a primeira distribuidora de energia do Brasil.

Uma rápida vista d'olhos na trajetória percorrida pela empresa mostra-nos como ela avançou. Seu ponto de partida foi a histórica Usina de Gafanhoto, construída pelo Governo Estadual no ano de 1946 e transferida à nossa homenageada quando de sua fundação, viabilizando a implantação da Cidade Industrial de Contagem.

À Gafanhoto vieram posteriormente juntar-se as Hidrelétricas de Itutinga, Piau, Salto Grande, Cajuru e Três Marias. A partir da década de 60, surgiram as Usinas de Jaguará, Volta Grande, São Simão, Emborcação e Nova Ponte. Tudo somado, contam-se atualmente 38 usinas em operação comercial, sendo 35 hidrelétricas, 2 térmicas a óleo e 1 utilizando energia eólica. Em parceria com empresas privadas, funciona desde 1998 a Hidrelétrica de Igarapava, estando em construção a Usina de Porto Estrela. Entretanto, o trabalho integrado não pára aí, havendo novos consórcios em fase de constituição, com o objetivo de construir, entre outras, as Usinas do Funil, no rio Grande, e de Aimorés, no rio Doce.

Outros números e outros fatos chamam-nos a atenção, ao homenagearmos a Companhia Energética de Minas Gerais. Se na geração de energia ela é líder, não menor é seu papel na distribuição. Para atender aos consumidores, dispõe de uma rede com 300.000km, a mais extensa da América Latina. Seu mercado é o segundo do País, abrangendo 96% do território mineiro e alcançando 774 municípios; em regiões mais carentes, como o Jequitinhonha e o Norte de Minas, os consumidores contam com a energia solar fotovoltaica; a capacidade instalada de geração é de 5.514MW; a empresa tem assento no Conselho Nacional de Recursos Hídricos, atestando que não está alheia à importância estratégica das águas; seu Sistema de Gestão Ambiental foi implantado e opera para garantir o equilíbrio e a preservação ecológica das áreas de sua influência; finalmente - em desmentido categórico aos que afirmam que empresas controladas pelo Governo são inevitavelmente deficitárias –, nossa homenageada, a CEMIG, encerrou o primeiro semestre deste ano com nada mais nada menos do que um lucro líquido de R\$218.000.000,00.

São dados que o nosso entusiasmo registra de forma desordenada, mas plena de motivação. Eles refletem o acerto de nossa iniciativa de propor esta homenagem à CEMIG pelo marco dos 5 milhões de consumidores. Cumpre dizer, a propósito, que esse recorde não é o único por ela atingido: no ano passado, por exemplo, o índice de Duração Equivalente por Consumidor - DEC - ficou em 9,9 horas. Trata-se de índice que traduz a média de horas em que houve interrupção no fornecimento de energia ao consumidor. Evidentemente, quanto menor o número, maior o recorde, e a CEMIG chegou lá.

É evidente que o sucesso de um empreendimento deve-se, em grande parte, aos que nele trabalham. O pessoal da CEMIG é tradicionalmente reconhecido por seu profissionalismo e alto padrão técnico, o que permitiu à organização – além de ser considerada empresa-modelo no setor energético brasileiro – atuar com êxito em outros Estados da Federação e em países das Américas, da Ásia e da África. Neles, nossa homenageada é símbolo de excelência em serviços e consultoria.

Se o passado da CEMIG se iniciou com o arrojo de um diamantinense que honrou como ninguém a nossa muito cara Diamantina, o presente é positivo e causa orgulho a nós, mineiros. Quanto ao futuro, basta dizer que a empresa para ele se prepara: anualmente, reserva um montante médio de R\$500.000.000,00 para programas de modernização, expansão e manutenção.

Pela direção da CEMIG já passaram grandes nomes da vida pública e do empresariado mineiro.

Gostaria neste momento de homenagear todos os seus ex-Diretores, todos os seus ex-funcionários. Atualmente, é presidida pelo Dr. Djalma Bastos de Moraes, tendo como Diretores os Srs. Guy Maria Villela Paschoal, Cristiano Corrêa de Barros, Stalin Amorim Duarte e Aloísio Marcos Vasconcelos Novais. A eles e a cada um dos dedicados funcionários da empresa, nossa mensagem calorosa de felicitações.

Parabéns, CEMIG! Estamos certos de que os 5 milhões de consumidores juntam-se a nós neste momento e, em uníssono, também lhe agradecem. Parabéns a cada um de vocês e muito obrigado pela presença de todos. Parabéns aos atuais Diretores e a todas as pessoas que fazem dessa empresa um orgulho para nós e para o Brasil.

Palavras do Sr. Aloísio Marcos Vasconcelos Novais

Não poderia deixar de fazer uma brincadeira no início da minha fala, porque, quando marcaram esta solenidade, disseram-me: Aloísio, isso é uma fria, porque sexta-feira, véspera de feriado, véspera do Dia dos Pais, você não vai encontrar nenhum Deputado na Assembléia nem ninguém para ouvi-lo falar sobre a CEMIG. Então, hoje, quando vejo dez Deputados, dois Federais, essa representação compoem a Mesa, o Plenário cheio e até gente na galeria, fico muito satisfeito e digo: "Ópa, a CEMIG é mesmo fora de série".

Exmo. Sr. Deputado José Braga, Presidente da Mesa e no ato representando o Presidente da Assembléia, Deputado Anderson Adauto, autoridades que compõem a Mesa já antes nominadas, Srs. Diretores da CEMIG, Stalin Amorim Duarte e Cristiano Barros, colegas da CEMIG, senhoras e senhores, inicialmente, não poderia fugir à tradição e à regra que não fosse dirigir a palavra ao Presidente da Casa, ao Presidente que representa o Poder Legislativo, o povo de Minas Gerais, para agradecer, em nome da CEMIG esta homenagem que o povo nos confere por prestarmos a ele um trabalho de qualidade, eficiente e seguro, com energia. Grande na sua quantidade e extraordinária na sua qualidade. Também não posso me furtar ao prazer, à oportunidade e, mais do que isso, à gratidão de dirigir uma palavra ao Deputado Márcio Cunha, autor do requerimento que fez com que nesta noite fosse a CEMIG homenageada pela sociedade mineira.

A CEMIG nasceu com o nome de Centrais Elétricas de Minas Gerais, no Governo JK, em 1951 e, em maio de 1952, era constituída. A partir daí, veio o desenvolvimento através do binômio - energia e transportes. A CEMIG transformou-se na maior geradora de energia elétrica do Estado e da Região Sudeste, e uma das maiores do Brasil. Mas, também, Sr. Presidente, ela passou a gerar algo que é mais fantástico que os elétrons - a gerar talentos. Assim é que o padrão CEMIG de qualidade e energia passou a ser exportado por todo o Brasil, América Central e, quem sabe, muito em breve, até na Ásia haverá a consultoria técnica da CEMIG.

Em Minas Gerais, 774 municípios, 17.200.000 mineiros utilizam diariamente essa energia da CEMIG. Mas essa empresa também começou a exportar crânios, massa cinzenta, gente séria, competente, correta, mineira e brasileira. Sairam da CEMIG o Ministro de Indústria e Comércio, João Camilo Pena; o Ministro de Minas e Energia, Mauro Tibau; e o Ministro de Minas e Energia, Guy Maria Vilela Paschoal, que hoje empresta sua inteligência, seu preparo e competência à Casa na função de Diretor de Projeto de Construção.

Mas a CEMIG também gerava idéias, exportava trabalhos e consciência da atividade energética. Assim, atingiu Honduras, Equador, Panamá, e agora o Paraguai. A CEMIG não interrompia a sua linha de servir a Minas e ser exemplo para o Brasil. Criou Eletrificação Rural de Minas Gerais - ERMIG -, que estendeu uma rede de mais de 250.000km neste Estado, transformando o interior, fazendo com que o homem não precisasse migrar do campo, onde é útil, para a cidade grande, onde às vezes é inútil.

A CEMIG criava em 1969, implantado a partir de 1970, o Instituto de Desenvolvimento Industrial - INDI -, cujo Presidente aqui se encontra, o qual transformou aquele ciclo que diziam de Minas Gerais: "Não tem grandes indústrias e grandes atrativos, porque não tem disponibilidade de energia e consultoria". Ou não havia essa disponibilidade, porque não havia grandes indústrias. O INDI, até hoje, tem sido um exemplo de promoção, de investimentos e de geração de empregos em Minas Gerais.

A CEMIG criaria, mais tarde, a GASMIG, espalhando seu gasoduto não só do sistema central, o GASBEL, como também, agora, queira Deus, entrando no Sul de Minas, com o gasoduto da Bolívia, fazendo com que esse energético barateie o custo industrial e modernize nossa matriz energética. Recentemente, a CEMIG se associou a empresas estrangeiras para criar a INFOVIAS, fazendo com que a transmissão de dados, de imagens e de voz se faça da maneira mais moderna, rápida, eficiente e econômica de que se tem notícia na atualidade.

A CEMIG é um exemplo de avanço tecnológico. Poderíamos citar nosso geoprocessamento, nosso sistema de hidrometeorologia e o moderno e atual Autotrac, pelo qual o cidadão acessa o sistema CEMIG, e este, via satélite, acessa o motorista dentro do carro, para preparar seu reparo.

A CEMIG também cuida do pequeno. Vai ao Jequitinhonha e implanta o Projeto Casa de Máquinas, põe a energia na porta e dá recurso para a pessoa comprar equipamento, nem que seja um tacho para fazer doce, e, com isso, gerar sua subsistência. A CEMIG, que faz uma grande usina, como a Aimorês, no Leste; Porto Estrela, no rio Santo Antônio; Funil, no rio Grande, e, em breve, terminará Irapé, com 400mW, no rio Jequitinhonha, cuida também da pequena usina de Jeceaba, da pequena usina eólica de Diamantina e está pesquisando outras fontes de energia, inclusive da madeira.

A CEMIG monta parcerias com a comunidade, investe no social e abre campo extraordinário para ser, de fato, uma empresa cidadã. Participou da recuperação do Palácio das Artes, incentiva o turismo do Estado e investe na cultura. Hoje, é a empresa que mais investe em meio ambiente no Estado e cria condição para melhorar a qualidade de vida das gerações que nos sucedem.

A CEMIG é tudo isso e talvez um pouco mais, por causa do treinamento interno. Ela não esquece sua gente. A visão da CEMIG para o mercado foi muito bem explicitada no discurso do Deputado Márcio Cunha, mas, para o País, qual será sua visão? A CEMIG quer ser a melhor provedora de soluções energéticas do País, mas, por recomendação do Dr. Itamar Franco, quer manter uma profunda visão social, transformando essa gente, para, então, transformar Minas Gerais, que é o Estado síntese da República.

A CEMIG moderniza-se não só tecnologicamente. Cria, agora, um programa de jovens, abrindo sua extraordinária escola de Sete Lagoas para um programa de aprendizes. A partir de janeiro de 2001, montará um programa de "trainees", que, se Deus quiser, vai ser o mais avançado de que se tem notícia no Estado.

É olhando para a frente que a CEMIG não se esquece de seu consumidor. A razão de ser da empresa é seu cliente. Os consumidores que têm as agências mais modernas têm também o sistema de atendimento Call-Center, usando o 0800, que é dos mais modernos, e, atualmente, expandiu-se e diminuiu ainda mais o tempo de atendimento.

Poderia falar de todas as usinas da CEMIG, mas o Deputado Márcio Cunha já o fez de uma forma bonita. Vou entregar a ele o bilhete do eterno Presidente Juscelino Kubitschek, que está ali fotografado, como lembrança da criação da CEMIG. Mas, podíamos dizer, além da história aqui relatada, que a CEMIG atingiu 1 milhão de consumidores. Um milhão de ligações em 1976, quando era Presidente da empresa o Engo. Francisco Noronha. Alguns anos mais tarde, em 1983, quando era Presidente o Dr. Mário Bering, a CEMIG atingiu o seu segundo milhão, e aí também estava a contribuição do Engo. Guy Vilela. Em 1990, no Governo Newton Cardoso, a CEMIG atingia 3 milhões de consumidores. Em 1995, no fim do Governo do Dr. Hélio Garcia, a CEMIG atingia 4 milhões de consumidores. Recentemente, em Pará de Minas, na casa da D. Nausa Moreira, aqui presente, de uma forma que a população foi às ruas brindar aquele extraordinário evento, a CEMIG ligou o consumidor de número 5 milhões, em 19 de abril de 2000.

A CEMIG não pára por aí. Estamos ligando, a cada mês, 20.000 novos consumidores. Vinte mil novos mineiros, que saem da escuridão, que pode ser barata, e entram na energia, que não é cara, mas que traz o conforto, a saúde, o bem-estar e a segurança.

A CEMIG se orgulha da sua gente, a gente mais preparada, séria, ética e competente do setor elétrico do Brasil. Mas a CEMIG quer ser também, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o orgulho de Minas Gerais, o orgulho dos mineiros. A CEMIG quer ter a cara da mineiridade. A mineiridade do pé-de-moleque de Piranguinho, a mineiridade da pinga de Salinas, a

mineiridade do queijo do Serro, do doce de Araxá. A CEMIG quer ter essa cara, se transformando cada vez mais, gerando empregos, criando confiança, atraindo empresas, modificando e ampliando sistemas energéticos e de comunicação, com segurança, porque a CEMIG também cuida da segurança do terceiro, das empreiteiras que para ela trabalham e, principalmente, para o seu extraordinário quadro de funcionários.

A CEMIG é um exemplo, sim, mas ela, com humildade, reconhece que só isso não basta. A CEMIG quer crescer, modernizar e avançar e ajudar Minas a se transformar. E, em se transformando Minas, implantaremos a transformação do Brasil, a busca de melhores dias para a sociedade brasileira, que é uma sociedade sonhadora, criativa, eivada de esperanças, otimista.

Otimista, Deputado Márcio Cunha, como quem criou a CEMIG, como quem acreditou nas transformações deste País e, um dia, chegando à solidão do planalto da região de Goiás, totalmente desocupada, desceu de um helicóptero e, com uma coragem indômita, pisou pela primeira vez aquele eixo do paralelo 20 e gravou uma frase, que fica marcada como a certeza da força de Minas e a certeza da liderança do Brasil na América: Deste Planalto Central, desta solidão que em breve se transformará em cérebro das mais altas decisões nacionais, lanço os olhos sobre o futuro do meu País. Antevejo uma alvorada brilhante e deposito uma fé inquebrantável no seu grande destino. Muito obrigado.

Entrega de Placa

O Sr. Presidente - A Presidência tem a honra de entregar ao Diretor de Operações da CEMIG, Aloísio Marcos Vasconcelos Novais, placa alusiva a esta comemoração, com os seguintes dizeres: "À Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG -, a homenagem do Legislativo mineiro pelo marco do atendimento a cinco milhões de consumidores. O recorde histórico faz da empresa a maior distribuidora de energia do País, atestando o acerto de sua administração. Belo Horizonte, 11 de agosto de 2000."

O Sr. Aloísio Marcos Vasconcelos Novais - Com a vênua de V. Exa., gostaria de transmitir essa honra, que é muito para mim e para a Diretoria da CEMIG, ao funcionário mais antigo da empresa aqui presente, que é o Sr. Jonacir Dadalto.

- Procede-se à entrega da placa.

Palavras do Sr. Presidente

O dia 19/4/2000 assinalou uma das muitas conquistas da CEMIG, a nossa CEMIG, desde que foi fundada, em 1952. Naquela data, a empresa efetivou a ligação de seu quinto milionésimo consumidor, na cidade de Pará de Minas. A importância do fato poderia dispensar comentários, mas seu significado não nos surpreende: afinal, a trajetória da CEMIG é plena de feitos que atestam ser ela uma empresa dinâmica, bem administrada e voltada para o social.

Realmente, se levarmos em conta que nossa homenageada gera e distribui energia para quase 90% dos municípios mineiros, vemos que ela, mais que nunca, consolida-se como uma das organizações que fazem por merecer a unanimidade de nossos coestaduanos.

Pessoalmente, ao longo de nossa vida como parlamentar e homem público, pudemos testemunhar a realidade socioeconômica de algumas de nossas cidades, antes e depois da chegada da rede de energia elétrica. Originalmente, tínhamos cidades economicamente estagnadas, em que a falta de perspectiva ocasionava, inclusive, o êxodo da população. Com o atendimento da CEMIG, a economia se revitalizou, cresceram as atividades produtivas e a geração de empregos, sem mencionar que a qualidade de vida da população experimentou sensível melhora. Digamos que é uma análise simplista do contexto de tantos municípios mineiros em duas fases distintas: pré-CEMIG e pós-CEMIG.

A homenagem hoje prestada à CEMIG decorre de iniciativa do nobre colega Deputado Márcio Cunha, a quem tivemos oportunidade de ouvir nesta reunião. Pudemos constatar, pelas palavras do ilustre companheiro, que a CEMIG é o que é porque conta com um corpo de funcionários do mais alto nível.

Pois é a esse grupo de servidores dedicados e competentes, bem como ao Presidente da empresa, Dr. Djalma Bastos de Moraes, e aos demais Diretores, que endereçamos a mensagem de orgulho e admiração do povo mineiro. Em nome da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, recebam os agradecimentos e os parabéns de seus 5 milhões de consumidores, os quais representamos nesta Casa. Muito obrigado.

Apresentação do Coral GREMIG

O Sr. Presidente - A Presidência convida os presentes a assistir à apresentação do Coral GREMIG, sob a regência do Maestro Luiz Flávio dos Santos, que irá executar as músicas: "Quem Sabe", de Carlos Gomes, com solo da cantora Luciana Monteiro de Castro, "Aída", de Verdi, e "Amo-te Muito", do folclore.

- Procede-se à apresentação do coral.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência manifesta seus agradecimentos às autoridades e aos demais convidados pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando os Deputados para a reunião extraordinária de quarta-feira, dia 16, às 9 horas, e para reunião especial também de quarta-feira, às 20 horas, nos termos dos editais de convocação, bem como para a reunião ordinária, na mesma data, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada foi publicada na edição do dia 12/8/2000). Levanta-se a reunião.

ATA DA 99ª REUNIÃO ESPECIAL, EM 16/8/2000

Presidência do Deputado Bilac Pinto

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Composição da Mesa - Registro de presenças - Destinação da reunião - Execução do Hino Nacional - Palavras do Sr. Presidente - Palavras do Sr. Raul Machado Horta - Apresentação musical - Entrega de placa - Palavras do Sr. Pimenta da Veiga - Palavras do Sr. Ângelo Oswaldo de Araújo Santos - Palavras do Sr. Oscar Dias Corrêa - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Dilzon Melo - Adelman Carneiro Leão - Agostinho Patrús - Ailton Vilela - Álvaro Antônio - Ambrósio Pinto - Amílcar Martins - Antônio Andrade - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Benê Guedes - Bilac Pinto - Dimas Rodrigues - Ermano Batista - Fábio Avelar - Geraldo Rezende - João Paulo - Jorge Eduardo de Oliveira - José Henrique - Luiz Tadeu Leite - Márcio Kangussu - Maria Olívia - Mauri Torres - Miguel Martini - Paulo Pettersen - Sebastião Costa - Sebastião Navarro Vieira - Wanderley Ávila.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Bilac Pinto) - Às 20h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra,

o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- O Deputado Sebastião Costa, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Composição da Mesa

O Sr. Presidente - A Presidência convida a tomar assento à mesa os Exmos. Srs. Ângelo Oswaldo de Araújo Santos, Secretário de Estado da Cultura e Presidente Executivo da Comissão Especial de Comemoração do Centenário de Nascimento de Milton Campos, representando o Governador do Estado, Dr. Itamar Franco; Pimenta da Veiga, Ministro de Estado das Comunicações; Ricardo Pimenta, representando o Ministro de Estado da Cultura, Sr. Francisco Weffort; José Alencar e Francelino Pereira, Senadores da República; Prof. Raul Machado Horta, genro do homenageado; Maria Regina Campos Horta, filha do homenageado; Roberval Borges Corrêa, Diretor Comercial da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, representando o Presidente da empresa, Hassan Gebrin; Oscar Dias Corrêa, Ministro aposentado do Supremo Tribunal Federal e orador oficial desta solenidade; e Rondon Pacheco, ex-Governador do Estado.

Registro de Presenças

O Sr. Presidente - A Presidência registra a presença, em Plenário, dos Exmos. Srs. Aluizio Pimenta, ex-Reitor da UEMG; João Bosco Murta Lages, Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado e Marcos Santana, Vice-Prefeito de Belo Horizonte; das Exmas. Sras. Lídia Lopes Novais e Vitória Dantas Campos, filhas do homenageado; do ex-Senador Murilo Badaró; do ex-Deputado Estadual Mário Pacheco; do ex-Deputado Federal e Estadual Oscar Dias Corrêa Júnior; do Prof. Celso Cordeiro Machado; do ex-Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, Dr. Fued Dib; e do Dr. Ezequiel de Melo Campos.

Destinação da Reunião

O Sr. Presidente - Destina-se esta reunião à comemoração do centenário de nascimento do ex-Governador Milton Campos.

Execução de Hino Nacional

O Sr. Presidente - A Presidência convida os presentes a ouvir o Hino Nacional, que será executado pelo Coral Vozes de Minas, da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, regido pelo maestro Sérgio Canêdo.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

Palavras do Sr. Presidente

Machado de Assis, o grande escritor pátrio, foi talvez o mais mineiro dos cariocas. Sua fina ironia e sua serena visão crítica da realidade faziam dele um temperamento afinado com a gente das Gerais. Pois essa afinidade podemos constatar na personalidade de Milton Campos, que não foi contemporâneo do "Bruxo do Cosme Velho", mas o cultivou como um de seus autores preferidos.

Uma vez disse Machado, numa de suas belas crônicas que nos ficaram: "É difícil aos homens militantes da política apreciar com o olhar imparcial do historiador os acontecimentos do passado; mas, uma vez alcançado isso, a glória realça o dever e o aplauso redobra de entusiasmo".

Sucede que aqui estamos, hoje, para prestar homenagem a Milton Campos pela passagem de seu centenário. Por circunstância para nós feliz e gratificante, cabe-nos presidir a reunião, em nome desta Assembléia Legislativa e do povo mineiro. E resultam-nos o que, aparentemente, seriam duas dificuldades: como parlamentar e homem público, poderíamos incorrer na parcialidade; e como não convivemos com nosso homenageado em vida, poderiam faltar-nos os subsídios para falar dele com propriedade e correção.

Estamos certos, não obstante, de que os obstáculos estão desde já superados: a grandeza de Milton Campos nos levará a redobrar imparcialmente o aplauso, enquanto nossas raízes familiares irão indicar-nos o caminho do justo conhecimento.

Com efeito, tivemos o privilégio - e disso não disfarçamos o orgulho - de nascer em família com tradição de serviços à causa pública. Nosso avô, o Deputado Bilac Pinto, de quem herdamos o nome e os ideais, serviu em sua época à Nação brasileira e privou da amizade de grandes vultos republicanos. Entre eles estava Milton Campos, amigo fraterno e companheiro de partido, de quem crescemos ouvindo referências marcantes. Julgamo-nos, portanto, credenciados para reverenciar a memória do mineiro de Ponte Nova e insigne cidadão brasileiro, que estaria agora completando 100 anos.

Pela ordem natural das coisas, deveríamos iniciar nossas palavras traçando a biografia do homenageado. Aqui também, entretanto, ocorre-nos uma citação, desta vez de Ernest Renan, o pensador francês da especial predileção de Milton Campos: "Uma vida grandiosa é um todo orgânico que não pode ser representado pela simples aglomeração de pequenos fatos". Por conseguinte, vamos alinhar os traços biográficos de nosso homenageado sem permitir que a junção de datas e episódios se sobreponha à grandeza do todo orgânico, que é a contribuição de Milton à Nação brasileira.

Homens existem que nascem predestinados, e nosso homenageado foi um deles. Sua predestinação fez com que nunca se afastasse da justiça, e isso começou com a figura de seu pai, o Desembargador Rodrigues Campos, que chegou à Presidência do Tribunal de Justiça do Estado. Da mãe, D. Regina Soares Campos, ele recebeu o exemplo de virtude e solidez moral, que não se separam do princípio de justiça.

Formando-se em Direito - após período estudantil em que se fez amigo de talentos como Carlos Drummond de Andrade e João Alphonsus Guimaraens -, Milton começou a labutar na advocacia: primeiro, na cidade de Dores da Boa Esperança; depois, no escritório belo-horizontino do Dr. Abílio Machado, onde foi companheiro de outro de nossos luminares, o Dr. Pedro Aleixo. Foi nessa época que representou Minas Gerais em momentosa questão de limites territoriais com o Estado de São Paulo, por cuja participação recusou os honorários. Já demonstrando a probidade e desambição de sempre, entendia que, como mineiro, não podia cobrar de Minas pelo que considerava um dever cívico.

Advogado-Geral do Estado, Presidente do Instituto dos Advogados Mineiros e Presidente do Conselho Seccional da Ordem dos Advogados foram então algumas de suas atividades. A elas seguiu-se o ingresso na vida parlamentar, com a eleição para a Assembléia Constituinte Mineira de 1935.

Com a redemocratização do País, após a queda do Estado Novo, elegeu-se Deputado à Assembléia Nacional Constituinte de 1946. Abrindo-se a campanha sucessória em Minas Gerais, foi alçado ao Palácio da Liberdade na legenda da União Democrática Nacional, a UDN. Ao tomar posse, declarou que faria - e fez - "um governo mais da lei do que dos homens, com a impessoalidade que assegurasse o clima de serenidade e confiança dentro do qual o exercício dos direitos não se embaraçasse pelo espírito de facção, e antes se facilitasse pela certeza da justiça".

São palavras que se inscreveram, como proféticas, no livro de ouro de nosso homenageado. Realmente, sua gestão à frente do Executivo mineiro foi marcada pela realização isenta e - ainda usando de suas próprias palavras - "pela modéstia que convém à República e pela austeridade como é do gosto dos mineiros".

Deixando o Governo de Minas, Milton prosseguiu na vida pública como Deputado Federal e Senador. Nos idos de 1964, irrompendo a Revolução, foi convidado pelo então Governador Magalhães Pinto para assessorá-lo. Começou aí aquela fase que, para um democrata de seu naipe, iria ser a mais difícil e delicada da existência. Efetivamente, omitir-se à causa da Nação ou conciliar o regime de exceção com o bem público, eis o dilema que o afrontava. Optando pelo dever, aceitou o convite do Marechal Castelo Branco para assumir o Ministério da Justiça.

Defender a Justiça como integrante de um Governo que - em princípio e por sua natureza - era-lhe contrário, tal a tarefa que se antepunha a esse homem íntegro e sensível. Enfrentou-a, porém, com o equilíbrio dos sábios e a consciência dos justos.

Retornando ao Congresso após reeleger-se Senador, a essa altura já confessava aos amigos sentir-se cansado e desencantado com a vida pública. Esse cansaço e esse desencanto eram compreensíveis em alguém que - por quase meio século e muitas vezes quixotesicamente - havia lutado em prol da terra brasileira. E lhe adveio a enfermidade, que pôs fim a essa nobre existência. Mas não morreu dominado pela frustração, que isso seria próprio de um espírito menor. Antes, recomendou à família que não o pranteasse, porque sua vida tinha sido longa e feliz.

Uma análise, mesmo que superficial, da obra de Milton Campos comprova como ele esteve à frente de seu tempo e como os temas que abordou continuam atuais. Não nos custa registrar alguns exemplos dessa visão e dessa atualidade.

Hoje, censura-se o Poder Judiciário por ser moroso e apegado a tecnicismos jurídicos. Pois no começo de sua carreira, presidindo o Instituto dos Advogados Mineiros, nosso homenageado coordenou as discussões em torno da reforma do Código de Processo Civil, procurando dinamizar e flexibilizar a matéria, sem prejuízo do direito.

Deputado à Assembléia Nacional Constituinte de 1946, foi de sua autoria substitutivo ao artigo 146 da Constituição, resguardando o patrimônio da União sem colocar em risco o princípio da liberdade empresarial. Atualmente, quando a Nação se divide sobre a questão das privatizações, deveríamos nele nos inspirar para conciliar o bem público com os modernos princípios econômicos.

A reforma da legislação do inquilinato, a lei reguladora da ação popular e a do condomínio e incorporações representam alguns dos temas com os quais trabalhou no Ministério. Foi nesse tempo que ele formou Comissão de Alto Nível encarregada de elaborar anteprojeto de reforma do Poder Judiciário. Paralelamente, foi de sua iniciativa a lei que estruturou a Justiça Federal de Primeira Instância. Finalmente, confirmando a sensibilidade em relação a problema que, ainda hoje, é uma de nossas chagas sociais, editou a lei instituidora da Fundação do Bem-Estar do Menor.

Mas não se limita a esses exemplos o trabalho de Milton Campos em prol da justiça e do bem público. Esse trabalho, aliás, foi todo pautado por correta e precisa concepção do liberalismo. Liberal por excelência, Milton entendia que essa tendência não implicava na liberalidade perdulária que favorece a poucos e prejudica a muitos. Para ele, sem liberdade não havia justiça, mas essa liberdade não podia ser objeto de abusos. Todos os campos, inclusive o econômico, devem estar abertos às novas idéias e às iniciativas válidas, bem como fechados às exceções e aos favorecimentos específicos. Nos dias atuais, quando tanto se discute a globalização inevitável, seria o caso de refletirmos na concepção miltoniana: utilizemos da liberdade que a globalização nos faculta para ingressar nos mercados externos e repilemos com equilibrada inteligência nos abusos que nos chegam desses mesmos mercados. Seria essa a saída que Milton - mineira e sabiamente - iria apontar-nos.

Em nome da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, prestamos sincera homenagem à memória de Milton Soares Campos, o mineiro liberal, brasileiro patriota e democrata do universo. E só lamentamos que a longevidade não lhe tenha permitido estar conosco, neste momento de emoção. Não podendo saudá-lo como se aqui estivesse, o fazemos na pessoa de seus familiares e amigos aqui presentes. A eles, a mensagem de carinho e reconhecimento do povo mineiro. Muito obrigado.

Palavras do Sr. Raul Machado Horta

Exmo. Sr. Presidente desta reunião, Deputado Bilac Pinto; Dr. Ângelo Oswaldo de Araújo Santos; Ministro Pimenta da Veiga; Dr. Ricardo Pimenta, Senador José Alencar; Senador Francelino Pereira dos Santos; minha mulher, Maria Regina; Dr. Roberto Borges Corrêa; Ministro Oscar Dias Corrêa; familiares do homenageado; Deputados e ex-Deputados; Prof. Celso Cordeiro Machado, Presidente do Instituto dos Advogados de Minas Gerais; Dr. Celso de Mello Azevedo; Dr. Carlos Elói Guimarães, ex-Presidente da CEMIG; senhores e senhoras, reveste-se de significação singular a comemoração do centenário do nascimento de Milton Campos nesta sessão especial da nobre Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, proporcionando a recordação da vida parlamentar de quem devotou parte apreciável de sua existência ao exercício da representação popular. No antigo prédio da Assembléia Legislativa, na Praça Afonso Arinos, iniciou Milton Campos sua brilhante trajetória de membro do Poder Legislativo. Constituinte mineiro de 1935, integrou a brilhante geração de homens públicos que se tornou responsável, sob a direção de Abílio Machado, pela confecção da Constituição do Estado de 30/7/35, definidora da organização política de Minas Gerais dentro das linhas renovadas da Constituição Federal de 16/7/34. A Constituinte mineira reuniu homens públicos de valor, que se projetaram, inicialmente, no cenário político do Estado e, mais tarde, no da Federação, destacando-se, em referência ilustrativa, Milton Campos, Bilac Pinto, Paulo Pinheiro Chagas, Tristão da Cunha, Abílio Machado, José Maria Lopes Cançado, João Edmundo Caldeira Brant, Antônio Camilo de Faria Alvim, José Bonifácio Lafayette de Andrada, Aluísio Leite Guimarães, Miguel Batista, Eliseu Laborne, Ovídio de Andrade, numa referência aos que construíram, no passado, a grandeza do Poder Legislativo de Minas Gerais. Na Constituinte, ocupou posição eminente o Embaixador Afrânio de Melo Franco, que pertencia à geração da Primeira República, quando exerceu mandatos legislativos na Câmara dos Deputados, ocupou cargos de Ministro de Estado, projetou-se na diplomacia internacional, participando da Liga das Nações, cujo Conselho presidiu. O mandato de constituinte mineiro, que preferiu ao de Deputado Federal, assinalou o encerramento da atividade parlamentar de Afrânio de Melo Franco, cercado das atenções de seus colegas mais moços, como Milton Campos, que fora seu aluno no Ginásio Mineiro.

Relator-Geral da Comissão Constitucional, Milton Campos deixou consignadas no texto que então redigiu, para encaminhar o Projeto de Constituição ao Plenário da Assembléia Constituinte, as inovações verificadas no estatuto constitucional do País. Revelando a acuidade do publicista familiarizado com os grandes temas do direito público contemporâneo, o constituinte mineiro registrou as transformações operadas na concepção do federalismo brasileiro e convocou a atenção de seu pares para as complexas funções do constituinte do Estado membro. Na visão antecipadora que se recolhe na penetrante análise das novas tendências, frisava Milton Campos a dupla atividade do constituinte estadual, "ao mesmo tempo legislador e intérprete, com a função organizadora tolhida pelas limitações constitucionais que lhe cumpre interpretar". Condensava, com a felicidade da expressão e a notável densidade de seu raciocínio, o declínio do federalismo dualista de 1891 e o início do federalismo expansivo, sob o comando nacional das atribuições da União Federal.

Foi no exercício do mandato de Deputado Estadual que Milton Campos se entregou a uma missão de concórdia, tão grata ao seu espírito, e da qual ele sempre recordava, com visível satisfação, nas impressões que transmitia de relevante momento de sua vida pública. Refiro-me à questão de limites entre Minas e São Paulo, para cujo feliz desfecho concorreu com sua participação nos trabalhos que encerraram um dissídio bissecular, juntamente com a do Prof. Francisco Morato, o eminente Delegado do Estado de São Paulo, na fraternidade indestrutível que une os dois grandes Estados da Federação brasileira.

O golpe de Estado de 10/11/37 interrompeu a vida pública de Milton Campos, brilhantemente assinalada pela atuação na Constituinte Estadual de 1935 e na legislatura ordinária que lhe seguiu. Retornou às atividades de advogado, para exercê-las com intensidade e dedicação integrais. São desse período pós-1937 as causas, as razões, os memoriais, os recursos e os pareceres, redigidos a mão, com letra firme, em folhas praticamente sem correção, evidenciando a fluência do expositor consumado, formando os textos forenses, que se acumularam nas pastas de seu arquivo particular.

A retomada do processo político democrático reabriu-lhe a vida pública, quando se elegeu Deputado Federal à Assembléia Nacional Constituinte de 1946, logo em seguida, nas eleições sucessivas de 1947, Governador do Estado, Deputado Federal em 1954, Senador da República em 1958 e 1966. Os mandatos legislativos na Assembléia Estadual, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal ocuparam o mais longo período de sua vida pública, demonstrando a predominância do mandato parlamentar e a brevidade dos cargos executivos.

A renovação do mandato de Senador, nas eleições de novembro de 1966, permitiu a Milton Campos, dirigindo-se ao corpo eleitoral de Minas Gerais, estabelecer a distinção entre a Revolução e seu processo, advertindo que "o processo revolucionário há de ser transitório e breve, porque sua duração tende à consagração do arbítrio, que elimina o direito, intranquiliza os cidadãos e paralisa a evolução do meio social".

Antevendo a duração do processo revolucionário, afastou-se do cargo de Ministro de Estado da Justiça, pois "não se sentia com temperamento e condições para ser o braço executivo que a Revolução reclamava". Deu inestimável colaboração ao restabelecimento da ordem jurídica, que justificara sua convocação pelo Presidente Castelo Branco. Atestam a obra

meritória de sua breve passagem pelo Ministério da Justiça a reativação dos projetos de novo Código Civil e do Código de Obrigações; a elaboração dos Projetos de Código Eleitoral do Estatuto dos Partidos Políticos; a Ação Popular: a Reforma do Poder Judiciário, em proposta de emenda à Constituição de 1946; a introdução da eleição direta na escolha de Governadores e Vice-Governadores de Estados, entre outras relevantes iniciativas que assinalaram sua presença no Ministério da Justiça. Ao concluir a colaboração, resumiu sua gestão em palavras que exprimem a inalterável conduta democrática, adotada ao longo da vida pública de incansável defensor das liberdades e dos direitos fundamentais: "Fiz o que pude, e a omissão que me possa ser censurada, foi tão-somente a de resistir a idéias, planos e projetos que me pareceram incompatíveis com o ideal democrático".

A vida de Milton Campos desenvolveu duas características de sua rica personalidade: a simplicidade e a coragem. Milton Campos sempre se manteve avesso à postulação de cargos, de posições e ao brilho da notoriedade. Apesar dessa linha de retraimento, os cargos, as posições e a notoriedade sempre o bafejaram, fazendo de Milton Campos um predestinado.

No seu comportamento comedido e discreto, infenso ao alarde e à ostentação, Milton Campos não temia as situações adversas e suportava os riscos de suas idéias e convicções. E, no rumo do destemor, despontava a coragem do lutador. Durante o Estado Novo, quando foram as liberdades individuais abolidas e pairava sobre todos os cidadãos deste País o poder autocrático do ditador, foi signatário e um dos inspiradores do "Manifesto aos Mineiros", documento que exprimiu a inconformidade dos liberais com o poder pessoal implantado nas instituições. Em outra quadra da história republicana, quando vivíamos sob o império incontrastável do Ato Institucional nº 5, que facultava a suspensão dos direitos políticos e a sumária cassação de mandatos eletivos, sua voz levantou-se no Senado da República, para censurar e discordar de ato dos Ministros militares, no exercício anômalo da Presidência da República, que havia declarado a vacância do cargo de Presidente da República, em razão da enfermidade do Marechal Arthur da Costa e Silva, e, simultaneamente, subtraiu ao Vice-Presidente da República, em cujo exercício se encontrava o ilustre mineiro, Dr. Pedro Aleixo, a substituição que a Constituição prevê para os casos de impedimento. Nesse dissídio, com a solução violenta e arbitrária, ergueu-se o defensor da tolerância e o adversário do radicalismo.

É hora de terminar e de agradecer. Agradecemos ao Exmo. Sr. Governador do Estado, Dr. Itamar Franco, a criação da Comissão Especial incumbida de promover a comemoração do centenário de Milton Campos, em ato oficial que dispôs sobre sua composição, finalidade e duração; ao Exmo. Sr. Deputado Anderson Aduato, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado, a iniciativa desta reunião especial, para comemorar o centenário de nascimento de Milton Campos, que mereceu o apoio dos ilustres Deputados, signatários do requerimento, ao Exmo. Sr. Bilac Pinto, ora na Presidência, as palavras que proferiu, exprimindo os sentimentos coletivos desta Assembléia Legislativa; ao Exmo. Sr. Pimenta da Veiga, Ministro de Estado das Comunicações, o lançamento do selo postal comemorativo do centenário de nascimento de Milton Campos; ao Exmo. Sr. Ministro Oscar Corrêa, velho amigo e companheiro de Milton Campos, a sua presença nesta solenidade, como orador oficial, cujas palavras ficarão para sempre gravadas em nossa memória, credoras de nosso reconhecimento irrefragável.

Agradecemos às autoridades, aos Deputados, aos Senadores, aos magistrados, aos advogados, aos amigos, aos familiares, aos parentes e a todos os que vieram testemunhar, com sua presença, a fidelidade à memória de Milton Campos, na data histórica do centenário de seu nascimento. Muito obrigado.

Apresentação Musical

O Sr. Presidente - A Presidência convida os presentes a ouvir o Coral Vozes de Minas, da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, que apresentará as músicas "Rosa Amarela", de Villa Lobos, e "Meu Erro", de Herbert Viana, esta com arranjo do maestro Sérgio Canêdo, regente do coral.

-Procede-se à apresentação musical.

Entrega de Placa

O Sr. Presidente - A Presidência tem a honra de entregar à Sra. Maria Regina Campos Horta, filha do homenageado, placa alusiva a esta comemoração, com os seguintes dizeres: "A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais formaliza em reunião especial a homenagem sincera e respeitosa do povo mineiro à memória do grande estadista Dr. Milton Soares Campos, por ocasião do centenário do seu nascimento. Belo Horizonte, 16 de agosto de 2000. Deputado Anderson Aduato, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais".

- Procede-se à entrega da placa.

Palavras do Sr. Pimenta da Veiga

Exmo. Sr. Presidente, Deputado Bilac Pinto; Sr. Secretário Ângelo Oswald; Sr. Ricardo Pimenta; Srs. Senadores José de Alencar e Francelino Pereira; Sra. Maria Regina Campos Horta; Sr. Roberval Borges, Diretor dos Correios; prezado Prof. Raul Machado Horta; Sr. ex-Governador de Minas Gerais Rondon Pacheco; Sr. Ministro do Supremo Tribunal Federal e ex-Ministro da Justiça Oscar Dias Corrêa; Dr. Celso Mello Azevedo, ex-Prefeito de Belo Horizonte; Dr. Carlos Elói, ex-Deputado desta Casa e ex-Presidente da CEMIG; Deputado Odelmo Leão; Dr. Orlando Vaz, ilustre advogado; Sr. Vice-Prefeito de Belo Horizonte; Srs. Conselheiros do Tribunal de Contas de Minas Gerais; Prof. Aluizio Pimenta, ex-Ministro da Cultura; minhas senhoras, meus senhores, inicialmente, desejo destacar a importância da homenagem prestada pelos Correios ao ex-Governador Milton Campos. Esse ato, simples como foi, na verdade reveste-se de grande conteúdo, porque procura preencher a memória do homenageado. A Empresa de Correios, grande empresa nacional, a cada ano destaca algumas instituições e pessoas que devem ser homenageadas com a edição de selos. Estou feliz porque, nesta semana, é a segunda vez que venho a esta Assembléia, para participar de uma homenagem. São dois grandes brasileiros: primeiro, Gustavo Capanema. Hoje, Milton Campos.

Esse selo não fica restrito a Belo Horizonte, a Minas ou ao Brasil. Certamente, correrá por vários países, e é uma pequena contribuição. É dever de nosso Estado guardar o exemplo, a memória e os gestos do ex-Governador Milton Campos. Devo dizer que falar em um curto espaço, espremido entre a erudição e o talento do Prof. Raul Machado Horta e, a seguir, substituído nesta tribuna pela genialidade do Ministro Oscar Dias Corrêa, deixa-me, sem dúvida, preocupado. Exatamente por isso, não tentarei imitá-los, até porque conhecem o homenageado muito melhor do que eu, já que ambos tiveram o privilégio de sua convivência pessoal.

Não tenho, portanto, nenhuma intenção de demonstrar originalidade. De resto, é muito difícil falar de alguém da estatura de Milton Campos. Desejo, assim, apenas destacar alguns fatos. O primeiro é a extensão de sua personalidade. Não foi apenas - e já seria muito - Governador de Minas, mas também um grande político. Foi, além disso, advogado, jornalista e pensador. Destaco, de modo especial, a sua capacidade administrativa. Mas outros também foram bons administradores, ocuparam posições como Milton Campos e tiveram qualidades parecidas. Por que, então, sua personalidade é tão destacada? Por que se transformou nessa referência em nosso Estado? Certamente, são muitas as razões, mas vou aqui mencionar, segundo meu juízo, três delas, que terão robustecido esse destaque: a correção e integridade de seu caráter, a eficiência administrativa no Governo do Estado e, sobretudo, algo que aprendi, desde cedo, ser atributo indispensável aos grandes homens públicos: a coragem pessoal. Milton era ameno no trato, mas revelou, ao longo de sua vida, atos de grande coragem pessoal. Poderia citar vários, mas vou me ater a alguns poucos. Um deles foi aqui mencionado pelo Prof. Raul Machado Horta e se trata do fato de, em tempos difíceis do regime militar, ousar divergir. Divergiu pela ação, às vezes, pelo silêncio, e construiu algumas afirmativas como a seguinte: "Foi por isso que divergi do AI-5 e, com maioria de razão, de sua consequência, que foi o AI-12". Hoje parecem palavras fáceis, mas quem viveu aquele arbítrio sabe a dificuldade de pronúncia-las naquele instante. Mais adiante, nesse mesmo pronunciamento, disse ele: "Deixou-se à margem a chamada classe política, mas é inútil tentar proscrevê-la, pois ela existe hoje e existirá sempre".

Mas quero, ainda, referir-me ao episódio de sua candidatura à Vice-Presidência da República. Quero fazer dois registros de situações ocorridas no curso da campanha, Senador que era por Minas, disputando a eleição com João Goulart. Um é, certamente, do conhecimento público, mas o outro talvez tenha sido ouvido por poucas pessoas. O primeiro deles ocorreu quando Milton Campos afirmou que, se perdesse a eleição para a Vice-Presidência em Minas Gerais, deixaria o Senado, porque interpretaria a posição do eleitorado mineiro como uma negativa do mandato que havia conquistado. Tive o trabalho, há muitos anos, de ir, para resolver uma discussão que surgiu em torno desse assunto, à biblioteca da Câmara dos Deputados, a fim de verificar a exata votação de Milton em Minas. Ele ganhou aqui e, por isso, manteve-se Senador. Mas não apenas disputou a Vice-Presidência, mas também colocou em jogo seu próprio mandato de Senador.

Nesse mesmo episódio, ouvi algumas palavras de alguém que sempre prezei muito e que foi contemporâneo de Milton Campos e seu adversário político, mas que tinha por ele profundo respeito: meu pai. E, nessa mesma eleição para a Vice-Presidência - jamais esqueci -, em nossa casa, aqui em Belo Horizonte, meu pai disse, numa reunião de família: "Melhor seria que, nessa eleição, ganhasse a UDN". Ele, fundador do PSD, referiu-se desse modo à eleição, porque concluiu que seria melhor para o Brasil. Milton tinha essa capacidade, superava até as arraigadas diferenças partidárias daquela época.

Para ainda dar uma palavra sobre a eficiência administrativa de Milton Campos, agora, com tantas publicações e notícias a respeito dessa figura extraordinária, estive analisando seu governo, tempo que não pude acompanhar, mas que vejo agora pelos olhos da história, e constatei algo que deve ser proclamado: a clara evidência da visão moderna do administrador Milton Campos. Ele planejou o Estado, compreendeu, desde aquela época, o que se defende hoje: que o Estado deve ser ágil e mantido dentro das responsabilidades fiscais. Por isso esta homenagem que quero fazer a ele, concluindo com um pensamento que me parece muito interessante: Milton Campos foi um destaque em sua geração, que não foi uma geração qualquer, mas das mais brilhantes que Minas produziu e que o Brasil conheceu. Uma geração que, além dos nomes citados, era composta de Gustavo Capanema, Gabriel Passos, Francisco Negrão de Lima, Mário Casassanta, Abgar Renault, João Alfonso, Ciro dos Anjos, Afonso Arinos de Melo Franco, Emílio Moura, Pedro Nava, Rodrigo Melo Franco de Andrade, companheiros de geração, entre outros, como o Dr. Celso Melo Azevedo, muito mais moço, e o Governador Rondon Pacheco. Notável foi a definição que fez dele Carlos Drummond de Andrade, seu companheiro de geração. Disse dele, numa definição primorosa: "Milton Campos foi o orientador involuntário e desprezioso da nossa geração". Essa é a verdade. Muito obrigado.

Palavras do Sr. Ângelo Oswaldo de Araújo Santos

Sr. Presidente desta sessão especial, Deputado Bilac Pinto, Srs. Senadores, ex-Governadores de Minas Gerais, Ministro das Comunicações, Pimenta da Veiga, familiares do Governador Milton Campos, senhoras e senhores; é com emoção que represento o Governador Itamar Franco. Trago a saudação do Governador de Minas, do homem público Itamar Franco, em homenagem a seu antecessor no Palácio da Liberdade e no Senado da República. O Governador Itamar Franco estará, na sexta-feira próxima, dia 18, em Ponte Nova, na Câmara Municipal, a fim de celebrar, com os contemporâneos de Milton Campos, essa marca tão forte na história do nosso tempo. Milton Campos nasceu no último ano do século XIX, e, agora, ao encerrar-se o século XX, podemos ver nele um dos homens que souberam construir essa centúria, uma das personalidades que marcaram o século que chega ao fim e uma contribuição generosa, das mais altas que Minas Gerais deu ao País.

A figura intelectual de Milton Campos, a sua participação na vida cultural do País e o enriquecimento político que trouxe à vida pública fizeram com que o Governador de Minas não só criasse a Comissão Especial do Centenário de Milton Campos, presidida pelo jurista Raul Machado Horta, por inspiração do nosso caríssimo José Bento Teixeira de Sales, mas também, por inspiração do Senador Murilo Badaró, criasse a Comissão do Centenário de Gustavo Capanema. Em uma semana de 1900, tivemos o nascimento desses dois grandes homens públicos mineiros: no dia 10 de agosto, Gustavo Capanema, e, no dia 16, Milton Campos.

O Governador decretou, ainda, que 2000 é o ano da cultura de Minas Gerais. É interessante que esses dois grandes homens públicos, esses servidores permanentes e obstinados da causa pública, que se destacaram pela moralidade, mesmo hoje, quando parecem divindades da mitologia antiga, já que há uma desfiguração do universo político e uma descaracterização da figura do homem público e do estadista, são também enaltecidos pelo papel que tiveram na cultura do País. Sem contribuir para a cultura, as pessoas não permanecem. Ainda que tenham empreendido grandes obras de pedra e cal, ainda que tenham construído grandes empreendimentos, ainda que tenham exercido com probidade a vida pública, é pela cultura que as pessoas se constroem como personagens da história, porque a história é plenamente cultural. A história é matéria viva da cultura.

Milton Campos, mais do que ninguém, se inscreve na história do nosso País, porque sempre a compreendeu, interpretou e viveu com uma perspectiva cultural, compreendendo de onde estávamos vindo e para onde deveríamos ir, de acordo com as lições do espírito de Minas, que tão bem representou e continua a representar como uma das maiores expressões da nossa consciência, do nosso pensamento e da nossa realização como parcela fundamental, fundadora da civilização brasileira. Muito obrigado.

Palavras do Sr. Oscar Dias Corrêa

Exmos. Srs. Presidente da Assembléia, Ministro das Comunicações, Secretário da Cultura e representante do Governador do Estado, eminentes Senadores, ex-Governadores, demais membros da Mesa, Regina, Lídia e Maria Vitória, filhas diletas de Milton Campos, netos, bisnetos, familiares, demais autoridades, Presidente do Instituto dos Advogados de Minas Gerais, Sr. Presidente; há mais de 50 anos, precisamente em 17/1/47, era eu o primeiro orador a ocupar esta tribuna da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, então com poderes constituintes após a redemocratização do País. Com a mesma renovada emoção, com a mesma união cívica, a ela retorno, tendo um ponto superior de confluência: àquela época, era Milton Campos o primeiro Governador eleito do Estado após a ditadura, e hoje celebramos o primeiro centenário do seu nascimento e sua consagração na história.

Minas Gerais está presente neste cenáculo maior de seu povo, esta Assembléia, que abriga os que podem, legitimamente, falar, para um culto que nenhuma vez antes se celebrou: o centenário de um cidadão de Minas e do Brasil, figura emblemática de seu tempo e sua gente, a qual aqui, agora, pelo sempre, homenageamos: Milton Campos.

É este, por isso mesmo, momento pinacular de nossa história contemporânea: consagramos o homem probo, que fez da vida o exercício permanente, árduo e sereno da compreensão e da tolerância, a busca incessante do equilíbrio entre a liberdade e a autoridade, a conjunção entre a liberdade e a igualdade, o respeito aos direitos do cidadão, para que não se sentisse, nunca, inferior ao Estado, nem este se constrangesse de exigir dele a parcela necessária ao bem comum como dever a cumprir.

O significado transcendente desta solenidade é que ela dificilmente se repetirá, à falta de quem lhe empreste o vulto à celebração: porque Minas só nos deu, em nossa história, um Milton Campos, como arquétipo que definiu essas virtudes e sinalizasse esses rumos.

É, aliás, estranho e peculiar como pôde alcançar a unânime consagração dos contemporâneos, participando das atividades públicas, intensa e decididamente, e como sua atuação pôde merecer de todos o reconhecimento pelas qualidades de honradez, decoro, equilíbrio, tolerância, compreensão, civismo, quando a atividade política é naturalmente excludente e contraditória das unanimidades, e marca fundamentalmente os contrários, a ponto de os ver como adversários, quando não como inimigos. Como é estranho que os radicalismos da vida política, por mais democraticamente travada, e entre os mais preparados e argutos contendores, a qual sempre deixa um travo amargo nos que se batem, tenha poupado esse varão, de tal forma, que, hoje, ao celebrarmos o centenário, possamos traçar-lhe o perfil exato e superior, não no julgamento dos que gozaram do seu convívio como amigos, colaboradores, companheiros ou seguidores, mas, melhor ainda, dos que com ele preliaram, venceram ou foram vencidos, e se renderam todos à evidência de virtudes tão humanas, que, paradoxalmente, são humanamente raras de encontrar.

Em Milton Campos uniram-se forças íntimas de coração e espírito que lhe deram à vida contornos inusuais: fez seu destino sem correr para o êxito, sem atropelar concorrentes, sem ferir contendores, sem fugir à luta, sem desmerecer o vencedor nem tripudiar sobre o vencido, sem fraquezas, que não as conheceram o corpo e o espírito, sem vanglória, que não ambicionou ouropéis; numa seqüência de vida que enfrentou tempestades sem temor, calmarias sem impaciência, ataques sem revolta, desafios sem recuo, dificuldades sem tergiversação; de tal modo que o estudo de sua vida pode servir de rumo à decifração do século no qual viveu os menos de setenta e dois anos que dedicou, inteiramente, a Minas e ao Brasil. Nesse período, o sol o viu primeiro, como diria D. Francisco Manuel de Mello ("Epanaphoras de Vária História Portuguesa", p. 213): "De aqui vejo que os postos grandes corresse para vosso cuidado, antes que vós para sua pretenção. Desta maneira costuma o sol tocar primeiro os montes mais altos, sem que se queixem os vales, de que depois lhes amanhaça".

Nascido em 16/8/1900, começava com o século a vida. Filho do depois Desembargador Francisco Rodrigues Campos e de D. Regina Martins Soares Campos, viu cedo a luta modesta e sofrida do pai na labuta judiciária, até atingir a Presidência do Tribunal da Relação de Minas Gerais, que honrou. Milton mesmo o diria ao visitar, como Governador, a Corte, em 27/3/1947: "Foi à sombra desta mansão da justiça que formei minha personalidade: começava a minha adolescência quando meu pai entrou nesta casa, para só se retirar arrebatado pela morte em pleno trabalho, após um quartel de século de exercício neste Tribunal, onde ocupou esta alta cadeira, agora honrada por V. Exa., Sr. Presidente".

Terminado o curso na Faculdade de Direito de Minas Gerais, como orador da turma, e trabalhando como funcionário da Estrada de Ferro Oeste de Minas, iniciou-se na profissão, em Boa Esperança, em 1923. E, em 1924, transferia-se para Belo Horizonte, onde, em 1925, seria diretor da sucursal de "O Jornal", dos "Diários Associados".

Começou, aí, a firmar-se sua reputação de grande advogado e jurista, tanto que em 1932 era nomeado Advogado-Geral do Estado.

Mas o serviço do povo o chamava, e em 1933 era escolhido membro do Conselho Consultivo do Estado e, em 1935, Deputado à Assembléia mineira, que votaria a Constituição desse ano, sendo Relator-Geral da Comissão Constitucional. Nesse mesmo ano e nos seguintes, chefiou a Delegação de Minas Gerais na Comissão de Limites Minas-São Paulo, o que comprova a alta conta em que o tinham os meios jurídicos do Estado.

Consultor Jurídico da Caixa Econômica Federal (1940/1944), Presidente do Conselho Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil - minha carteira de advogado é assinada por ele - e do Instituto dos Advogados de Minas Gerais, em vários exercícios, em 1943 colaborava no "Manifesto dos Mineiros", documento com que os mineiros conclamavam o País à

restauração do Estado democrático e forçavam o ditador à convocação das eleições que o reconstituíram, entre nós, quebrado pelo golpe de 10/11/37.

Pode-se fazer a inusitada experiência de ver o século XX através da vida de Milton Campos, e nos admiramos como a evolução dos tempos pareceu seguir o rumo e o destino desse homem invulgar.

Nascendo o 1900 sob a inspiração da luta ideológica que a doutrina de Karl Marx opusera ao ideário liberal, na reação contra o individualismo que radicalizara na exploração do trabalho, exorbitando, por sua vez, na pregação do predomínio da ação estatal, em pouco a chama liberal via-se consumida pela acerba disputa entre, de um lado, os que pretendiam o domínio incontestável do Estado, quer os coletivistas da URSS, quer os nacional-socialistas, sobretudo da Itália e na Alemanha; e, de outro, os que aspiravam fosse ele a instituição da sociedade dos cidadãos livres, fugindo da opressão, tanto dos demais cidadãos como do seu próprio poder.

Essa disputa encheria o século, até quando entenderam todos o que os liberais haviam previsto e proclamado: que a liberdade era bem inestimável que nem a sociedade poderia retirar dos homens, menos ainda o Estado, que a institucionalizara; mas não haveria de exacerbar-se, sob pena de servir de perdição à própria liberdade e à sociedade. Pois a Milton Campos marcaria a permanente preocupação com os direitos humanos, de que o século faria a grande bandeira, que Milton empunhara como "causa predileta", como o disse Gustavo Capanema.

Em 15/12/47, no Congresso dos Trabalhadores, afirmaria Milton de forma lapidar:

"A justiça, que é a virtude última para a qual tendem as boas ações humanas, tem como seu principal fundamento, a idéia de igualdade. Daí poder-se dizer que os dois pontos de atração da democracia moderna, para os quais se dirigem todos os nossos esforços, são a liberdade e a igualdade. Nenhuma doutrina tem o privilégio dessas idéias. Podemos dizer que elas constituem uma indeclinável inspiração da fé cristã, que é o ambiente espiritual em que se forma o coração e o espírito dos brasileiros. Procuremos atingir o equilíbrio entre esses dois ideais e fujamos do risco de atingir um com esquecimento do outro. Só a conjugação de ambos em sistema de justiça é que poderá eliminar a opressão entre os homens.

Sem a liberdade cairemos na opressão política. Sem a igualdade consolidaremos a opressão econômica. Num e noutro caso estará esquecida a pessoa humana e a democracia falhará na sua missão".

Milton vislumbrava a justiça social na consagração da liberdade com igualdade, consubstanciando-se no estado democrático, que ele gostava de resumir naquele inigualável pensamento de Alain:

"En empêchant chaque jour d'ajouter une pierre à la Bastille, on s'épargne la peine de la demolir". Impedindo que a cada dia se ajuste uma pedra na Bastilha poupar-nos-emos a pena de a demolir.

Dir-se-ia, porém, que, professor de ciência política, se omitiria na realização do pensamento político. Não.

Como se estivesse a ouvir o aforismo de Comte, prevendo para agir - "science, d'ou prévoyance, prévoyance, d'ou prévoyance, prévoyance, d'ou action", antes de qualquer outro, entre nós, deu-nos ele o modelo do planejamento democrático descentralizado, que a economia moderna consagraria, e que a própria Constituição de 1988 inscreveria como norma, no art. 174, ao se referir ao planejamento determinante para o setor público e indicativo para o setor privado: assumindo o Governo do Estado de Minas Gerais, lançou o Programa de Recuperação Econômica, cumprindo experiência nova, entre nós, de planejamento com liberdade, que deu frutos valiosos: a retomada da ação governamental, com o Estado participando, junto com a iniciativa particular, da atividade econômica, estimulando os aspectos que concretizavam o interesse geral.

Milton espelhou o século, para confirmar, basta lhe seguirmos a vida. O século foi o da defesa dos direitos humanos, na luta contra a intervenção estatal incontrolável. Pois Milton, quando não se haviam ainda apagado os clarões do incêndio da Segunda Grande Guerra, os defenderia na Constituinte de 1946, dele partindo o substitutivo que redundou no art. 146 da Constituição de 1946, consagrando os limites à intervenção do Estado, o que o Desembargador José Duarte, nos seus "Comentários", resume, e o próprio Milton transcreve no discurso de Araxá, em 24/7/49:

"Se na ordem econômica a amplitude da intervenção não estiver limitada pelos direitos e garantias individuais, criaremos o risco de suprimir a liberdade sob pretexto de assegurar a igualdade social. Pedindo escusas por usar do conceito de antigo publicista, preferiria que existisse igualdade na liberdade e não a igualdade na opressão".

E diria, em síntese admirável, que a liberdade juntou-se a busca da igualdade, conduzindo à justiça social: "Representa a inspiração suprema, porque tende a eliminar as desigualdades iníquas, a atenuar as diferenças das condições e criar um nivelamento inicial capaz de oferecer a todos as mesmas oportunidades. A livre iniciativa é um reflexo do princípio de liberdade, sem o qual o indivíduo, oprimido nos seus movimentos legítimos, acaba por anular seus impulsos fecundos e reduzir-se a unidade automática, vazia da divina essência que o enobrece. A valorização do trabalho é o honesto reconhecimento de um dado do mundo moderno, que, retificando a idéia de propriedade como fonte exclusiva de direitos, incluiu também o trabalho como base da ordem jurídica e título legítimo para conquista dos bens da vida".

Idéias e anseios que, mais tarde, em 1948, se consagrariam na Declaração Universal dos Direitos Humanos, floração magnífica do sacrifício de gerações.

Milton, aliás, explica sua vocação liberal pelo próprio clima que Minas lhe deu ao nascer. Dizia ele, em 13/10/47, na Associação Brasileira de Escritores, seção de Minas Gerais: "Bem sabeis que em Minas o culto da liberdade não é um rito convencional ou uma recomendação do protocolo democrático, mas uma inspiração do povo e da nossa tradição política. Se um dia empalideceu em Minas a chama desse ideal, foi uma transição breve e ao arripio das irresistíveis inclinações de seu povo".

Ou, como cita José Bento Teixeira de Sales, no livro admirável que lhe consagrou, repetindo Edgard da Mata Machado (p.XI): "O liberalismo mineiro existe efetivamente não como partido ou doutrina política, mas como índole, temperamento e vocação. Não é o liberalismo das frases sonoras, atmosfera da incultura e veículo da demagogia. Para esse, realmente, é possível que já não exista lugar no mundo moderno. Não é o romantismo político, cujas abstrações fogem aos quadros da realidade".

Mas, ao lado das preocupações político-econômicas, ainda que, no fundo, éticas, como essa, as preocupações éticas, propriamente, não o abandonariam, impondo-lhe a pregação do "governo mais da lei do que dos homens, com a impessoalidade que assegure o clima de serenidade e compreensão, no qual o exercício dos direitos não se embarça pelo espírito de facção e antes se facilita pela certeza da justiça".

Para isso, nada contribuiria mais do que sua compreensão e tolerância, essenciais à conquista do regime democrático.

Diz ele: "Não poderemos realizar essa conquista senão fazendo tudo quanto for possível para que a sincera prática desse regime convença o povo de suas vantagens e o consolide definitivamente, em todos os espíritos. De minha parte, procuro dar um exemplo de total compreensão e absoluta tolerância para que, compreendendo e tolerando, possa eu ser justo e assim cumprir o meu dever para com os concidadãos. Praticando a tolerância, não procuro apenas me inspirar naquela caridade do espírito a que se referia o ensaísta, mas vou além, porque considero a tolerância não apenas como um atributo ou como uma virtude do homem, mas também como um método de ação, único método de ação capaz de assegurar superiormente e em clima de verdadeira dignidade a convivência dos homens".

Evidentemente, nessa mesma linha, a busca da moralidade pública haveria de ser objetivo da ação governamental.

Lembrou-o, citando o inolvidável Abgar Renault, com autoridade, ao repetir: "Governar, porém, não é apenas administrar: é também educar. Com efeito, já que o governo ou o Estado constitui o mais enérgico dos processos assistemáticos ou difusos de educação, governar é estabelecer, por meio da educação ministrada pelo exemplo, a atmosfera de liberdade, de justiça e de rigorosa moralidade, sem a qual o Governo, por mais eficaz ou realizador, como hoje amam dizer, decai da sua altitude e da sua missão".

E, referindo-se à virtude, ele a resumia em conceito seguro: "Eis como a virtude não é apenas uma elegância dos homens e dos povos, ou um adorno das nações para dar brilho à sua história, É, antes, um processo de defesa da República e uma condição de sua sobrevivência. Se ela não habita no povo e nos seus dirigentes, é inútil golpear os déspotas, porque o despotismo sobrevive no clima propício que lhe vem da ausência de virtude.

Não há nada mais característico da virtude do que a dignidade, que é sua imagem e lhe serve de medida. A dignidade não está no fulgor das aparências, nas honras exteriores, nos gestos de encenação. É um movimento de consciência, que ordena o comportamento segundo uma firme escala de valores, fora da qual o triunfo não tem sabor e a vitória é uma humilhação. Desse modo, a crise de dignidade subverte as hierarquias naturais, elimina a lógica das coisas e traz ao mundo esse desregramento que o transforma no caos moral dos nossos dias.

Assim, haveria de fundar-se na legitimidade dos mandatos, que assegurariam a legitimidade da representação do povo, garantia da cidadania e da realidade do regime democrático. Daí a busca da legitimidade dos pleitos, a começar na estrita legalidade do processo e na correção da disputa.

Esses mesmos princípios sustentaria, Brasil afora, como candidato à Vice-Presidência da República, com Juarez Távora, em 1955, e com Jânio Quadros, em 1960.

Só assim teríamos o renascimento democrático que se impunha e a que se referia em discurso aos membros da Assembléia Legislativa, em 23/3/50: "Há crise nas instituições, porque elas se baseiam nos partidos, que se movimentam, e os partidos, seja pela sua multiplicidade, seja pela improvisação com que se constituíram, reclamam revisões e retificações na sua estrutura e nos seus programas, como de retificações e revisões necessita a própria organização nacional".

Dez anos mais tarde, contribuiria eficazmente com o seu Projeto nº 38/60, no Senado Federal, em que propunha sistema misto de votação distrital, buscando obviar aos males já detectados na experiência republicana, sobretudo nos últimos pleitos. Entre esses, a corrupção, que maculava o regime, e a que ele se refere lembrando os "deputados de enxurrada", de que falava o Marquês do Paraná, afirmando Milton que "limitada a área de incidência da compra de votos", "as resistências podem surgir com mais eficácia, sobretudo se se arrematasse os homens de bem do lugar. A vigilância será mais viva, maior o escândalo e mais terrível a desmoralização dos que participarem da corrupção". (Justificativa do Projeto de Lei nº 38, do Senado, de 25/11/60).

E o destino lhe reservaria o privilégio de, Ministro da Justiça, enviar ao Congresso a mensagem com o projeto de lei eleitoral, que se converteria na Lei nº 4.737, de 15/7/65, que ainda hoje nos rege, com as alterações conjunturais a que foi submetida.

Todos os nossos problemas, locais e regionais, urgentes e dramáticos ou crônicos e recorrentes, tiveram nele a visão premonitória que os fatos, muito depois, confirmariam.

Se não podemos recordar todos os que lhe mereceram a visão profética, tome-se um que está na ordem do dia, em termos de inacreditável demonstração de falta de autoridade e de desrespeito à lei, com clara ofensa a direitos impostergáveis, na quebra de seus fundamentos: a reforma agrária, diante da qual nos vemos temendo, vacilando, oscilando, recuando, tergiversando, enquanto os pregoeiros da desordem ostentam e dominam. Pois em 8/8/62, no Senado, Milton, que vivera a experiência do Governo mineiro, apresenta projeto que, com base em estudos de comissão anteriormente formada, elaborara, e começa com esta afirmação, que parece dita para hoje: "Muito se fala em reformas, mas não se tem feito o necessário para que elas sejam, realmente, promovidas em nosso País".

E conclui seu discurso no Senado, em 8/8/62, segundo transcrição de Murilo Badaró, no seu recente e meditado estudo sobre Milton: "É reconhecida a imperiosa necessidade de se dar nova estrutura agrária ao País, consagrando-se, ao lado do direito individual da propriedade, o condicionamento do seu uso ao bem-estar social. São esses os termos em que a Constituição claramente coloca o problema, e outro não é o sentido reclamado pelas inquietações da hora presente. De um lado, o interesse nacional pela produtividade da terra, que precisa ser explorada de maneira mais racional e econômica. De outro, o imperativo democrático da acessibilidade da terra a maior número de pessoas, para que esse bem comum em sua natureza não seja um privilégio de poucos, mas se distribua racionalmente, sob as inspirações da justiça, como elemento de trabalho e benefício coletivo".

Murilo Badaró acentua: "Lidas agora, essas palavras, proferidas há quase meio século, impressionam pela atualidade". E continua a citação: "Essa dupla finalidade faz da reforma agrária condição essencial ao nosso desenvolvimento e autoriza a expectativa de que se inicie, com ela, um período de intenso progresso de nossa agricultura, quer no que se refere à produção da terra, quer no que respeita às melhores condições de vida dos trabalhadores rurais. Uma reforma agrária que não seja paliativa nem espoliativa, eis o que orientou o grupo de trabalho".

Com a advertência que se haveria de repetir hoje: "Precisamos ter os pés na terra. As reformas são necessárias, mas não em delírio, e sim com o necessário bom-senso, que se faz preciso para que correspondam ao anseio real do País, e não a planos ideológicos que servem para a implantação de idéias, mas não para o benefício da realidade nacional".

Pois novamente o destino escolheria Milton para, em 1964, enviar ao Congresso Nacional, em nome do Governo Federal, o Projeto do Estatuto da Terra, a mais notável contribuição efetiva, real e legal à reforma agrária no País, única que, na verdade, representou avanço e não pirotecnia demagógica, contribuição séria à solução do problema, ao se transformar no Estatuto da Terra (Lei nº 4.504, de 1964).

Ainda cuidando de outro mal de que temos padecido - a mania invencível das reformas da Constituição - que, podemos afirmar, mais se parecem medidas provisórias de "quorum" especial, pois só falta que o próprio Presidente da República as faça e promulgue, vem-nos à mente a lição de Milton falando aos constituintes mineiros de 1947, discurso que ouvi, no Palácio da Liberdade: "Se, por um lado, a preocupação esquemática de depurar a Constituição do que não for constitucional pode torná-la ineficiente como instrumento de governo, impermeabilizando-a à trepidação da vida social e política, por outro lado, a extensão de suas disposições aos problemas efêmeros e às minúcias inconstantes é incompatível com os objetivos de duração que caracterizam as cartas fundamentais. Nem rigidez demasiada nem excessiva flexibilidade, para que a obra lenta da aplicação e da interpretação construtiva possa adaptar sabiamente a lei básica, sob o insubornável império das circunstâncias, às imprevisíveis mutações do tempo e às correntes caprichosas da vida dos povos". Foi lição que o Brasil não aprendeu, sofrendo hoje as incontinências do furor constitucionalizante, que nos fere fundo e desestabiliza a ordem jurídica.

Outro mal gravíssimo, que agora, mais do que nunca, nos desmoraliza, a impunidade, coroando a corrupção, desestimulando as boas vocações e destruindo a ordem moral, já o preocupava; e certa vez, falando-lhe a respeito, me disse: "O Brasil precisa de Ministério Público".

Que vemos agora, pois? Precisamente, com a atuação do órgão fortalecida pela constituição de 1988, que o reconhece e proclama "essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis" (art. 127), o combate à corrupção e à impunidade ganhou força e efetividade. Se não se aprovam os excessos, desvios e abusos que, infelizmente, ainda se cometem nessa fase inicial de adaptação aos novos poderes revigorados, e sob os holofotes da mídia, que provoca vaidades, açula-se o estrelismo e facilita-se a ideologização, é inegável que sua atuação severa, correta, honesta e prudente trará para o País e o regime democrático os benefícios que assegurarão a normalidade da vida pública, a regularidade do exercício da administração e a defesa do patrimônio moral e material da Nação.

Ainda aqui, e como sempre, Milton viu antes, muito antes de todos os contemporâneos.

Mas, Sr. Presidente, mui de estudo, deixei de falar sobre alguns temas que foram preocupação de Milton Campos, para os quais traçou rumos e soluções, e que, irresolvidos, ainda, pela incompetência ou inapetência dos nossos homens públicos, continuam como obstáculo a que o País seja a habitação feliz da nobre gente que o sonha grande e livre. Não pude senão, e disso humildemente me penitencio, lembrar alguns pensamentos seus, dentro do imenso ideário que nos legou.

É que Milton Campos é, em nosso País, dos poucos homens públicos que podem ser lembrados pelas idéias que defendeu e buscou realizar, pelos conceitos que emitiu e procurou concretizar, pelos ideais que propugnou e lutou para efetivar.

Milton viu - como sempre, antes dos outros - a linha do futuro e, para alcançá-lo, buscou os melhores do seu tempo, que com ele colaboraram, ativa e desinteressadamente, na realização dos anseios coletivos. Se não logrou a concretização dessas soluções, é que nem sempre a compreensão dos contemporâneos lhe acompanhou a visão.

Por isso compreendo hoje, e explico, e justifico, o pseudoceticismo de que se marcam muitas de suas proposições, e a ironia que se lhe atribui sempre, ainda que como "verve sem maldade", irradiando-se naquele difícil sorriso que, algumas vezes, lhe vi no rosto sereno inundado pela vivacidade da resposta.

Explico e justifico: Milton, vendo os fatos que todos viam, antevia-lhes as conseqüências que os outros, em geral, não viam, nem mesmo previam. E não podia sopitar sua reação enquanto os outros não lhes pressentiam os efeitos próximos ou longínquos. Foi, assim, o cidadão modelar do século.

Some-se a isso a grandeza da figura humana que se há de colocar em plano superior, no lar cristão e mineiro que D. Dea santificou com a graça, o afeto, a dignidade e a firmeza, e ao qual Lydia agregou Abílio, que, após cumprir nobremente sua missão, partiu; Regina conjugou Raul, que honra e dignifica Minas ante o Brasil; e João Cláudio, que conduziu Herminia, serviu ao bem comum e nos deixou; mais Luiz e Antônio, cedo e dramaticamente retirados do nosso convívio; e Maria Vitória, que conosco os relembra, na tristeza da ausência.

Coroando-lhe a figura, a humildade e a compreensão quanto às falhas alheias, a permanente busca da convivência, a inesgotável reserva de tolerância, novos motivos para o sorriso contido no rosto aberto e franco.

Este o Milton Campos que marcou o século: que em 1920 corria a Palmira (hoje Santos Dumont) para homenagear Rui Barbosa, o ídolo e o símbolo, que ali se recolhera, excluído da recepção ao Rei Alberto; Milton, que daí em diante foi a síntese do pensamento e da ação do seu povo, até o momento em que a sagrada terra mineira lhe recebeu o corpo exânime, em 16/1/72.

Milton foi Minas Gerais: nem o arroubo de muitos, nem a pasmeira de alguns, nem o ímpeto de vários, nem o retraimento de outros. O mineiro, com as virtudes e grandezas da terra, preocupado com as falhas e dificuldades da gente, disposto a lutar para que todos se integrassem na vida e na cidadania, a serviço do Estado e do País.

No conjunto, nenhum lhe terá igualado os serviços prestados, o exemplo deixado, a lembrança imorredoura, o modelo inexcédível de sobriedade, prudência, tolerância e sabedoria.

Por isso, neste ano, tantos se dispuseram a analisar-lhe aspectos da vida e da obra, que hoje apenas debuxo, como croqui do retrato que os estudos de todos compuseram e que a história já ratificou, no modo como a ele se referem outras grandes figuras de nosso País que o conheceram: Gustavo Capanema, que, com ele, neste 2000, comemora o centenário de uma grande vida a serviço de Minas e da Nação, lembra em Milton: "A coragem, a bravura e a firmeza com que Jesus se conduzia em todas as circunstâncias, mas tudo isso misturado de tal serenidade, brandura e humildade, disfarçando e escondendo aqueles dons fortes, que a imagem que sempre ficava era a da mansidão".

Carlos Drummond de Andrade, tão citado, apregoava que "ele foi o homem que a gente gostaria de ser"; e Nelson Carneiro, que "ele foi o melhor de todos nós"; o que João Camilo de Oliveira Torres expressava chamando-lhe "o mais nobre dos mineiros", e Vivaldi Moreira dizendo dele: "Milton, o único".

Carlos Castelo Branco, que o viu de perto desde o tempo em que, estudando em nossa Faculdade de Direito, o seguiu e admirou, afirma que ele foi "a maior figura de homem público e de cidadão que conheci".

E para completar, a palavra insuspeita de outro grande, Eugênio Gudin, pai da moderna economia brasileira, espírito universal, escrevendo: "Pode-se dele dizer como Anatole France disse na inauguração da estátua de Renan: "Il était vertueux de la façon la plus rare; il était avec grace... Il cherchait tous se moyens de se faire pardonner sa supériorité. ("Ele era virtuoso, da maneira mais rara e com bondade ... Procurava todos os meios de pedir perdão por sua superioridade").

Por isso aqui nos reunimos hoje, e, na minha voz marcada pela emoção, vos recordo aquele que foi o arquétipo, o guia, o modelo em quem nos miramos, e que, ainda agora, nos conduz pelo exemplo.

Milton Campos pertenceu a uma geração de grandes homens, período áureo da história republicana: escritores, homens cívicos, servidores da Pátria. Foi tão digno deles, que todos o consideraram sempre o melhor de todos. E eles foram todos os melhores de nós, que só lhes somos sucessores na honra de os termos conhecido e admirado.

Cabe-nos, lembrando-lhe o exemplo, indicá-lo aos de agora e aos de depois, para que se mirem nele e o sigam, para que lhe aprendam a lição e a realizem.

Só isso propiciará ao Brasil o futuro que Milton Campos lhe desejou, lutou para realizar, aspirou até o último alento, e nós todos, seus seguidores, temos procurado, com a ânsia mais incontida e com a convicção mais fiel aos princípios que lhe inspiram a ação. Que há de levar o Brasil, antes que de nós se perca a memória, ao destino feliz de terra abençoada onde reinam a paz e a justiça.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência manifesta seus agradecimentos às autoridades e aos demais convidados pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando os Deputados para a reunião ordinária de amanhã, dia 17, às 14 horas, com a ordem do dia já anunciada. Levanta-se a reunião.

ORDENS DO DIA

Ordem do dia da 47ª reunião ordinária da comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, a realizar-se às 10 horas do dia 22/8/2000

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimento nº 1.567/2000, do Deputado José Milton.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 45ª reunião ordinária da comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social, a realizar-se às 14h30min do dia 22/8/2000

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 12/99, da Deputada Maria José Hauelsen.

No 2º turno: Projeto de Lei nº 797/2000, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 886/2000, do Deputado Alencar da Silveira Júnior; 987/2000, do Deputado Sebastião Navarro Vieira; 988/2000, do Deputado Hely Tarquínio; 995/2000, do Deputado José Milton; 1.007/2000, do Deputado Pastor George; 1.028 e 1.031/2000, do Deputado Paulo Piau; 1.033/2000, do Deputado José Henrique.

Requerimentos nºs 1.538/2000, da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial; 1.545/2000, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 1.561/2000, do Deputado Gil Pereira; 1.562/2000, da Deputada Elaine Matozinhos; 1.579/2000, do Deputado Carlos Pimenta.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 38ª reunião ordinária da comissão de Turismo, Indústria e Comércio, a realizar-se às 15 horas do dia 22/8/2000

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 1.504/2000, do Deputado Márcio Cunha; 1.572/2000, do Deputado Fábio Avelar.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da CPI das Licitações

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Miguel Martini, Antônio Andrade, Bené Guedes, Eduardo Hermeto, Olinto Godinho e Rogério Correia, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 23/8/2000, às 15h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se ouvirem os Srs. Flávio Goes Menicucci, Diretor-Geral do DER-MG; Antônio Erdes Bortolotti, Engenheiro do DER-MG; Djalma Bastos de Moraes, ex-Vice-Presidente da Petrobrás Distribuidora S.A.; Luiz Gustavo Rocha Oliveira e Fernando Antônio Santiago Júnior, advogados.

Sala das Comissões, 18 de agosto de 2000.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer sobre o veto total à Proposição de Lei nº 14.457

Comissão Especial

Relatório

No uso da atribuição que lhe confere o art. 79, inciso VIII, combinado com o art. 70, inciso II, da Constituição do Estado, o Governador opôs veto total à Proposição de Lei nº 14.457, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Peçanha o imóvel que especifica.

Nos termos do art. 111, I, "b", do Regimento Interno, foi constituída a presente Comissão Especial, com o objetivo de emitir parecer sobre o veto.

Fundamentação

O imóvel a que se refere a proposição é constituído por um terreno de 14,52 hectares e benfeitorias, o qual foi havido do Estado em decorrência da extinção da Fundação do Bem-Estar do Menor - FEBEM -, conforme dispõe o art. 21 da Lei nº 4.177, de 18/5/66.

Ao apresentar as razões do veto, contidas na Mensagem nº 123/2000, o Chefe do Poder Executivo, embora reconheça a grande importância para a comunidade de Peçanha da finalidade que se pretende dar ao imóvel, a saber: dar prosseguimento a projetos municipais, salienta que motivos de interesse público o conduzem a opor veto total à proposição. Argumenta essa autoridade que se mostra de maior interesse público a manutenção do contrato de cessão de uso do imóvel, celebrado entre o Estado e o município, uma vez que o terreno continuará a pertencer ao patrimônio do primeiro, sem que haja prejuízos à população local, que permanecerá usufruindo os serviços atualmente ali prestados por uma creche e escola especial da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE. Ora, se bem que seja verdade esta última afirmação, também o é a de que não haveria perda nos interesses da comunidade de Peçanha se se efetivasse a pretendida alienação do imóvel. Pelo contrário, a consumação dessa medida propiciaria à administração municipal maior liberdade na aplicação de recursos, com o objetivo de melhoria das instalações das prestadoras de serviço instaladas no imóvel, já que este passaria a pertencer ao seu patrimônio próprio. Ademais, a transferência do imóvel à municipalidade vai ao encontro da política governamental do Estado de descentralizar os serviços de naturezas assistencialista e educacional.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela rejeição do veto total oposto à Proposição de Lei nº 14.457.

Sala das Comissões, 16 de agosto de 2000.

Amilcar Martins, Presidente - Olinto Godinho, relator - Glycon Terra Pinto.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

163ª reunião ordinária

Discursos Proferidos em 9/8/2000

O Deputado Ronaldo Canabrava* - (- Lê:) Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, funcionários, imprensa, galeria, Sete Lagoas está vivendo um momento decisivo em sua história econômica, social e política. Há um profundo sentimento de esperança e também um claro propósito de mudança.

Esse sentimento ganha expressão maior quando se apercebe que a cidade já respira os ares da sucessão municipal.

Três nomes estão na disputa pelo comando do município.

Entre os postulantes do PSDB e do PTB, está a nossa candidatura - pelo PMDB - alicerçada na coligação de 11 partidos, com 173 nomes disputando as 17 cadeiras da Câmara Municipal, num movimento que tem como bandeira a "coragem pra mudar" - justamente o nosso "slogan" de campanha.

Talvez de maneira diversa do que é registrado em outras cidades, a política de um modo geral e a sucessão de maneira particular vêm despertando o interesse dos sete-lagoanos. Notamos também, como a sociedade organizada está participando ativamente desse momento histórico, não fugindo às suas responsabilidades.

Há dias, as igrejas evangélicas reuniram seus adeptos para ampla e profunda discussão sobre o momento político. De seu conselho surge a orientação para que haja harmonia entre o progresso econômico e o bem-estar social. Agora, a Igreja Católica divulga cartilha alertando o eleitor para a observância do compromisso ético dos candidatos a serem escolhidos nas urnas.

O que esse documento revela é um moderno e eficiente código de moral política. Vale a pena mostrar a V.Exas. o que preconiza o pensamento católico da cidade de Sete Lagoas.

Alguns critérios básicos para votar bem: em quem não devemos votar? em alguém só porque é amigo, parente, bom patrão e tem uma boa aparência; em quem promete mais do que pode cumprir; naquele que se candidata apenas pela remuneração que o cargo oferece; naquele que, já tendo sido eleito anteriormente não exerceu o mandato a serviço da comunidade; naquele que é insensível aos que sofrem; em quem apenas critica, só vendo defeito nos adversários políticos; em quem gasta exageradamente na campanha eleitoral; em quem tenta comprar o voto dos seus eleitores.

Em quem devemos votar, diz a igreja: naquele que é honesto e coerente; naquele que demonstra estar pronto para servir; naquele que sabe ouvir as pessoas; naquele que trata todos com o mesmo respeito; em quem é sensível ao sofrimento alheio; em quem faz uma campanha eleitoral sem gastos exagerados; naquele que reconhece o valor e a contribuição dos adversários políticos para a comunidade; naquele que, tendo sido eleito anteriormente, fez do seu cargo um verdadeiro instrumento a serviço do povo; naquele que não promete o que não pode cumprir e tem consciência das limitações do cargo.

Se esse claro e corajoso posicionamento do segmento religioso, diante do quadro sucessório municipal, fortalece nossa crença nos princípios democráticos e, especialmente, na ação dos homens de bem, isso também retempera nosso ânimo para a disputa, dando-nos a certeza de que todo esforço ou qualquer sacrifício valerá a pena ser vivido.

É nesse contexto, porque em tal ele se insere, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que devemos saudar aqui, desta tribuna, um homem público sete-lagoano que tem sabido posicionar-se acima das agremiações partidárias e cada vez mais se revela um político autêntico, capaz de fazer seu prestígio pairar acima das disputas menores, porque está comprometido com o que ele mesmo chama de PSL - Partido de Sete Lagoas.

Estamos nos referindo ao Deputado Federal Márcio Reinaldo Dias Moreira, um dos mais dinâmicos e influentes membros da bancada mineira na Câmara Federal.

Márcio Reinaldo, ao longo de sua carreira política, tem se revelado o grande batalhador das causas de Sete Lagoas e, por que não dizer, também de Minas Gerais. Se o ilustre parlamentar se revela um campeão nas urnas, e ninguém como ele já recebeu na terra natal um volume tão alto e consagrador de votos, também será difícil encontrar-se aquele que tanto fez por sua terra, o que comprova o prestígio de que desfruta nos escalões da alta administração, em Brasília. Se podemos agradecer ao ilustre Deputado por seu trabalho incansável na área dos benefícios viabilizados, também nos é grato reconhecer sua liderança.

Para o sete-lagoano, de um modo geral, e para nós, com a responsabilidade de uma militância política legitimada em dois mandatos como Vereador e, agora, como Deputado Estadual, é gratificante reconhecer nessa figura ímpar do Deputado Márcio Reinaldo Dias Moreira o líder maior e identificar nele, verdadeiramente, o Deputado de Sete Lagoas, legítimo representante de todos os sete-lagoanos na Câmara Federal.

Ao enaltecer esse nome exponencial da vida política brasileira, também destacada figura da atividade parlamentar deste País, queremos, Sr. Presidente, Srs. e Sras. Deputadas, registrar nos anais desta Casa um voto de congratulações com quem dignifica a figura do homem público.

Reconhecemos em Márcio Reinaldo o verdadeiro líder político de nossa Sete Lagoas moderna, dinâmica, altruísta e solidária, que repudia a prática menor e já antiga - que alguns ainda teimam em nos impingir - das perseguições e do desgoverno, para não dizermos das ações duvidosas, que atentam contra o nosso povo.

É extremamente bom e salutar identificar nesse líder as qualidades que dignificam o homem e consagram o político.

Neste momento, de maneira firme, decidida e interpretando o sentimento de todos os que estão conosco, para o bem de Sete Lagoas, da sua gente, declaramos o nosso apoio incondicional a Márcio Reinaldo, reconhecendo nele o nosso Deputado e líder de Sete Lagoas e região.

Que Deus abençoe a todos nós e ilumine o nosso Deputado. Abraço amigo.

O Deputado Marcelo Gonçalves (em aparte) - Parabenizo V. Exa. pelo seu discurso sobre o Deputado Federal Márcio Reinaldo, que é realmente um Deputado não só de Sete Lagoas, como também de Minas Gerais, porque representa todo o Estado no Congresso Nacional. Sou testemunha do trabalho honesto, competente e transparente do Deputado Márcio Reinaldo.

O Deputado Márcio Cunha (em aparte) - Ronaldo Canabrava, companheiro da nossa bancada, com a ajuda de Deus e de todos nós, o próximo Prefeito de Sete Lagoas. Trago aqui a minha alegria e satisfação, porque, tenho certeza, falo em nome de todos os colegas integrantes da Bancada do PMDB. Sete Lagoas merece, sem dúvida alguma, que V. Exa. seja eleito Prefeito, pelo trabalho que tem feito e, acima de tudo, porque Sete Lagoas merece e espera um homem da estirpe de V. Exa.

Ouçõ com alegria o apoio de V. Exa. ao meu xará Márcio Reinaldo. Quero, hipotecando solidariedade às palavras de V. Exa., também testemunhar o trabalho que o ilustre Deputado Federal tem feito por Sete Lagoas e por toda a região.

Neste final de semana estivemos juntos em Paraopeba, onde estamos apoiando o nosso candidato a Prefeito. Estivemos juntos em outras cidades e, sem dúvida alguma, sou testemunha do trabalho do Deputado Márcio Reinaldo naquela região. O ilustre Deputado anunciou a este Deputado que tinha acertado com V. Exa. que, a partir de então, hipotecaria solidariedade à sua eleição. Certamente, V. Exa. será o futuro Prefeito de Sete Lagoas. Sem dúvida alguma, isso honra esta Casa e particularmente a nós, Deputados integrantes da Bancada do PMDB. Parabéns a V. Exa. Continue contando conosco.

O Deputado Adelino de Carvalho (em aparte)* - Quero parabenizar V. Exa. pela excelente campanha em Sete Lagoas, que há muito vem pedindo uma renovação. O nome do Deputado Ronaldo Canabrava vem se destacando nas pesquisas, e esse apoio do Deputado Márcio Reinaldo, um dos maiores benfeitores do Estado, um dos Deputados mais atuantes do Congresso Nacional, que também é da minha cidade, Matozinhos, reconhecidamente uma das pessoas mais íntegras, de muito trabalho e muita ação, com quem tive a honra de dobrar na eleição passada, em Matozinhos, é importante no processo de alavancar o crescimento de Sete Lagoas. Parabéns a V. Exa. e também o Deputado Márcio Reinaldo pela decisão de apoiá-lo.

O Deputado Alencar da Silveira Júnior (em aparte)* - Srs. Deputados, visitantes que se encontram nas galerias, trabalhadores de verdade, porque até então têm sido taxados como bandidos, aproveitarei este tempo que o Deputado Ronaldo Canabrava gentilmente me cede apenas para acabar de explicar o que venho falando desde a última terça-feira. Hoje entro com novo requerimento. Já temos 32 assinaturas e, se Deus quiser, vamos chegar a 70, para mostrar ao Governador Itamar Franco que precisa rever, juntamente com o Ministério, a ordem para a apreensão das máquinas de "off-line", chamadas de çaça-níqueis.

Sr. Presidente, não estou pedindo muito. Estou solicitando nesse requerimento e gostaria que a Bancada do PT, que não teve ainda condição de assinar, entendesse que precisamos com a Loteria volte a regulamentar essa atividade. Solicito, ainda, que se forme uma Comissão na Casa, juntamente com o Ministério Público, com a Secretaria da Segurança Pública, com a Polícia Militar, com o Juizado de Menores, com a associação de classe e com o sindicato dos funcionários, para, num prazo de seis meses, analisar essa situação em Minas Gerais.

Temos aqui 486 empresários e quase 60 mil empregos no Estado. Nesta altura do campeonato, com o desemprego que há, como ficaremos com esse pessoal desempregado? Quero saber se o Governador Itamar Franco ou o Ministério Público vão admitir todos no Estado. Se há alguma irregularidade, deve ser mostrada agora. Não é chegar o Presidente da Loteria, que não gosta de jogo, e já falei desta tribuna que o respeito como homem, como pai de família, como profissional e como aposentado do Ministério Público, mas não posso respeitá-lo como Presidente de uma autarquia que diz não gostar de jogo. Quem deve ficar na Loteria é quem gosta ou, pelo menos, entende de jogo. Não se pode prejudicar 60 mil funcionários.

Sr. Presidente, estaremos, antes de apresentar esse documento a V. Exa., recolhendo mais assinaturas. Faço outro apelo ao Prefeito Célio de Castro. Sem ordem judicial, o Ministério Público não pôde fazer a apreensão das máquinas, e, assim, o equipamento foi apreendido com a ajuda da Polícia Militar. O Sr. Célio de Castro pegou fiscais da Prefeitura e, nesta altura do campeonato, está prendendo máquinas por falta de alvará. Ele tem que entender que, em Belo Horizonte, temos um grande desemprego, e muitos desses trabalhadores, ao perderem seu emprego, estarão nas portas da Prefeitura, pedindo um novo ao Sr. Célio de Castro. (- Palmas.) Fica aqui, então, meu apelo ao Prefeito de Belo Horizonte, Célio de Castro, para que não faça isso, respeitando, pelo menos, uma ordem judicial. Se o Juiz mandar, devemos acatar, mas o Prefeito não pode fazer isso. Muito obrigado, Deputado Ronaldo Canabrava.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Antônio Carlos Andrada - Sr. Presidente, Srs. Deputados, prezados integrantes das galerias, telespectadores da TV Assembléia, ocupo a tribuna para fazer um apelo, um agradecimento e uma denúncia.

O apelo é dirigido ao Tribunal de Justiça do Estado. Em 13 de janeiro do corrente ano, foi publicada a Lei nº 13.454, de 12/1/2000, que, em obediência às disposições da Constituição da República em seus arts. 98, inciso II, e 30, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da mesma Carta, organizou a Justiça de Paz em nosso Estado, observando ainda o que estatui a Constituição mineira em seu art. 117.

A Assembléia do Estado, depois de vários estudos, acolheu várias reivindicações da classe, notadamente as que se referem à remuneração dos Juizes de Paz e ao direito de aposentadoria, que foram finalmente assegurados nessa lei aprovada.

Por outro lado, ficou finalmente assegurado pela mencionada lei, a partir de sua vigência, o pagamento, a todos os atuais Juizes de Paz dos subsídios a que têm direito, conforme uma tabela de vencimentos aprovada junto com a lei.

O texto do art. 27 dessa lei diz o seguinte: "Até a posse dos titulares eleitos, serão mantidos os Juizes de Paz e seus suplentes em exercício na data de publicação desta lei, com as competências nela previstas e com a remuneração constante no seu anexo".

Ocorre que, embora tenha sido fixado um prazo de 90 dias para que a Corte Superior do egrégio Tribunal de Justiça de Minas Gerais regulamentasse a lei, até hoje, passados 210 dias, esse colegiado ainda não se pronunciou a respeito, trazendo prejuízos aos Juizes de Paz.

Sendo assim, o nosso apelo é dirigido ao Tribunal de Justiça para que se atenha a essa matéria, fazendo uma análise o mais rápido possível, a fim de adequar a lei aprovada à realidade e de atender às centenas de Juizes de Paz existentes em todo o Estado, que necessitam da regulamentação dessa lei, para que seus direitos possam prevalecer.

O nosso agradecimento é dirigido à TELEMAR. Nos últimos meses temos trabalhado bastante junto a essa empresa, a fim de agilizar os projetos para a implantação de telefonia nos Distritos de Senhora das Dores e Pinheiro Grosso, no Município de Barbacena. São grandes distritos, que não têm o serviço de telefonia e mereciam tê-lo, pela sua importância. Após vários meses e encaminhamentos junto à TELEMAR, finalmente foi aprovado o projeto, faltando apenas o cumprimento de um convênio por parte da Prefeitura Municipal de Barbacena. A Prefeitura encontra-se morosa na questão, não correspondendo à rapidez e à expectativa da questão, uma vez que a TELEMAR já fez sua parte, aprovando o projeto. Faz-se necessário que a Prefeitura proceda à sua complementação, para que seja finalmente levado o telefone a essas duas comunidades.

A denúncia que aqui trazemos é curiosa. Com a campanha eleitoral em Barbacena, e a Casa sabe que sou um dos candidatos que disputa a eleição nessa cidade, a imprensa local divulgou um fato que nos deixou estupefatos. A imprensa local flagrou, numa zona rural de Barbacena, uma máquina patrol, do Governo, pertencente à RURALMINAS ou à COMIG, patrulando estradas a serviço de determinadas candidaturas. A TV local filmou a máquina em funcionamento e o tratorista, que confirmou estar sendo pago por determinado candidato para fazer um serviço eleitoral. Temos aqui a fotografia da máquina e o seu registro. É uma máquina patrol, segundo a placa de patrimônio, pertencente à COMIG, registro FG70B, chassi nº 30444572. Em seguida à denúncia feita pela imprensa, constatou-se que o motivo de essa máquina estar nesse município era um convênio que a RURALMINAS teria feito com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barbacena. Tivemos acesso a esse convênio, assim como a imprensa, e ele havia terminado no dia 12, sendo a máquina flagrada no dia 28, quase 15 dias após o término do convênio. Fica aqui a denúncia de que uma máquina do Governo estava na zona rural de Barbacena, sem controle, tendo já expirado o convênio que lhe dava cobertura. Ela lá se encontrava prestando serviço eleitoral. Quero acreditar que o Governador Itamar Franco não tenha ciência disso, que tenha sido um ato da direção da RURALMINAS ou de algum alto dirigente dessa instituição para proteger funcionário, em atendimento a pedido político, que, porventura, tenha acesso ao Governo do Estado. Trata-se de fato grave, que precisa ser esclarecido. A própria RURALMINAS, identificada pela imprensa, encaminhou um ofício para a TV que fez a denúncia, confirmando que a máquina lá se encontrava em decorrência de um convênio e que, diante dos fatos, estava determinando seu imediato recolhimento. Mas a RURALMINAS não explicou porque essa máquina lá se encontrava há 15 dias, sem cobertura de convênio e entregue ao comando político local e a determinado candidato. Sabemos que o Estado está cheio de máquinas e, se o descontrole for esse, podemos pensar que diversas máquinas estejam sendo usadas nas zonas rurais do Estado a serviço de determinadas candidaturas, o

que é crime eleitoral, com o qual não podemos concordar, numa eleição que se espera ser limpa e democrática.

O Deputado Carlos Pimenta (em aparte)* - Cumprimento-o, como Deputado Estadual e candidato a Prefeito da cidade de Barbacena, pelo trabalho árduo que tem feito no desenvolvimento dessas duas atividades. V. Exa. se encontra presente constantemente nas comissões, tem dado assistência à Casa, não se esquecendo da responsabilidade de seu mandato. Acredito que sua candidatura a Prefeito encontra o respaldo efetivo do povo de Barbacena.

Mas o Deputado Antônio Carlos Andrada tem estado presente nas reuniões e também na assessoria da Minoria. A denúncia de V. Exa. é grave, porque o Governador Itamar Franco disse por várias vezes que não iria deixar que a máquina do Estado participasse das campanhas eleitorais, e esse fato contradiz o que tem sido pregado.

Hoje, como Deputado representante do Norte de Minas, recebi, por meio de um fax, um convite para participar de uma ação do Governo no Norte de Minas e no Jequitinhonha. O Governador assinará 50 convênios com as Prefeituras, no valor de R\$350.000,00, o que não é tão expressivo diante das necessidades daquelas regiões. No entanto, o fax chegou ao meu gabinete às 9h30min, e a delegação do Governador havia partido para o Norte de Minas às 9 horas. Um convênio dessa importância precisa da participação de todos os Deputados, independentemente de partido ou posição política, porque é uma ação do Governo. Iríamos presenciar a assinatura desses convênios e fiscalizar as atividades, porque estamos vivendo um momento eleitoral muito importante para o nosso Estado.

Esses dois fatos mostram que o Governo tem um discurso, mas age de maneira diferente. Esperamos que os convênios venham ao encontro das aspirações do povo norte-mineiro, que já está bastante desgastado com a seca. V. Exa. está de parabéns por seu trabalho nesta Casa e pela campanha limpa que tem feito na cidade de Barbacena.

O Deputado Alberto Bejani (em aparte) - Deputado Antônio Carlos Andrada, o que está acontecendo em Barbacena também acontece em Juiz de Fora. Nesta semana, esteve lá o Sr. Governador de braços dados com o Prefeito Raimundo Delgado, inaugurando obras e projetos de obras, fazendo uma campanha aberta. Mesmo assim, o seu candidato está com 20% das intenções de votos, e este cidadão que vos fala, Deputado Alberto Bejani, está com 48.6%.

Sr. Governador, afaste-se, a fim de não passar vergonha maior no dia 1º de outubro. Em vez de preocupar-se em fazer campanha eleitoral, V. Exa. deveria preocupar-se com esse povo que está ficando sem emprego. (- Palmas.) Como relator na Comissão da Loteria Mineira, já tenho a consciência do que escreverei, porque Minas está sofrendo com o desemprego, e não queremos mais 50 mil desempregados nas ruas. (- Palmas.) Estamos aqui porque o povo colocou-nos nesta Casa para representá-lo. Não podemos virar-lhe as costas. Eu, como relator na Comissão da Loteria Mineira, não consigo entender como se perde no mínimo R\$3.000.000,00 por mês para aplicar na área social, em razão da briguinha entre Dupeyrat e Henrique Hargreaves. (- Palmas.) Será que temos de agüentar isso em Minas Gerais? O "Jornal do Brasil" de ontem traz a seguinte manchete: "Jogo no Rio, legal, gera 1 bilhão por ano para aplicar na área social". Em Minas Gerais estamos perdendo esse dinheiro.

Portanto, fica aqui o meu comprometimento. Poucos que aqui estão são de Juiz de Fora. Não estou fazendo propaganda eleitoral. Tenho a consciência de que vários barzinhos e botecos ainda existem porque têm a tal maquininha de jogo, que, neste Estado, é considerada ilegal. Doa a quem doer, apresentarei o relatório final na próxima semana. Com certeza, isso irá mostrar ao Sr. Governador que Minas não pode recomeçar a andar para trás. Este Estado tem de mostrar que é responsável e que tem a APAE, a ASCONCER e os abrigos de velhos que estão morrendo de fome por falta de recursos sociais. Há simplesmente R\$15.000.000,00 no cofre da Loteria Mineira, dinheiro este que poderia estar sendo distribuído para essas entidades filantrópicas. Isso não é feito devido à briga pelo poder no Palácio. Querem saber quem manda mais: o Hargreaves ou o Dupeyrat. O povo quer ter um Governador para governar Minas Gerais, e não para inaugurar obras. Portanto, o meu relatório é a favor de vocês. Muito obrigado.

O Deputado Antônio Carlos Andrada - Agradeço as palavras elogiosas do Deputado Carlos Pimenta. Estou solidário a ele com relação ao ato que o Governo do Estado pratica no Norte de Minas, deixando-o praticamente sem ação e sem poder participar de eventos em sua própria região. Quanto à fala do Deputado Alberto Bejani, considero oportuna, porque o Brasil está vivendo momentos de dificuldades. Tratar sobre a questão do emprego, na ótica do desemprego, ou seja, querendo gerar desemprego, não é o melhor caminho. O Governo do Estado tem de agir com mais seriedade e com mais respeito, sobretudo com relação aos que trabalham. Não se pode gerar desemprego neste momento. Essa tem de ser a meta principal. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Sebastião Costa* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, jornalistas, senhoras e senhores que lotam as galerias, entendendo o esforço concentrado de V. Exa., da Casa, dos Líderes, dos parlamentares e dos funcionários para manter a ordem e em ordem os trabalhos desta Casa, prefiro utilizar estes minutos para fazer um pequeno comentário e, ao mesmo tempo, prestar alguns esclarecimentos. Como Presidente da Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia da Assembléia, tomei conhecimento de que, na reunião de Líderes de hoje pela manhã, ficou deliberado constituir uma comissão especial para discutir a questão das nossas universidades. Não entrarei no mérito da constituição ou não dessa comissão. Ela deve ficar ao arbítrio da Presidência e dos Líderes. Cabe a mim respeitar a decisão. Não posso compartilhar, no entanto, a idéia de pensar que a comissão não se reúne ou não delibera. Com isso não concordo. A Comissão de Educação não perdeu o prazo em nenhum dos projetos que a ela foram encaminhados. Entendo até que, por circunstância de início de legislatura, ela deve ter sofrido mesmo um esvaziamento quando havia um posicionamento mais antagônico nesta Casa. Naquela época, pelas circunstâncias, como mantenho até hoje minha coerência, tinha uma posição que parecia de oposição ao Governo do Estado. Mas nem por isso permiti, em nenhum do instante, que essa Comissão se transformasse em um ponto da oposição. O Deputado Sebastião Costa poderia ter a posição que lhe aprouvesse, mas o Presidente da Comissão agiu, em todos os casos, com absoluta neutralidade e contou com a participação de todos os Deputados que fazem parte da Comissão. Por isso, Sr. Presidente, não quero avocar à Comissão nenhum trabalho a mais; só não quero que seja confundido estardalhaço com ação nem barulho com serviço em dia. Passarei, daqui a pouco, às mãos de V. Exa. para que sua assessoria possa conferir as atividades de que a Comissão participou este ano. Em nenhum momento, a Comissão perdeu prazo ou se transformou em preocupação para os andamentos dos trabalhos da Casa. Pelo contrário, é meu dever, como cidadão e como parlamentar, investido em uma função, seja ela qual for, ater-me ao âmbito dessa função e respeitar a deliberação da maioria.

O Deputado Hely Tarquínio (em aparte) - Ilustre Deputado Sebastião Costa, estamos ouvindo bem suas palavras. Houve uma reunião pela manhã do Colégio de Líderes, e, quando foi abordado esse assunto de se criar uma comissão especial, eu até perguntei se seria uma comissão especial ou se seria uma comissão de direito. Reconhecemos em V. Exa. e em todos os componentes da Comissão de Educação competência para analisar esse problema da universidade em Minas Gerais. Não temos dúvida, todos nós, parlamentares, que, diante da situação do ensino superior em Minas, precisamos de um novo modelo, de uma nova proposta, temos a certeza de que a Comissão de Educação, com relação à universidade, já tem seus estudos iniciados, já tendo feito várias audiências. Apesar de ter tido uma avaliação primária no Colégio de Líderes hoje, eu, em nome do PSDB, gostaria, diante de sua posição e diante da primeira idéia que me veio no momento, de estar de acordo com V. Exa. e pedir ao Sr. Presidente desta Casa, Deputado Anderson Adauto, que reavaliasse essa proposta da comissão especial, talvez mantendo o assunto na Comissão de Educação. A Comissão de Educação já tem um estudo avançado, tem suas propostas e poderia receber todas as propostas dos demais Deputados desta Casa, que já têm conhecimento do assunto. Esta foi a nossa posição: que a matéria seja tratada por quem de direito; a Comissão de Educação.

Gostaria de homenageá-lo, Deputado Sebastião Costa, pelo trabalho que tem feito. Reconheço em V. Exa. um parlamentar correto, que tem dedicado integralmente seu tempo à Comissão de Educação e ao Poder Legislativo. Muito obrigado.

O Deputado Sebastião Costa* - Agradeço ao Deputado Hely Tarquínio sua intervenção e quero lembrar que minha vinda a esta tribuna não é para pedir que a Presidência reveja sua posição, pelo contrário, é apenas para fazer a entrega do relatório e para deixar bem claro que uma decisão deve ser pensada antes de ser tomada; depois de tomada, deve ser cumprida.

É dever cumprir as decisões tomadas, porém não poderia ficar sem responder à questão de que a Comissão não atua, não se reúne. Isso não. A comissão talvez tenha agido economicamente dentro dos critérios da normalidade atual e da exigência do momento, sem estardalhaço, sem barulho, como diria na linguagem popular, mas cumprindo fielmente o seu dever regimental.

O Deputado Edson Rezende (em aparte)* - Muito obrigado. Queria dizer, ilustre Deputado, que depois de amanhã se comemora, no Brasil, o Dia Nacional do Estudante. Devemos aproveitar esse dia para uma reflexão sobre a educação em Minas Gerais. Temos 25 milhões de analfabetos, uma qualidade de ensino que, comparada com outros países, é das piores, uma privatização progressiva do ensino superior, daí a necessidade de o País fazer um investimento maior no ensino.

Com relação à UEMG, participei de uma comissão especial para avaliar a situação dela. Emitimos o relatório da comissão, finalizada há mais ou menos 40 dias, e esse relatório foi entregue ao Diretor da UEMG, ao Secretário da Educação e ao Secretário de Ciência e Tecnologia. V. Exa. também deve ter recebido, porque solicitamos que lhe fosse entregue o

resultado dessa nossa comissão especial.

Entendo que a motivação da criação dessa comissão, hoje de manhã, pelo Colégio de Líderes, foi um projeto da Deputada Maria José Hauelsen, que fazia absorção de uma universidade. Esse foi o ponto de partida para colocar em discussão nesta Casa, novamente, a questão da UEMG, devido à necessidade que o povo mineiro tem de uma universidade descentralizada, regionalizada e de acesso fácil aos seus alunos. Em razão dessa discussão sobre esse projeto de lei da Deputada Maria José Hauelsen é que se teve a idéia - que nem foi do Presidente, mas do grupo - de se constituir um grupo para que se juntassem todas as experiências e tudo de que se tinha de conhecimento sobre a UEMG para fazer uma proposição, já que tramita nesta Casa um projeto do Deputado Paulo Piau que destina 1% do orçamento para a UEMG. Mas coloco como prioridade a participação da Comissão de Educação, que tem trabalhado nesse sentido.

Quero acreditar que o conceito daquele grupo que ali estava não era de diminuir, em absoluto, a Comissão de Educação. A sua finalidade era tentar resolver um problema que naquele momento apresentava-se, que é o problema da UEMG, que vem sendo discutido há tantos anos, e não se tem uma ação concreta para a sua solução.

Nesse sentido, gostaria de aproveitar este momento para dizer, também, Deputado Sebastião Costa, que temos um projeto de lei que trata da merenda escolar para o ensino médio e para o ensino de jovens e adultos, que é um problema grave no Estado de Minas Gerais. Temos jovens que, com 14 anos, estão no ensino fundamental e têm merenda escolar. Quando passam para o 1º ano do ensino médio, com 16 anos, já não têm mais esse direito. Esse jovem que tinha 14 anos e agora tem 16 é o mesmo, da mesma família, com a mesma miséria, com os mesmos problemas de pobreza e de fome. É por isso que protocolamos hoje, para discussão na Comissão de Educação, um requerimento para uma audiência pública, a fim de que possamos discutir a questão da merenda escolar. Será um momento importante também para que nós, da Comissão de Educação, possamos discutir esse outro assunto.

O Deputado Sebastião Costa* - Sr. Presidente, estou concluindo. Quero dizer ao Deputado Edson Rezende que não sou contra a criação de comissão especial. Estou esclarecendo, apenas, que não aceito a afirmativa de que a Comissão de Educação é pouco operosa. É isso que estou repudiando. Não estou contra a constituição da comissão, mas - até pediria a V. Exa. que me respondesse oportunamente - gostaria de saber se o relatório de V. Exa. já teve alguma ação concreta perante os órgãos governamentais. Fico a perguntar isso.

A Comissão de Educação continua cumprindo seu dever regimental. Não quero intervir na criação de comissão alguma, apenas quero entregar à Presidência um relatório das atividades da Comissão de Educação, deixando bem claro que lá nenhum projeto tem tratamento diferenciado nem cor partidária. Lá, na Comissão de Educação, o Deputado Sebastião Costa, principalmente, se atém aos limites regimentais.

O Sr. Presidente (Deputado Anderson Adauto) - A Presidência deseja também prestar um esclarecimento ao Deputado Sebastião Costa, Presidente da Comissão de Educação.

O Colégio de Líderes entendeu que, em função dos vários projetos em tramitação na Casa, todos eles versando sobre a universidade, seja com relação a novas unidades, seja com relação a financiamentos das atuais e das que poderiam ser encampadas, deveria ser aceita a proposta de se manter uma comissão especial.

No entanto, diante das colocações de V. Exa., a Presidência compromete-se a manter contato com os Líderes e principais Deputados defensores da tese de criação da comissão, para que possamos discutir melhor essa probabilidade na própria Comissão de Educação. O importante é que haja uma discussão sobre a nossa universidade, o que é absolutamente necessário para que Minas defina o seu modelo e parta efetivamente para a sua concretização.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Chico Rafael - Sr. Presidente, demais componentes da Mesa, colegas Deputados, público presente, venho a esta tribuna hoje para manifestar, através da nossa palavra, a surpresa do povo de Pouso Alegre com relação à pesquisa veiculada pelo jornal "Estado de Minas", na sua "Revista de Economia" nº 28, do mês passado.

Após uma pesquisa, esse órgão de imprensa colocou aquela cidade como a primeira do Estado de Minas Gerais em opção de investimento. Já me perguntaram quanto Pouso Alegre pagou por essa publicação do "Estado de Minas". Então, é bom que fique claro que em momento algum houve qualquer interferência por parte das autoridades do Município de Pouso Alegre com o intuito de interferir na pesquisa elaborada pelo "Estado de Minas", que chegou à conclusão de que Pouso Alegre, hoje, é a primeira cidade do Estado em opção de investimento, pela sua qualidade de vida, pelo baixo nível de criminalidade, pela "performance" econômica que vem desenvolvendo nos últimos anos.

Apenas para se ter uma idéia, o PIB daquela cidade, nos últimos dez anos, subiu de R\$280.000.000,00 para quase R\$900.000.000,00, um crescimento de quase 200%. A cidade de Pouso Alegre, ao longo desses anos, vem tendo um grande desempenho não apenas no que diz respeito à economia, mas também no campo educacional, intelectual e cultural.

Hoje, em Pouso Alegre, temos nossa universidade, temos faculdades de Medicina, Direito e Filosofia. Em Pouso Alegre temos, acima de tudo, um povo que realmente se dedica ao trabalho e às causas do nosso município. Mas essa colocação e classificação não seria possível se não tivéssemos à frente da administração de Pouso Alegre, durante todos esses anos, a figura do atual Prefeito, Dr. Jair Siqueira, que ocupa o seu segundo mandato e está buscando sua terceira eleição para dirigir os destinos de Pouso Alegre. Por essa razão é que entendemos que hoje ainda é importante a presença do Prefeito Jair Siqueira à frente da direção do município, pois assim vamos continuar fazendo de Pouso Alegre uma cidade progressista, onde os empresários têm confiança nos investimentos, uma cidade tranqüila para se viver e onde as pessoas têm condições mínimas de sobrevivência.

Pouso Alegre tem se destacado não apenas no campo industrial, mas também no setor agropecuário. No setor industrial temos grandes empresas, como a JPX, montadora de veículos; a LATASA, indústria de alumínio; a Alpargatas, indústria têxtil; a Refinações de Milho Brasil. Ultimamente estão lá instaladas, também, empresas como a Johnson Controls e a Guilford Mills, especializadas em fornecimento de produtos para a indústria automotiva. Temos também a Sumidense, que fabrica equipamentos e cabos elétricos para os veículos Honda.

No setor agrícola, Pouso Alegre lidera a produção de morangos do Estado, como também a produção de batatas no Sul de Minas, além de ter grande desempenho no setor leiteiro. Isso faz com que acreditemos cada vez mais na capacidade de trabalho do povo de Pouso Alegre.

É necessário, também, ressaltar que o Estado vê Pouso Alegre com grande potencial. Devemos e temos por obrigação reconhecer a atuação do Governo do Estado junto a Pouso Alegre, mais precisamente na pessoa do Vice-Governador, Newton Cardoso, que há poucos dias, intermediando junto ao BDMG, conseguiu liberar para Pouso Alegre recursos da ordem de R\$5.000.000,00, para aplicarmos na construção de uma avenida, um dique, que evitará enchentes nas zonas mais baixas da cidade. Também temos que reconhecer a atuação do Secretário Mauro Lopes, que tem se esforçado no sentido de destinar recursos a Pouso Alegre, para a construção da nova cadeia pública. E a cidade, na pessoa do Prefeito, já destinou uma área de 6.000m² para a construção da nova cadeia de Pouso Alegre.

Gostariamos de registrar, volto a repetir, que hoje é importante para Pouso Alegre e para sua população que tenhamos um timoneiro, alguém que conduza os destinos da cidade, como o atual Prefeito, Jair Siqueira, pois assim continuaremos mantendo a qualidade de vida e o nível de crescimento.

Por outro lado, trazemos também a essa tribuna a preocupação dos nossos pequenos comerciantes, a preocupação dos nossos pequenos industriais da cidade de Pouso Alegre, com relação ao que vem ocorrendo em razão da alteração da legislação do MicroGeraes. No final do ano passado, esta Casa aprovou, com voto contrário meu e de alguns Deputados, uma legislação que alterou profundamente a tributação sobre as pequenas e as microempresas. Hoje, os pequenos e os microempresários de Pouso Alegre, como os de todo o extremo sul, estão obrigados a recolher a diferença de alíquota de 6% sobre o valor das compras efetuadas fora do Estado. Isso é pernicioso, é uma medida que, a despeito do fundamento de ter como fim proteger o mercado interno de Minas, na verdade, penaliza as nossas pequenas e microempresas.

Por essa razão, requeremos, e foi deferida pelo Presidente Anderson Adauto, a criação de uma comissão especial para aprofundarmos os estudos sobre os impactos dessas novas medidas adotadas pelo Governo, sobre a pequena e a microempresa.

Neste momento, no Plenarinho 4, estamos acompanhando um grupo de representantes do setor privado, que lá estão para colocar seus pontos de vista e demonstrar quais as conseqüências e a gravidade dessas ações do Micro Geraes.

Apesar dos esforços do Governo do Estado, na tentativa de proteger a indústria e fomentar o mercado interno, não é essa a legislação que irá propiciar isso. É necessário que as autoridades financeiras do Estado tenham como princípio a proteção da microempresa como estabelecem a Constituição da República e a Constituição do Estado, e não penalizar os microempresários como está acontecendo.

Na verdade, o que ocorre é que um grande número de pequenos e microempresários que hoje caminhavam para a formalidade estão obrigados a retornar para a informalidade, o que não é positivo nem saudável nem benéfico para a economia do Estado e o povo mineiro em geral.

Por fim, gostaria de alertar os Srs. Deputados para o que ouvi ontem à noite, no programa do Ratinho. Confesso aos senhores que não sou um assíduo telespectador desse programa, ao qual, por acaso, tive a oportunidade de assistir e, em que pese a algumas cenas que censuro e repudio, sou obrigado a reconhecer que ele levou a seu programa uma reportagem realmente importante sobre as condições de vida e de trabalho dos lavradores das plantações de café, especificamente relacionadas às lavouras do Triângulo Mineiro. Foram mostrados, no programa, trabalhadores em condições subumanas, paupérrimos, e o repórter chegou a comentar que, para eles dormirem, os fazendeiros forneciam não alojamentos, mas uma réplica de senzala.

É importante que tenhamos os olhos voltados para o que está acontecendo nesse setor. Não são todos os cafeicultores nem fazendeiros que se dedicam ao café que naturalmente agem dessa forma. Mas não podemos nos esquecer que o Governo Federal tem suas delegacias regionais do trabalho, que existem para fiscalizar as condições de vida e de trabalho dos homens do campo, e ali isso não está acontecendo.

Por isso, estamos apresentando a esta Casa, por via da Comissão de Agricultura, da Comissão de Trabalho e Ação Social, um requerimento para realizarmos audiências conjuntas, se possível realização de visita ao Triângulo Mineiro para ouvir o que está acontecendo. Não é possível, em pleno século XX, vermos trabalhadores produzindo naquelas condições. Não é possível que o café seja um dos principais produtos de exportação à custa de trabalho semi-escravo.

Acredito que nós, colegas Deputados, principalmente os ligados à agricultura, à proteção do trabalho e à previdência social, tenhamos que nos preocupar tomando as providências para evitar cenas como aquelas mostradas na televisão, principalmente por estarem acontecendo em Minas Gerais, com divulgação na mídia nacional, num programa que reconhecidamente tem um grande IBOPE na maioria dos lares do Brasil. As cenas são de trabalho escravo, embora façam um trabalho digno.

Não podemos fechar os olhos nem voltar as costas à realidade do que está acontecendo no Triângulo Mineiro com os trabalhadores da lavoura do café.

Por último, Sr. Presidente, queremos registrar em Plenário a satisfação do PSB por ter recebido, para compor nossa bancada e engrassar a fileira do nosso partido, o Deputado Sargento Rodrigues. Esse Deputado, ao longo de um ano e meio de trabalho nesta Casa, demonstrou ter um norte, foi e é brilhante, sabe realmente a que veio à Casa, defende não somente a Polícia Militar, mas também todos os sistemas de segurança do Estado de Minas Gerais. Por isso, nós, do PSB, queremos registrar a nossa satisfação e alegria em recebê-lo. Sr. Presidente, Srs. Deputados, muito obrigado.

O Deputado Miguel Martini - Sr. Presidente, Srs. Deputados, galerias, imprensa, estamos ocupando esta tribuna na tarde de hoje para fazer algumas denúncias graves em relação a esse que poderemos chamar de desgoverno de Minas Gerais. Todos os dias surgem várias denúncias, de vários setores, de diversas áreas. As denúncias de incompetência já ficaram tão comuns e normais que não geram nem impacto. Em todos os setores, quer seja na educação, quer seja na saúde, há denúncias. A saúde está com CPI, há a FUNED, há a PRODEMGE. Hoje, quero tratar especificamente sobre a TV Minas.

A TV Minas foi projetada e idealizada para ser um fator de integração do Estado de Minas Gerais. A Rede Minas consegue fazer com que as notícias da Capital e as coisas que ocorrem em Minas Gerais sejam vistas pelos mineiros. Se formos ao vale do Jequitinhonha, ao Sul de Minas e a outras regiões, veremos que não são os meios de comunicação do Estado de Minas Gerais os mais vistos, lidos e ouvidos. A Rede Minas tinha essa intenção: levar ao cidadão mineiro as informações de caráter político, de caráter cultural e de caráter educacional, exatamente buscando a integração do Estado. A TV Minas cresceu, espalhou-se por diversas regiões: Noroeste, Sul, Zona da Mata, enfim, todos os lugares. Pois bem. Essa TV Minas está definhando e em breve acabará. Por quê? Porque o desgoverno de Minas Gerais não foi capaz de perceber a importância cultural dessa televisão para o Estado.

Existem questões graves. A primeira delas é que, por ser uma fundação, deveria haver um conselho curador, que até hoje não foi instalado. Nunca se reuniu nem foi convocado para tal. Então, não há um conselho dirigindo, orientando e impedindo que se faça dessa emissora o que se está fazendo agora. Os cargos não estão ocupados em vista de não existir ainda o conselho curador. Vamos encaminhar esse grave caso porque a emissora terá de se regularizar ou será proibida de mostrar a sua programação, uma vez que o que está sendo mostrado na Rede Minas não atende ao interesse do cidadão mineiro.

Para terem uma idéia do que está ocorrendo lá dentro, se estamos assistindo a uma programação cultural qualquer, sem nenhum aviso ou comunicado, colocam uma fala política de um Secretário, Diretor de órgão do Estado ou até mesmo do Governador sem que se peça licença ao telespectador ou se prepare o ambiente para tal. Depois, a programação volta ao normal sem nenhum comentário. Isso significa que, com o controle remoto, ninguém vai agüentar assistir à Rede Minas. Muitas vezes, esses discursos são longos, nem o público agüenta ouvir. Agora, todos têm de ouvir pela Rede Minas de Televisão. Ou seja, transformou essa emissora em "chapa-branca", aonde o discurso da Oposição, como esse que aqui estou fazendo, não chegará, porque há boicote. Ou seja, os Deputados da Oposição estão proibidos de aparecer. Há até mesmo denúncia de que todas às vezes que em rede nacional, o Presidente da República aparece, é cortado em Minas Gerais. São denúncias que queremos apurar.

A Fundação está ligada à Secretaria da Cultura. O atual Governador retirou esse vínculo, passando-a para a órbita da Secretaria Civil e da Comunicação Social. Obviamente, o conselho curador não foi consultado, porque simplesmente não existe, não está funcionando. Houve diversas manifestações dos círculos culturais de Minas Gerais, que condenaram essa decisão, que, apesar disso, foi mantida.

O mais grave é que, no final do Governo Eduardo Azeredo, o número de funcionários era 335. O Governador Itamar Franco, numa medida em que queria demonstrar austeridade, mandou reduzir em 25% o quadro de pessoal, o que foi obedecido pelos Diretores. No entanto, no mês de junho deste ano, o número de funcionários da TV Minas já passa de 378. Então, reduziu em 25%, mas acrescentaram-se todos os apaniguados desse Governo.

O pior é que quem está à frente da TV Minas não foi sabatinado por esta Casa, trabalhava no Palácio da Liberdade, mas recebia pela TV Minas. São irregularidades que já não podemos aceitar. Já não podemos conviver não só com os desmandos que fazem da TV Minas até motivo de chacota. Muitos dos retransmissores do interior se mudam para São Paulo, para que as coisas de Minas não sejam vistas, porque não agüentam um político ou um Secretário fazerem um discurso de uma a duas horas na televisão. Sem nenhum entusiasmo. É uma grande chatice, que ninguém agüenta.

O Poder Legislativo, Sr. Presidente, não pode ver, de braços cruzados, esta situação, pois a TV Minas não é propriedade do Sr. Governador, mas do povo mineiro. Tudo aquilo foi conquistado com recursos públicos do cidadão, por isso, o mínimo que podemos exigir do Governador é o respeito pela aplicação do recurso público, a sensibilidade para as questões educacionais e culturais e, principalmente, a preocupação com a integração cultural do Estado.

O mais grave é o fato de ele ter transformado a TV Minas em um cabide de empregos para os apaniguados. Exigiremos que mandem para esta Casa a relação dos empregados e dos cargos ocupados. Além disso, queremos sabatar a senhora que está dirigindo a televisão, sem a nossa autorização, uma vez que não foi sabatinada, nem seu nome foi aprovado por esta Casa.

Se vier a alegação - e isso já checamos - de que a programação cultural melhorou bastante, com novos quadros, graças a alguns técnicos abnegados que lá trabalham, lembro que me informaram também que toda essa criação não exigiu sequer um funcionário a mais, ou seja, esse número excessivo de empregados - 113 a mais do que existia - não é necessário para o funcionamento, mas apenas para atender aos apaniguados. Há, por sinal, denúncias de que alguns deles recebiam seus salários sem sequer comparecer à TV Minas. Podemos apresentar testemunhos desses fatos e queremos que o Governo faça suas comprovações, a fim de constataremos a verdade.

Sr. Presidente, vamos solicitar desta Casa, em primeiro lugar, que o Governador componha, imediatamente, o conselho curador dessa Fundação; em segundo lugar, que remeta a esta Casa, imediatamente, o nome da Sra. Cristina Mendes, a fim de ser sabatinada e aprovada, para que conquiste a legalidade para ocupar seu posto; em terceiro lugar, que se modifique

essa relação da Secretaria da Cultura. Não sei o que vem da reforma administrativa, pois me parece que o Governador, faltando apenas seis meses para terminar seu Governo, deverá mandar o projeto de uma reforma administrativa para esta Casa, uma vez que ainda não o fez, decorrido um ano e meio de Governo. Fica apenas dizendo, nos jornais, que vai mandar, e não manda. Se, nessa reforma administrativa, não estiver fazendo isso, conclamaremos aos nobres pares desta Casa, para atender ao grande anseio do grupo interessado na questão cultural de Minas Gerais, para que a entidade volte à Secretaria da Cultura, onde já deveria estar. Além disso, solicitaremos uma relação dos funcionários, com seus salários respectivos. Queremos que uma comissão da Assembléia Legislativa vá fiscalizar "in loco", para verificar a veracidade das informações. A situação é grave, e o Poder Legislativo tem a obrigação de exigir do Governo providências para fazer reverter o quadro e resgatar o que é tão caro para todos os mineiros.

O Deputado Sávio Souza Cruz (em aparte)* - Deputado Miguel Martini, começaria meu aparte pelo reconhecimento de V. Exa. de a programação cultural da TV Minas ter aumentado e melhorado bastante, assim como a cobertura do território mineiro nesta gestão. Entretanto, é necessário - e talvez incomode a V. Exa. - que a TV Minas não se submeta ao cerco que a mídia nacional impõe ao contraponto que o Governo de Minas faz ao Governo Federal, do partido de V. Exa.

Não é conveniente que esqueçamos que não só as TVs públicas, mas as demais televisões, são concessões do serviço público e se encontram entorpecidas e cerceadas por uma verba que o Governo Federal destinou, este ano, de R\$650.000.000,00, para publicidade. Tenha V. Exa. a absoluta convicção de que a Liderança do Governo aqui encaminhará, como tem feito desde o início, qualquer investigação, qualquer fiscalização, qualquer denúncia, ao contrário do Governo Federal de V. Exa. Reporto-me ao episódio da construção do fórum do TRT, em que o Governador Itamar Franco, presente em Brasília - eu estava ao seu lado -, respondendo justamente ao Ministro das Comunicações, do seu partido, esse que destinou R\$650.000.000,00 de um País miserável para tentar entorpecer a consciência nacional, por meio da mídia, o qual argumentava que o Governador não deveria estar se envolvendo nas questões nacionais, deveria estar cuidando das irregularidades no DER-MG, na Secretaria da Saúde. E a resposta do Governador Itamar Franco ao Ministro Pimenta da Veiga, do seu partido, foi segerir que o seu partido, por meio da Liderança do Governo, fizesse o que o Governo de Minas faz, e citou que eu, Líder do Governo na Assembléia, era signatário do pedido das CPIs tanto em relação ao DER-MG como em relação à saúde. Ele, então, convidava o seu partido a ter essa mesma disposição de investigação em relação ao fórum do TRT, do Juiz "Nicolau-lau-lau", do Sr. "Enrolado" Jorge, para que pudéssemos apurar para onde foram os R\$160.000.000,00 desviados dessa obra, que hoje já é um dos maiores escândalos nacionais.

O Deputado Miguel Martini - Gostaria de dizer que, quando não têm como se explicar, eles desviam a atenção para assuntos de nível nacional. Estamos tratando de Minas Gerais. No dia em que eu for Deputado Federal e V. Exa. também, discutiremos as questões federais. Agora quero discutir as questões de Minas Gerais. V. Exa. não tem argumentos para mostrar o que queremos comprovar.

Digo, também, que o Governador assumiu um Líder do Governo nesta Casa e que realmente fez da televisão de Minas Gerais uma televisão sua para ter espaço para falar, uma vez que diz tanta asneira que a sociedade já não agüenta ouvi-lo pelos outros canais de televisão. Queremos que esse Governador verdadeiramente assuma o Governo de Minas Gerais: em vez de ir brigar em Brasília para que a verba do Governo Federal chegasse no Jequitinhonha, o que fez esta Assembléia Legislativa, foi lá apenas para se vingar do Presidente da República.

Governador de Minas Gerais, governe Minas, olhe para o seu povo, para os interesses deste Estado, esqueça o Palácio do Planalto!

* - Sem revisão do orador.

164ª reunião ordinária

Discursos Proferidos em 10/8/2000

O Deputado Geraldo Rezende - Sr. Presidente, Srs. Deputados, ocupo a tribuna na tarde de hoje, para apresentar a esta Casa, um projeto de lei cujo teor é o seguinte: (- Lê:)

- O projeto de lei em questão recebeu o nº 1.163/2000 e foi publicado na edição de 12/8/2000.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Brasil é carente de investimentos na área social e Minas Gerais não é diferente do resto dos Estados federados. Por essa razão, elaboramos este projeto e pedimos o apoio desta Casa para que ele seja aprovado.

Após a aprovação desse projeto, que tenhamos também a aquiescência do Governador, Dr. Itamar Franco, homem que tem seu pensamento inteiramente voltado para o ser humano, que tem o homem como centro das suas atenções administrativas.

Temos a certeza de que Dr. Itamar Franco, irá prestigiá-lo em todos os órgãos públicos do Estado, evidentemente, após uma pesquisa mais aprofundada naqueles órgãos mais freqüentados por pessoas que têm necessidades auditivas.

Temos a certeza de que esse problema será solucionado com a Língua Brasileira de Sinais, sendo usada por técnicos, pessoas surdas que vão para essas repartições como funcionários do Estado para prestar um bom serviço a esse segmento importante da nossa sociedade mineira.

Agradeço a atenção dos nobres colegas nesta Casa e peço apoio para esse projeto que é de suma importância para o Estado de Minas Gerais.

O Deputado Doutor Viana* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, imprensa, senhores e senhoras nas galerias, meus amigos, funcionários desta Casa, quero falar a respeito da Secretaria da Saúde. Vejo o início da organização de um trabalho que vem sendo desenvolvido por um Secretário que, inicialmente, não estava ligado à saúde, o Gen. Carlos Patrício Freitas Pereira. Mas ele é uma pessoa experiente, que tem na sua vida militar uma característica importante: a disciplina.

Ele vem fazendo visitas aos órgãos de saúde gradativamente, conhecendo todo o sistema. Vemos um pequeno avanço. Ele visitou recentemente o Centro Geral de Pediatria. Esteve lá reunido com a Diretora, Dra. Helena Valadares Maciel, com o Diretor Administrativo, Rafael do Amaral Júnior, e com o Superintendente-Geral da FHEMIG, Fausto Fróes. Foi uma reunião proveitosa. Ele pôde constatar várias necessidades do Centro Geral de Pediatria e também o grande trabalho que realiza com as crianças que ali chegam. O Secretário também definiu que irá ajudar a concluir as obras do serviço dietético de nutrição e do lactário daquele Centro. Temos de aguardar isso, esperando que seja feito, porque muitos benefícios trará para as nossas crianças. Ele ainda prometeu agilizar a implantação de um centro cirúrgico pediátrico naquele instituto. Quero, pois, parabenizar o Gen. Freitas e todas as iniciativas que vem tendo para trazer melhorias à saúde, principalmente em se tratando das nossas crianças. Desejo a ele muito sucesso, para que possamos avançar um pouco na questão da saúde, que está precisando melhorar muito.

O segundo ponto que quero abordar se refere à COPASA. Esta, para minha alegria e para alegria do povo da minha cidade, Curvelo, acaba de ampliar o seu trabalho lá, com investimentos da ordem de R\$250.000,00 para melhorar a rede de distribuição. É bom lembrar que, há quase um ano, vimos trabalhando com a COPASA, para que fizesse essa expansão em Curvelo, uma vez que tivemos, no ano passado, falta de água na nossa cidade. Não é possível que, neste ano, o povo tenha essa necessidade novamente, principalmente os moradores dos bairros mais distantes. Vimos trabalhando ao longo desse tempo, e, graças a Deus, a COPASA, até o final de setembro, amplia em 25% o fornecimento de água de qualidade e tratada, para regularizar essa situação em Curvelo. Essas obras serão concluídas, pelas informações que tivemos, atendendo a esse nosso pedido.

Outra notícia que quero registrar nos anais da Assembléia, nesta tribuna, é o falecimento recente da saudosa Márcia Kubitschek. Realmente, foi uma perda para todos nós. Ela era filha do também saudoso Juscelino Kubitschek. Queríamos deixar, nesta tribuna, registrado o nosso sentimento de pesar.

Tenho um quarto assunto a abordar. Desejo muito sucesso ao novo Secretário de Estado de Recursos Humanos e Administração, o ilustre Frederico Penido Alvarenga, recém-nomeado para aquela Secretaria pelo nosso Governador, Dr. Itamar Franco. Ele irá tomar posse na próxima semana. Temos a desejar a ele somente muito sucesso. Sabemos o quanto de trabalho o espera naquela Secretaria de Estado.

Desejamos muito sucesso a ele, porque todo o funcionalismo público do nosso Estado depende do trabalho e da eficiência da Secretaria de Recursos Humanos e Administração. Então, Dr. Frederico Penido Alvarenga, o nosso desejo sincero de muito êxito na Pasta que vai administrar para o nosso Estado no Governo Itamar Franco.

Finalmente, quero parabenizar o próprio Governador, que foi a Salinas, ao Norte de Minas e ao Jequitinhonha. Analiso que o ato não foi um revanchismo em relação ao Governo Federal. Trata-se mesmo de um ato de solidariedade com o povo do Norte de Minas e do Jequitinhonha, onde esteve e distribuiu alguns recursos para ajudar principalmente ao setor rural daquele povo. Antes de encerrar, com muita alegria passo a palavra ao amigo e companheiro Deputado Miguel Martini.

O Deputado Miguel Martini (em aparte) - Muito obrigado, Deputado Doutor Viana, é um prazer poder apartear-lo. Essa informação que V. Exa. traz, em relação ao Governador Itamar Franco, parece que o povo de Salinas está extremamente preocupado em saber onde vai colocar o tanto de dinheiro que o Governador levou. Na verdade, para nós, o que vimos não passou de uma brincadeira do Governador, porque ir a Salinas com esse estardalhaço todo que aprontou, como se quisesse afrontar o Presidente, que, de maneira equivocada e errada, não incluiu o Jequitinhonha no plano... Mas este Poder Legislativo está tentando corrigir essa situação. E o Governador do Estado foi a Salinas para distribuir entre todos os agricultores R\$600.000,00. No meu entendimento, isso é uma brincadeira. Pelo que o Governador fez, parecia que eram R\$600.000.000,00. Mas, na verdade, foi uma questão irrisória. Foi apenas um ato político para dizer que o Governador estava fazendo alguma coisa e que o Presidente não estava.

Respeito V. Exa., que é um homem coerente, sério e que dá apoio ao Governador, mas não posso deixar de registrar a decepção e, até mais que isso, a forma como tem se portado no Governo. Enquanto todos os Deputados da Assembléia, dos diversos partidos, inclusive do PSDB, foram a Brasília

reivindicar o que é justo - esse é o papel político -, o Governador vai a Brasília, ao mesmo tempo, apenas para vinganças pessoais contra o Presidente da República, ao invés de reunir os seus Deputados Federais para pedir uma pressão sobre o Governo Federal.

É lamentável que todas as ações do Governo tenham sido nesse sentido, nunca pensando em realmente resolver os problemas de Minas, mas sempre apenas em alfinetar o Presidente da República nessa briga particular. Esperamos que o Governador tome consciência das coisas erradas que está fazendo e desse comportamento equivocado e que comece a governar Minas Gerais como estadista.

Lembro-me muito bem - V. Exa. e todos também - do ódio que praticamente existia entre o então Governador Leonel Brizola e o então Presidente da República - de quem o Itamar Franco era Vice -, Fernando Collor de Mello. A briga era violenta e chegava às raias do ódio, mas, eleito Governador do Rio de Janeiro, ele foi ao Presidente da República e conseguiu do Governo Federal recursos para a construção e conclusão da Linha Vermelha, no Rio de Janeiro, que tanto bem tem feito a esse Estado. Então, o que os homens públicos precisam ser, e, principalmente, o que se espera de um Governador de Estado é que seja verdadeiramente um estadista, colocando os interesses do seu Estado acima das suas picuinhas, vinganças pessoais e sentimentos.

É preciso, Governador, começar a pensar em Minas Gerais e a governá-la, preocupando-se com os problemas do Estado, ao invés de preocupar-se com os do Planalto. Isso é o que esperamos, e lamentamos que esse tenha sido apenas um ato político, pois todos os municípios da região saíram frustrados com a quantia, já que R\$600.000,00, considerando-se uma região tão pobre e necessitada, é uma brincadeira.

O Deputado Doutor Viana* - Agradeço o aparte do nobre colega Miguel Martini. Cada cabeça é uma sentença, cada um faz o seu julgamento. Respeito sua opinião, porém não quero pensar do mesmo modo, até porque todos os mineiros votaram - e bem - tanto no Governador quanto no Presidente Fernando Henrique, para que o Estado fosse beneficiado. Quando nós, homens públicos, propomo-nos a buscar o voto para servir o Estado, estamos representando a nossa população, que confiou em nós. Espero que essa ajuda, tão pequena, como V. Exa. frisou - e o Estado está em uma situação difícil -, seja a primeira parcela e que outras venham, para aliviar o sofrimento do povo do Norte de Minas.

Ao mesmo tempo, espero que o Presidente da República faça uma reflexão e, atendendo ao esforço de todos nós desta Assembléia, irmanados em defesa dos interesses de Minas, possa incluir Minas Gerais, que tanto voto lhe deu, nesse programa de ajuda aos Estados, voltado para as regiões mais carentes. Além disso, peço que deixemos de lado qualquer sentimento particular, porque a questão do nosso povo deve superar as individuais. Queremos que o Estado, o Governador e o Presidente ajudem a melhorar a condição de vida do nosso povo. Antes de encerrar, concedo aparte ao Deputado Fábio Avelar.

O Deputado Fábio Avelar (em aparte)* - Estou aqui escutando, atentamente, o seu pronunciamento e gostaria de cumprimentá-lo por ele, sobretudo pela parte em que o senhor mencionou a COPASA, tão querida por todos os mineiros e presente em todo o Estado. Estou encaminhando aos Deputados um informativo que recebi hoje da empresa e em que ela mostra uma pesquisa realizada em todo o Estado. A COPASA teve uma aprovação da ordem de 86% de todos os seus clientes em todo o Estado, e, por isso, mais uma vez, queremos reforçar a importância dessa empresa, que corre um grande risco com a negociação que se encontra em andamento com a Prefeitura de Belo Horizonte, a qual foi interrompida abruptamente por um decreto do Prefeito Célio de Castro, o qual, de maneira arbitrária, passa a concessão de seu serviço para a SUDECAP, prejudicando com isso o trabalho da empresa.

Daí, a importância de um depoimento como o de V. Exa. Será necessária a união de todos os Prefeitos e lideranças satisfeitas com a empresa para lutar por sua preservação, que poderá estar muito comprometida. Muito obrigado.

O Deputado Doutor Viana* - Perfeitamente, Deputado. Obrigado pelo aparte.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Luiz Tadeu Leite* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, o assunto que tomou conta desta Casa e do cenário político mineiro, nos últimos dias, foi, sem dúvida, a exclusão das regiões do Norte de Minas e do Jequitinhonha do Programa IDH-14, do Governo Federal, para o qual se prevêem investimentos no valor de US\$12.000.000,00 a fim de diminuir os índices de pobreza em nosso Brasil.

O Governo Federal pretendia escolher regiões do País, e escolheu por Estados onde haveria um nível de pobreza inferior a índices determinados por estudos técnicos realizados. Esses Estados definiriam as regiões mais pobres, as que, a partir de um certo nível, seriam beneficiadas por esse atendimento. O Norte de Minas, o Jequitinhonha, o vale do Mucuri e parte do vale do rio Doce, que são das regiões mais pobres de Minas Gerais, ficaram de fora.

Estivemos em Brasília, acompanhando uma comissão que incluía Deputados Estaduais, Federais e os três Senadores mineiros, e fomos recebidos apenas com o calor do cafezinho que estava sendo servido, e nem o café era tão quente assim. O sentimento que se teve, na recepção dada por dois Ministros àquela comitiva, de altíssimo nível, altamente representativa de Minas Gerais, foi de uma frieza absoluta. É como se estivessem tratando de um assunto de somenos importância. Um assunto tão importante como esse para Minas Gerais foi tratado com a frieza própria dos assuntos dos gabinetes de Bancos da Av. Paulista. Aliás, não é de estranhar que São Paulo esteja mandando no Brasil. Quando os Ministros pediram duas semanas para nos dar uma resposta que, se houvesse um pingão de boa-vontade, poderia ser dada em 1 minuto, ficamos receosos de que, ao cabo desse prazo, a resposta seja "não". Digo isso porque não posso acreditar que o Governo Federal foi vítima de um critério por Estados, que exclui regiões de Minas. Não, o critério foi criado pelo Governo Federal, buscando-se uma forma de excluir Minas, e assim resolveram aprovar a escolha por Estado, e não, por microrregiões ou cidades, o que seria o correto. O que existe nessas regiões - e digo isso porque sou Deputado majoritário em Montes Claros, onde fui Prefeito por duas vezes - é um grande desalento, porque o Presidente Fernando Henrique não terá outra oportunidade para ajudar a região a não ser nesse IDH-14. E se, neste momento, falta-lhe sensibilidade e sobra-lhe pequenez e mesquinha para tratar os assuntos de Minas dessa forma, deixando o Norte de Minas e o Jequitinhonha de fora, estamos em desalento nas referidas regiões.

Ontem, em Salinas, presenciei a calorosa recepção proporcionada ao Governador Itamar Franco e ao Vice-Governador Newton Cardoso. Os dois são muito benquistos no Norte de Minas e no Jequitinhonha e foram muito bem recebidos pelas lideranças mais expressivas: Prefeitos, Vereadores, políticos de todas as cores. Eles procuraram levar não a solução financeira dos problemas daquelas regiões; aliás, nem mesmo os recursos do IDH-14 serão suficientes para diminuir os níveis de pobreza lá existentes. Quem sabe, simbolicamente, mesmo com valores menores que os que gostaríamos, foi uma demonstração de que Itamar Franco e Newton Cardoso conhecem o Norte de Minas e o Jequitinhonha, conhecem o seu povo e o seu sofrimento.

Sabem que são regiões carentes - pobres, não digo, porque são ricas de gente boa, de gente séria -, que merecem o apoio dos Governos. Itamar e Newton conhecem o Norte de Minas e o vale do Jequitinhonha, mas os homens engravatados dos gabinetes de Brasília, os Ministros daquela "paulicéia desvairada", que não conhecem o interior do Brasil, conhecendo, mal-e-mal, os bares, restaurantes e Bancos da Av. Paulista e dos Jardins, certamente não conhecem o Norte de Minas e o Jequitinhonha. Se o atual Governo - que encontrou o nosso Estado falido e mal administrado, devendo para vários credores, inclusive internacionais - não teve verbas polpudas para levar àquele povo, levou alento, esperança, solidariedade, paz e a perspectiva de que outras obras ainda virão.

Existe um grande descaso para com a área mineira da SUDENE. Sou testemunha disso, porque acompanhei os últimos 26 anos da política econômica e financeira daquela região, em que tem havido um crescente empobrecimento, por causa do descaso do Governo Federal. Hoje, a SUDENE é apenas uma caricatura do que era há 20 anos: é um escritório, com sede em Montes Claros, funcionando com um Diretor e três funcionários, sendo que um deles está encarregado de fazer o cafezinho e os outros são funcionários administrativos. Assim está a SUDENE, fruto de tantas lutas nesta Casa e no Congresso Nacional, criada à época da inclusão do vale do Jequitinhonha na área mineira. A SUDENE não tem mais nenhuma função - como acontecia no passado - de levar indústrias, dos arts. 34 e 18, implantação do FINOR, além de outros benefícios. Isso não acontece somente com relação à SUDENE. O mesmo se pode dizer a respeito do DNOCS, órgão esvaziado, burocrático. Num passado bem recente, serviu muito ao Norte de Minas, principalmente com a perfuração de poços tubulares e a obtenção de recursos hídricos. A CODEVASF também teve uma sensível redução. Enfim, os órgãos federais da região mineira da SUDENE estão esvaziados e, por isso mesmo, o povo está ao deus-dará, sem apoio governamental, sem que o Presidente da República volte as suas vistas para lá.

Será que não teremos um Presidente da República que fortaleça a SUDENE, a fim de que os Estados sejam recuperados e a pobreza extirpada? Será que nunca teremos, mesmo tendo Presidentes nordestinos, como ocorreu no passado, alguém que olhe para o Nordeste como uma realidade? O Norte de Minas e o Jequitinhonha ainda sofrem uma dupla e odiosa discriminação. De um lado, o restante do Nordeste discrimina, ao dizer que essa região não precisa da SUDENE, porque pertence a Minas Gerais, ao Sul do País. Do outro lado, o restante de Minas Gerais também discrimina, quando diz que a região pertence ao Nordeste, à SUDENE. E com essa dupla discriminação o Norte de Minas e o Jequitinhonha perdem duas vezes.

Por isso, a visita feita ontem, pelo Governador, Itamar Franco, pelo Vice, Newton Cardoso, e por uma equipe de Deputados, significou muito mais do que os R\$800.000,00 para lá encaminhados, cujos cheques foram entregues nas mãos calejadas do homem daquela região. Vi pessoas com lágrimas nos olhos, porque nunca haviam recebido nenhuma quantia, por mínima que fosse, das mãos de um Governador. Vi o entusiasmo no rosto das pessoas. Vi os olhos marejados e cheios de esperança, buscando o apoio do Governo, que voltou as costas para o povo do Norte de Minas e do Jequitinhonha, durante muito tempo.

Tínhamos, até o ano passado, um Governador de araque e com dobradiça na espinha, como se diz em nossa região. Esse Governador deixou o Governo Federal discriminar Minas Gerais de todas as maneiras, passivamente. Agora, temos um Governador que se comprometeu a fazer Minas levantar a voz. Ninguém tem dúvida de que isso ocorreu. O Governador cumpriu o seu compromisso, fazendo de Minas um Estado respeitado e até temido pelos tecnocratas e burocratas de Brasília, que são os que não conhecem o sofrimento e a dor do povo da região do Norte de Minas e do Jequitinhonha. Ontem, em uma solenidade em Salinas, fiz um pronunciamento, representando os colegas Deputados, fazendo reivindicações, dentre elas, a criação do Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural - PAPP II -, que foi o melhor programa que já foi feito na área da SUDENE pelo Governo Federal, com o apoio do Governo Estadual. Pedimos também a extensão e a ramificação da UNIMONTES para as cidades do Norte de Minas, como Salinas, Pedra Azul e Almenara. Essa região precisa da presença do ensino superior. Solicitamos também o fortalecimento da SUDENOR, por ser o órgão que cuida do dia-a-dia e que faz o desenvolvimento acontecer em nossa região. A SUDENOR é um órgão a ser fortalecido e prestigiado, para que possamos ter a garantia de maior apoio e de mais benefícios. Com a esperança da redenção do Norte de Minas e do Jequitinhonha, reivindicamos a construção, o mais rápido possível, da Barragem de Irapé. Essa barragem será o grande marco no progresso da nossa região. A energia elétrica que será produzida garantirá investimentos industriais, agroindustriais e agropecuários. Temos muita confiança de que este Governo, a despeito das dificuldades e das pedras que são colocadas em seu caminho, fará com que o Norte de Minas seja visto e ouvido. Nestes próximos dois anos, temos a confiança de que teremos a presença do Governo em obras e benefícios. Esse abandono histórico do Governo Federal para com a região mineira da SUDENE precisa ser visto por S. Exa. o todo-poderoso Fernando Henrique. Não é possível que um sociólogo da qualidade de S. Exa. não conheça as diversas regiões do País e os bolsões de pobreza e que invente uma fórmula mágica para excluir do mapa da pobreza o Jequitinhonha e o Norte de Minas. Gostaríamos que essas duas regiões fossem excluídas desse mapa por meio de ações concretas, com verbas e com benefícios, mas não pelo fruto da pequenez e da mesquinhez em que se transformou a política brasileira para com Minas Gerais. A visita ontem do Governador, Itamar Franco, e do Vice-Governador, Newton Cardoso, ao Norte de Minas, a Salinas, não foi um momento para levar verbas, mas para levar a solidariedade do Governo a uma região que foi desprezada e abandonada, de propósito, pelo Governo Federal. Disse muito bem o Sr. Governador, em seu discurso, ontem, em Salinas, que não se tratava de uma manifestação contra o Governo Federal. Sr. Presidente e Srs. Deputados, para nossa esperança, disse que, no ano 2002, poderemos dar a resposta. Ontem foi apenas um momento de solidariedade e de presença de um Governo que conhece o sofrimento do Norte de Minas e do Jequitinhonha. Por essa razão, a manifestação desta Casa é de apreço à seriedade com que o Governador, Itamar Franco, e o Vice-Governador, Newton Cardoso, estão tratando a nossa região do Norte de Minas e do Jequitinhonha. Por enquanto, poucas obras chegaram até lá pelas mãos deste Governo, mas estão chegando. Nós, da região, que somos movidos pela esperança, embora tenhamos sido vítimas de tantas desesperanças e de tanto abandono em um passado recente, temos a esperança de que essa região ainda será resgatada e de que haverá um Presidente da República que verá a região mineira da SUDENE com a seriedade que o seu potencial está a merecer. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Miguel Martini - Sr. Presidente, Srs. Deputados, ocupantes das galerias, imprensa, gostaríamos, neste tarde, de destacar alguns tópicos relativos ao Estado e relativos à Prefeitura de Belo Horizonte. Primeiramente, queremos lamentar que este Governo, em vez de governar Minas Gerais, esteja mais preocupado com as picuinhas contra parlamentares e contra o Governo Federal. Este Governo, no que diz respeito a todo projeto de minha autoria, faz questão de deixar para vetar no último dia, como se isso fosse surpresa para mim. O último veto, nós o derrubamos, e o projeto está valendo. A lei está em vigor, mas ele não cumpre. Não é uma característica dele cumprir leis, pelo contrário, descumprir-las virou até um artifício deste Governo, até mesmo para fazer caixa.

Quando ele propalou pelos quatro ventos que estava fazendo uma moratória, era mentira, conversa fiada. Não houve moratória, porque o contrato assinado dava garantias. Foi a retenção do Fundo de Participação no Estado que reteve todas as verbas. Mas o que ele fez? Utilizou-se de um artifício judicial para atrasar dois meses no pagamento da dívida. Entrou na justiça, ganhou a liminar, a liminar foi derrubada, e ele contou com esse artifício para não pagar dois meses. O resto foi todo pago, e ele saiu dizendo que fez uma moratória. Mas ninguém acreditou nessa conversa dele.

Agora veta um projeto de minha autoria. Quando se vê as razões do veto, duas possibilidades: ou a Procuradora do Estado é muito incompetente e não conhece leis ou não tem seriedade nos seus atos e fez a justificativa do veto com mentiras, com inverdades e até mesmo com alegações não contempladas na lei. Primeiro disse que isso era uma forma de burlar o concurso. Ora, Procuradora, isso quem define é a Constituição Federal. Quem tinha cinco anos antes da Constituição, e o nosso projeto fala em dez, estava com seus direitos assegurados. Posteriormente veio uma nova legislação falando de concurso, à qual somos favoráveis. Mas ela tentou dizer que uma coisa era outra, sem sequer, possivelmente, ter lido a lei, ou maldosamente quis mentir. É lamentável para uma Procuradora do Estado.

Na segunda alegação ela diz que é iniciativa do Judiciário. Prerrogativa do Poder Legislativo ela coloca que é iniciativa do Poder Judiciário de uma maneira grosseira, mostrando completo desconhecimento da lei ou mesmo desejo de falsear a verdade, o que lamentamos.

E por quê vetou? Porque o projeto é de autoria deste Deputado. E o projeto dá delegações de poderes ao Governador. Mas ele não gosta de assumir as suas responsabilidades, como fez no caso da PM, quando transferiu a questão para o Poder Legislativo, e como fez em tantos outros momentos, como em relação ao aumento dos servidores. Então, ele que sempre não quer assumir, talvez não queira assumir mais essa responsabilidade. Mas um governante que não quer assumir as suas responsabilidades deve pedir licença e deixar que outro governe em seu lugar.

É lamentável o tipo de Governo que estamos tendo: um Governo de picuinhas. Vetou o projeto do Deputado João Leite, e o veto derrubamos aqui, porque era da Oposição. Vetou o projeto do Deputado Sebastião Navarro Vieira, só porque era da Oposição. A Assembléia Legislativa derrubou o veto do Governador, porque não há consistência nas razões do veto. O povo mineiro já não aguenta.

Nós, Deputados, votamos e colocamos na LDO aquilo que é mais comum, mais simples, mais óbvio no mundo. É assim na Inglaterra, nos Estados Unidos, na França: o orçamento não é, como aqui no Brasil, apenas autorizativo. Lá, o orçamento é de execução obrigatória. Aquilo que está no orçamento tem de ser realizado. A LDO agora traz uma série de obrigações. Ainda não transformamos o orçamento, como era nosso desejo, em orçamento de execução obrigatória. Existe uma emenda, no Senado, do Senador José de Alencar, que é do mesmo partido. Quer dizer, fica difícil falar em questão partidária em relação a este Governador, porque não tem partido. Foi Presidente sem ter partido, é Governador sem ter partido, está pouco se lixando para a questão partidária, para a questão da democracia. Isso não tem importância para ele. A ele só interessam as picuinhas pessoais.

O Poder Legislativo, de maneira acertada, impõe que as verbas contempladas no orçamento - aprovado de acordo com emendas parlamentares - sejam de execução obrigatória. Qual é o aspecto positivo disso? Acaba com aquilo que o Governador quer: concentrar poder na mão. E, a fim de cooptar Deputados da base de apoio, libera as verbas de uns e não libera as de outros. Libera dos que são da base de Governo e não libera dos que não são. Isso fragiliza a democracia, fragiliza o Poder Legislativo. Por quê? Porque o Deputado, para ter as suas emendas executadas, tem de agradar ao Governador. E essa emenda acaba com essa questão, porque, uma vez contemplado no orçamento, tem execução obrigatória. O Deputado já não depende do Palácio. Se o Deputado vem aqui representar a sua região, as suas bases, e consegue aprovar a emenda aqui no Plenário, será executada, independentemente de ser da Situação ou da Oposição, porque o interesse público está acima dos partidos.

E o que ele faz? É um Governo de picuinhas. Em vez de mostrar a verdade para a imprensa, manda divulgar que estão voltando as subvenções sociais. Ora, a subvenção social, Governador, já está enterrada. E não é porque V. Exa. quis. É porque esta Casa já não quer mais. E vamos provar. E vamos insistir dizendo que não há subvenção. Posso dizer, com toda a autoridade, porque tinha direito a indicar subvenção social e fui o único Deputado desta Casa que abriu mão de mais de R\$180.000,00. Não quis indicar verba de subvenção social, porque não concordo com ela. Mas isso aqui é diferente. O que são as subvenções sociais? Recursos alocados no orçamento da Assembléia Legislativa, liberado pela Assembléia Legislativa e com as contas prestadas na Assembléia Legislativa. É assim que era feito. Agora, não. O dinheiro continua no Tesouro do Estado, na secretaria em que a emenda tiver efeito, e é liberado pelo Executivo, o que é completamente diferente de subvenção social. Não existe a menor possibilidade de se tentar caracterizar uma coisa e outra.

É assim nos Estados Unidos: quando um Deputado consegue aprovar uma determinada emenda, tem a certeza de que o recurso vai chegar aonde foi destinado. No Brasil, no entanto, isso não ocorre, porque o orçamento é autorizativo. O Governador executa o que é do seu interesse político e não executa o que não é do seu interesse político. Daí porque está tão preocupado: já não tem com cooptar ninguém pelas emendas, porque, à medida que aprovamos, terá de executar. O Executivo tem de cumprir o que este Poder determina por meio da lei. Não é ele que vai legislar, se bem que talvez quisesse fazê-lo.

É este o tipo de governo: descomprometido com a verdade, com o interesse público, com aquilo que é bom para a democracia. Está apenas preocupado com suas picuinhas, com suas vitórias pessoais, em perseguir os Deputados da Oposição, em não sancionar os projetos da Oposição, independentemente de serem bons ou ruins.

Estou me lembrando do projeto do SIAF Cidadão, que aprovamos, mas que foi vetado pelo Governador. A imprensa, percebendo a situação, "caiu de pau" em cima dele. Ai, acabou ficando sem jeito e teve de baixar um decreto para cumprir tudo o que estava determinado em meu projeto, para não ficar mal, porque a única coisa que lhe importa é a televisão, é o jornal, é estar aparecendo, mesmo que precise ir ao Senado prestar contas do dinheiro que liberou para o "Lalau". Não sei se irá, mas espero que sim, pois o "Lalau" comprou aquele apartamento na época em que o Governador Itamar Franco era Presidente da República.

Portanto, o que esperamos é que esse Governador comece verdadeiramente a governar Minas Gerais como estadista, não com picuinhas pessoais, com falta de verdade.

Por fim, lamentamos que o Prefeito da Capital, o Dr. Célio de Castro, que se diz socialista, priorize as ações do Governo para a Zona Sul da cidade, esquecendo-se dos lugares pobres. É um socialista às avessas, que se preocupa somente com os que têm melhores condições e se esquece dos mais necessitados. E foi eleito com o título de Doutor BH.

Ontem, na Comissão de Saúde, da qual sou Presidente, deparou-se-nos um episódio dos mais esdrúxulos, dos mais ridículos, posso dizer: o Doutor BH deixou fechar um núcleo de saúde bucal para deficientes físicos, alegando que não era prioridade, que preferia atender em sua rede normal. Os 1.800 atendimentos feitos no ano passado não têm importância para ele, que é o Doutor BH. Já vimos os escândalos nas CPIs; agora vem mais essa.

Seu Secretário Adjunto da Saúde disse que é preciso fazer economia de recursos, porque quer jogar a responsabilidade para o Estado. Por sua vez, o Estado diz que a responsabilidade é do município. Enquanto os dois brigam, o povo passa necessidade. Mas não é somente o pobre, é o deficiente pobre. E o título dele é Doutor BH. Imagine se não fosse Doutor BH, Deputado Ailton Vilela!

Está aí a sociedade, a população reclamando de todos os seus centros de saúde, nos quais não há atendimento. O representante da Secretaria da Saúde disse que não estão fechados. "As portas estão abertas?", perguntei. Disse: "Sim, as portas estão abertas". "Então, estão atendendo?" "Não, não estão atendendo, mas as portas estão abertas."

E perguntamos: onde está a coerência desses governantes? É lamentável que um "socialista", de que duvido, e um "Doutor BH" se esqueçam dos pobres, dos mais pobres e, principalmente, negligenciem o atendimento na área da saúde.

E o pior é a questão da COPASA que foi levantada aqui. Esse Prefeito "empurrou com a barriga" e não vai resolver esse problema. Sabemos que, se for rompido esse convênio da COPASA com Belo Horizonte, não só Belo Horizonte vai sofrer, mas toda a grande BH pagará um preço muito alto. Mas ele não quis resolver, como é de seu hábito, "empurrando os problemas com a barriga", não resolvendo e esperando - quem sabe? - que caia uma solução. Tenho a certeza de que ela virá, porque vamos ganhar a Prefeitura de Belo Horizonte e solucionaremos aquilo que o Prefeito não teve competência para resolver. Talvez ele esteja esperando somente isso.

O Deputado Marco Régis - Sr. Presidente, Srs. Deputados, imprensa, convidados que nos prestigiam nas galerias, gostaríamos de registrar nos anais da Assembléia Legislativa um documento que recebemos da Câmara Municipal de Juiz de Fora. Trata-se da Moção de Apoio nº 88, da presente legislatura, de iniciativa dos Vereadores Gabriel dos Santos Rocha e Júlio Carlos Gasparetto, aprovada em reunião de Plenário, de 12/7/2000, e que tem o seguinte conteúdo. (- Lê:)

"Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores da Câmara Municipal de Juiz de Fora, a nossa luta em defesa da autodeterminação dos povos não cessa nunca. Ela é resultado das mazelas impostas pelo capitalismo e sua mais nova modalidade de espoliação internacional, a globalização econômica, que condena bilhões de seres humanos a sobreviver indignos, em meio à miséria, à violência e ao desterro.

Não podemos nos quedar ante a fúria tresloucada de nações imperialistas e seus exércitos, sempre dispostos e servis aos grandes interesses dos pequenos grupos econômicos.

A América Latina, em especial, tem sido a vítima predileta da sanha imperialista. Sobre nós recaem os frutos podres que o grande capital produz: desemprego em massa, fome, violência e desrespeito à soberania das nações.

A solidariedade que as nações latino-americanas devem dispensar entre si é o nosso principal trunfo. Só a nossa capacidade de nos indignarmos com a opressão das nações amigas é que nos garantirá a nossa unidade e a nossa força ante o inimigo que nos arrasa, seja com a aparente intromissão técnica do FMI, seja com a brutal intervenção militar, disfarçada de ação antidroga ou não, tal qual tem acontecido com a nação colombiana.

Assim, irmanados com as causas de justiça e paz do povo colombiano, requeiro à Mesa, ouvido o Plenário, que a Câmara Municipal de Juiz de Fora, obedecendo sua tradição de sempre se manifestar pela autodeterminação dos povos e contra qualquer ingerência externa nos negócios dos Estados nacionais, acolha a Carta Aberta ao Congresso e ao Povo dos Estados Unidos, emitida pelas Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia - Exército do Povo (FARC-EP), que segue anexa.

Palácio Barbosa Lima, 12 de julho de 2000."

Seguem-se as assinaturas dos Vereadores citados.

Esse documento foi enviado ao Presidente da República, ao Ministro das Relações Exteriores, aos Líderes dos partidos do Congresso Nacional e da Assembléia Legislativa de Minas Gerais e à Comissão Internacional da FARC-EP.

O documento das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia, do Exército do Povo Colombiano é o seguinte: (- Lê:)

"Carta aberta ao Congresso e ao povo dos Estados Unidos

Dirigimo-nos a vocês com a certeza de que a solução política ao conflito social e armado que vive a Colômbia não passa pelo acrescentamento militar do regime, nem por nenhuma modalidade de intervenção. A causa do conflito é social, e sua solução, portanto, não pode ser de outra ordem.

Nosso alçamento em armas faz parte do direito universal que assiste aos povos de se levantar contra a opressão e os regimes injustos. Lutamos por um novo governo cujo programa seja a justiça social, o direito ao emprego, a um salário justo, à terra, à moradia, à saúde, à educação. Um governo para todo o povo e não só para os monopólios, um país sem políticos corruptos e Forças Armadas garantidoras da soberania e respeitosas dos direitos humanos.

Os governantes colombianos sempre acharam um pretexto não só para responder com violência a essa aspiração do povo, senão para obter o apoio militar da Casa Branca. Inicialmente foi a luta contra o comunismo, mas, uma vez desaparecido o poder soviético da cena, o pretexto foi trocado pela luta antidrogas.

Infelizmente, o governo e o parlamento dos Estados só têm tido ouvidos para uma das partes em conflito e, por esse motivo, conhecem um panorama incompleto ou tergiversado da realidade de nosso país.

O Plano Colômbia não deve ser aprovado pelo Congresso norte-americano porque está fundamentado em uma mentirosa exposição de motivos. É um plano de intervenção militar disfarçado de luta antidrogas, mas com o agravante de poder conduzir Washington a repetir experiências trágicas do passado. Resultaria também em extremo paradoxal que grande parte da ajuda em dólares que eventualmente possa aprovar o Congresso vá parar nas mãos de um exército que, como o colombiano, tem-se destacado na violação dos direitos humanos e como promotor de paramilitares, que não só massacram a população civil indefesa, senão também enviam toneladas de cocaína aos Estados Unidos.

Queremos que uma delegação do Congresso dos Estados Unidos venha à Colômbia, mas não à base militar de Três Esquinas, senão à zona de despejem para que dialogue diretamente conosco e posteriormente percorramos juntos o Município Cartagena del Chairá, para que olhem com seus próprios olhos a realidade que vivem milhares de camponeses pobres, convertidos pelas necessidades econômicas em cultivadores de cocaína. Confirmam que o narcocultivo tem, num primeiro momento, uma causa social cuja solução nada tem a ver com mais helicópteros artilhados, fumigações que destroem nosso ecossistema, sofisticados aparatos de inteligência técnica, nem com tropas norte-americanas. Reiteramos nossa proposta de converter o mencionado município em um laboratório de substituição de cultivo de coca, por meio de planos de desenvolvimento e de redenção social.

Mas, se o que se busca é uma solução de fundo para o flagelo das drogas, o mundo deve se preparar para maior discussão sobre a conveniência da legalização de seu consumo como aconteceu com outros flagelos, como o álcool e o tabaco.

Sobre o particular, anexamos o pronunciamento do Estado-Maior Central das FARC, aprovada em seu mais recente Pleno.

Atentas saudações. Secretariado do Estado-Maior das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia-Exército do Povo. Montanhas da Colômbia, 29 de março de 2000."

Lemos este documento porque queremos, sempre, nesta tribuna, ser defensores reais da democracia, não de democracias adjetivadas, como, muitas vezes, vivemos neste mundo ocidental.

Temos muitas maneiras de violação da democracia adjetivada, como o foi por um dos governos militares deste País. Queremos documentos como esse da guerrilha colombiana, que busca a independência do povo colombiano contra elites que têm governado aquele país e influído nas decisões democráticas, não restabelecendo, apesar do voto, uma democracia plena. Quando lemos esses documentos, embasamo-nos no ponto de vista de ficar atentos aos acontecimentos internacionais. Por exemplo, no ano passado, apresentamos um requerimento, que foi aprovado em Plenário, com o seguinte texto: "Exmo. Sr. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, o Deputado que este subscreve requer a V. Exa., na forma regimental, seja enviada à Embaixada da Iugoslávia mensagem de solidariedade ao seu povo e, em especial, às vítimas da guerra".

Por que fizemos isso? O Exército norte-americano, que, a pretexto do combate às drogas, busca intervir na Colômbia, aliado a outras forças, fez intervenção em países como o Iraque e a Iugoslávia. Se, no Iraque, houve o pretexto maior da invasão em um país vizinho, na eterna luta pelo petróleo, na Iugoslávia o pretexto foi bem menor. O pretexto de aniquilar e depor o Presidente Milosevic custou um maior número de vidas e uma destruição material muito maior do que o Presidente impunha à Iugoslávia. E esse Exército norte-americano, com os seus aliados, que chamamos desta tribuna de exército do "condomínio global", invadiu a Iugoslávia, causando danos graves ao país e ao povo. Esse "condomínio global" teve muito lucro com a venda de armamentos bélicos. E a Iugoslávia, que está sendo reconstruída, utiliza-se dos financiamentos desse capitalismo.

Queria me reportar à nossa justificativa, em que fizemos um protesto contra a invasão de Iugoslávia e manifestamos solidariedade ao povo iugoslavo. Não concordamos com isso da tribuna e vimos a intromissão daquele "condomínio global", comandado, quase sempre, pela dupla Estados Unidos e "mãe Inglaterra" nos países do Terceiro Mundo. Isso se deu em Granada, na Líbia, no Vietnã e, mais recentemente, no Iraque e na Iugoslávia. Dizíamos: (- Lê:)

"Este requerimento visa transmitir uma mensagem de solidariedade humana ao povo iugoslavo, incluindo os habitantes das Repúblicas da Sérvia e de Montenegro e das províncias autônomas de Voivodina e Kosovo, pelas atrozes conseqüências do bárbaro e impiedoso massacre promovido por forças internacionais ao seu país, à revelia de qualquer aval da Organização das Nações Unidas - ONU -, que, até agora, pressupunha-se o único organismo legal, civilizado e representativo para tratar de conflitos do concerto de nações deste planeta".

Naquela oportunidade, o nosso requerimento foi aprovado, e ficamos felizes por receber da Embaixada da Iugoslávia, por meio da Presidência da Assembléia Legislativa, em papel timbrado da Embaixada, datado de 14/6/99, o seguinte documento: (- Lê:)"Ilmo. Sr. Deputado Anderson Aduato, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Sr. Presidente, venho por meio desta cumprimentá-lo e acusar o recebimento de cópia do Requerimento nº 383/99, de autoria do Deputado Márcio Regis. Agradeço imensamente o apoio e a solidariedade desta Assembléia. Sem mais pelo momento, rogo-lhe que aceite meus elevados protestos de estima e consideração. Atenciosamente, Dragan Vujnovic, Encarregado de Negócios da Embaixada da República Federal da Iugoslávia".

Este documento, que tornamos público neste momento, é para mostrar que, desde o nosso primeiro mandato nesta Assembléia Legislativa, estamos atentos aos acontecimentos internacionais. Não nos opomos ao mundo globalizado, fruto do avanço científico e tecnológico da humanidade. Não aceitamos é o que vem no bojo desse avanço científico e tecnológico, que é a perversidade da globalização econômica, que impõe um fosso cada vez maior entre países ricos e pobres, entre o Norte e o Sul. Assim, queremos demonstrar para Minas Gerais e para os telespectadores da TV Assembléia que, na Assembléia Legislativa, temos nos comportado, desde o nosso primeiro mandato, com atenção ao mundo globalizado.

Temos que seguir um paradigma já preconizado pelo célebre Beatle John Lennon, que dizia: "Pense globalmente e atue localmente". Realmente, não podemos nos ilhar em nossos municípios e em nossas comunidades. Temos que ter as antenas voltadas para este mundo que evoluiu, científica e tecnologicamente, mas não podemos aceitar que a nova face do capitalismo, a nova maquiagem do liberalismo de Adam Smith venha, agora, com a globalização econômica, estabelecer, cada vez mais, uma maior distância entre ricos e pobres neste planeta. Muito obrigado.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 31/7/2000, o Sr. Presidente, nos termos da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83, que consolida as normas do Regulamento Geral da Secretaria desta Assembléia Legislativa, c/c as Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, observada a estrutura estabelecida pela Deliberação da Mesa nº 1.817, de 1999, assinou o seguinte ato relativo a cargo em comissão de recrutamento amplo, conforme abaixo

discriminado:

Gabinete do Deputado Anderson Aduino

exonerando Maria Elizabeth Canuto Calais de Paula do cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão AL-15, 8 horas.

Nos termos das Resoluções nº 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo:

exonerando Elder Pacheco do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete I, padrão AL-11, 8 horas;

nomeando Joel Silêncio de Andrade para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete I, padrão AL-11, 8 horas.

Nos termos da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83, c/c as Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, observada a estrutura estabelecida pela Deliberação da Mesa nº 1.904, de 2000, assinou o seguinte ato relativo a cargo em comissão de recrutamento amplo, conforme abaixo discriminado:

Gabinete do Deputado Sávio Souza Cruz

nomeando Roberto Martins Soares de Souza para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas.

TERMO DE CONTRATO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Itaotec Filco S.A. Objeto: fornecimento de equipamentos de informática. Dotação orçamentária: 1011.01 03 11.01 4123 0001-4120. Vigência: até o final da garantia dos equipamentos (36 meses). Licitação: Concorrência nº 2/2000.